

BOLETIM DE CONJUTURA ECONÔMICA

M A R A N H E N S E

3º TRI 2017

VOL. 5
Nº 3

IMESC
INSTITUTO MARANHENSE DE
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
E CARTOGRÁFICOS



AGRICULTURA

MERCADO DE TRABALHO

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

CENÁRIO INTERNACIONAL

Cenário internacional fortemente favorável ao Brasil e demais emergentes, combina ciclo de crescimento sincronizado entre os grandes blocos e ampla liquidez.

CENÁRIO NACIONAL

PIB registra variação de 0,2% no segundo trimestre sinalizando desigual, porém nítida recuperação cíclica em 2017.

MERCADO DE TRABALHO

Taxa de desocupação do país marca 12,8% no trimestre móvel maio-julho de 2017 e recua 0,8 p.p contra o trimestre anterior.

FINANÇAS PÚBLICAS

Metas Fiscais do Governo Central e do Setor Público Consolidado são revistas e previsão de déficit fiscal aumenta para os próximos anos até 2020.

Inves

As expectativas de mercado

O Grupo de Conjuntura Econômica do IMESC revisou as projeções de crescimento do PIB-estadual para 2017 e 2018. Em 2017, projeta-se crescimento de 2,7% induzido, principalmente, pela agropecuária, que deverá registrar crescimento superior a 25% este ano, contrabando a atual supersafra de grãos a quebra de safra que ocorreu em 2016. Já na indústria projeta-se variação de -2,0% para 2017, impactado sobretudo pela indústria extrativa em virtude do menor volume de gás natural extraído, a queda da produção de minerais metálicos não ferrosos e a redução da geração de energia elétrica e hidroeletétrica, enquanto que a indústria de Alimentos e Bebidas apresentará resultado positivo impactado, principalmente, pela produção de açúcar, álcool e grãos triturados. Para o setor de serviços, projeta-se resultado positivo de 0,6% em 2017 que deverá responder ao cenário mais otimista da economia nacional e estar relacionado à massa de

ela su-
stracção
el como
reduzera
riscos com
comércio
da 2017. A expectativa de
economia nacional mais favorável e o conjunto de investimentos públicos e privados em andamento são fatores que dão suporte para a projeção de crescimento de 2,4%, taxa maior que a esperada no 2º T de 2017 (-1,6%). Projeta-se recuperação do setor industrial, notadamente

GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino de Castro e Costa

SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Cynthia Celina de Carvalho Mota Lima

PRESIDENTE DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS

Felipe Macedo de Holanda

DIRETOR DE ESTUDOS E PESQUISAS

Carlos Frederico Lago Burnett

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE DADOS

Lígia do Nascimento Teixeira

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

André Luiz Lustosa de Oliveira

DIRETOR DE ESTUDOS AMBIENTAIS E CARTOGRÁFICOS

Josiel Ribeiro Ferreira

DEPARTAMENTO DE CONJUNTURA ECONÔMICA E ESTUDOS SOCIAIS

Talita de Sousa Nascimento

DEPARTAMENTO DE CONTAS REGIONAIS E ESTUDOS POPULACIONAIS

Dionatan Silva Carvalho

COORDENAÇÃO

Daniele de Fátima Amorim Silva

Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior

ELABORAÇÃO

Anderson Nunes Silva

Daniele de Fátima Amorim Silva

Dionatan Silva Carvalho

Erivam de Jesus Rabelo Pinto Junior

Geilson Bruno Pestana Moraes

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

Humberto Victor Santos Chaves

Jainne Soares Coutinho

João Carlos Souza Marques

Marlana Portilho Rodrigues

Paulo Eduardo Robson Mendes

Rafael Thalysson Costa Silva

Talita de Sousa Nascimento

Colaboradores

Frednan Bezerra dos Santos - SEFAZ

Marcelo de Sousa Santos – SEPLAN

REVISÃO/DIAGRAMAÇÃO

Camila Carneiro

CAPA/DIREÇÃO DE ARTE

Yvens Goulart

NORMALIZAÇÃO

Dyana Pereira

Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC.

v. 5, n. 3 (jul./set. 2017). – São Luís: IMESC, 2017.

Trimestral

67 p.

1.Economia – Maranhão I. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

CDU 33 (812.1)

APRESENTAÇÃO

Temos a grande honra de apresentar ao público a terceira edição do Boletim de Conjuntura Econômica do Maranhão do ano de 2017, referente ao segundo trimestre do ano. O Boletim, fruto do trabalho de uma das linhas de pesquisa do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), tem por missão subsidiar o Governo do Estado com informações sobre a dinâmica da atual economia maranhense, bem como sobre as perspectivas para curto e médio prazos. A análise estrutura-se em três dimensões, tomando como base o panorama das economias internacional, nacional e, sobretudo, maranhense. O trabalho inicia com o aprofundamento do cenário da economia internacional, a partir da dinâmica das principais economias avançadas e emergentes. Na segunda parte, trata-se a conjuntura econômica nacional, através de indicadores de Nível de Atividades (PIB, Produção Industrial, Comércio); Inadimplência; Política Monetária e Mercado Financeiro; Setor Externo e Comércio Exterior; Mercado de Trabalho (formal e informal) e; Finanças Públicas. Na parte final, são apresentados os indicadores disponíveis acerca da economia maranhense. O Nível de Atividade Econômica do Estado é analisado por meio de indicadores do PIB, Produção Agrícola, Sondagem Empresarial, Financiamento Imobiliário e do Volume de Vendas do Comércio. São analisadas, também, variáveis de endividamento e os principais investimentos anunciados e em andamento de iniciativa pública e privada. Além dessas informações, o Boletim contém análises relacionadas aos indicadores do Comércio Exterior, de Mercado de Trabalho (formal e informal) e das Finanças Públicas Estaduais. Com uma ampla base de informações, o Boletim de Conjuntura Econômica do Maranhão destina-se aos gestores e técnicos governamentais das mais diversas áreas, aos empresários, trabalhadores e potenciais investidores, aos acadêmicos e pesquisadores, assim como ao público interessado em geral.

SIGLAS

ABECIP	-	Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança
ADP	-	Automatic Data Processing
ADVFN	-	Advanced Financial Network
ANFAVEA	-	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANP	-	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
APU	-	Administração Pública
BACEN	-	Banco Central
bbl	-	Barrel / Barrís
BCB	-	Banco Central do Brasil
BDM	-	Consulter les Indices et Séries Chronologiques
BID	-	Bank of Internationa Development Banco Internacional de Desenvolvimento
BM&FBOVESPA	-	Bolsa de Mercados e Futuros BOVESPA
BNDES	-	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPF	-	Baixo Ponto de Fluidez
Brexit	-	junção das palavras Britain e exit
CAEMA	-	Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão
CAGED	-	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Cbsteel	-	China Brazil Xinnenghuan International Investment
CCCC	-	China Communications Construction Company
CEF	-	Caixa Econômica Federal
CLT	-	Consolidação das Leis do Trabalho
CNC	-	Confederação Nacional do Turismo
CNI	-	Confederação Nacional da Indústria
CNOOC	-	China National Offshore Oil Company
COFINS	-	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COPOM	-	Comitê de Política Monetária
CRAS	-	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	-	Centro Especializado de Assistência Social
CSLL	-	Contribuição Social Sobre Lucro Líquido
DBGG	-	Dívida Bruta do Governo Geral
DETRAN	-	Departamento de Trânsito
DI	-	Interbank Deposit / Depósitos Interbancários
DISAL	-	Distrito Industrial de São Luís
dmtu	-	dry metric ton - Toneladas Secas
EMAP	-	Empresa Maranhense de Administração Portuária
f.o.b.	-	free on board
FBKF	-	Formação Bruta de Capital Fixo
FECOMÉRCIO	-	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão
FGTS	-	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	-	Fundação Getúlio Vargas
FIPE	-	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FPE	-	Fundo de participação do Estados e DF
FSB	-	Fundo Soberano do Brasil
FUNDEB	-	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GCEA	-	Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias
GNL	-	Gás Natural Liquefeito

HQC	-	Empresa China Huanqiu Contracting & Engineering
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEC	-	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
ICEI	-	Índice de Confiança do Empresário Industrial
IDE	-	Investimento Direto no Exterior
IDH	-	Índice de Desenvolvimento humano
IDP	-	Investimento Direto no País
IEMA	-	Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IFI	-	Instituição Fiscal Independente
IMESC	-	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
INPC	-	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSEE	-	Institut National de la Statistique et des Études Économiques
IPCA	-	Índice de Preços do Consumidor Amplo
CPI	-	Consumer Prices Index
IPI	-	Imposto Sobre Produtos Industrializados
IPVA	-	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR	-	Imposto de Renda
kg	-	Quilogramas
Kg/ha	-	Quilograma por hectare
kW	-	Kilowatt
LSPA	-	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MATOPIBA	-	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MCMV	-	Minha Casa, Minha Vida
MDIC	-	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
mmbtu	-	million British thermal units
mt	-	metric ton (1,000 kilograms)
MTE	-	Ministério do Trabalho e Emprego
MW	-	Megawatts
NAFTA	-	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NBSK	-	Northern Bleached Softwood Kraft
NUCI	-	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
OECD	-	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	-	Organização Mundial do Comércio
OPEP	-	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
p.p.	-	Pontos Percentuais
PAC	-	Programa de Aceleração do Crescimento
PASEP	-	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEIC	-	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PIB	-	Produto Interno Bruto
PIS	-	Programa de Integração Social
PMC	-	Pesquisa Mensal do Comércio
PNAD	-	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADc	-	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua
RFB	-	Receita Federal do Brasil
RGPS	-	Regime Geral de Previdência Social
RS\$	-	Real Brasileiro
SBPE	-	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos
SEDES	-	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

SEDUC	-	Secretaria de Estado da Educação
SEFAZ	-	Secretaria de Estado da Fazenda
SEINC	-	Secretaria da Indústria e Comércio
SELIC	-	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SEPE	-	Secretaria de Programas Especiais
SEPLAN	-	Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
SES	-	Secretaria de Estado da Saúde
SFH	-	Sistema Financeiro de Habitação
SINFRA	-	Secretaria de Infraestrutura
Sinopec	-	Companhia Petroquímica da China
SIUP	-	Serviços Industriais de Utilidade Pública
SSIAN	-	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SSP	-	Secretaria de Segurança Pública
STN	-	Secretaria do Tesouro Nacional
TJLP	-	Taxa de Juros de Longo Prazo
TLP	-	Taxa de Longo Prazo
ton	-	toneladas
toz	-	troy oz
TRR	-	Comércio atacadista de combustíveis não realizado por transportador retalhista
TUP	-	Terminal de Uso Privado
UG	-	Unidade Geradora
US\$	-	Dólar Estado Unidense
UTE	-	Usina Termoelétrica
VAB	-	Valor adicionado bruto

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil: Taxas de crescimento do PIB Trimestral por subsetor de atividade e por categoria de uso entre 2015 e 2017	17
Tabela 2 - Brasil: Desempenho Trimestral da Indústria por Categoria de Uso em mai/17 a jul/17; 1° Tri a 2°Tri de 2017 e acumulado em 12 meses	19
Tabela 3 - Brasil: Taxas de Crescimento do Volume de Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado (em %) - mai/17 a jul/17 e acumulado em 12 meses (em %).....	21
Tabela 4 - Internacional: Cotação média anual, mensal e projeções para as principais commodities presentes na balança comercial brasileira e maranhense. Valores em US\$ (nominal).....	27
Tabela 5 - Brasil: Balança Comercial de 2010 até 2017*, Valores em FOB US\$ milhões e Var (%)28	
Tabela 6 - Brasil: Balanço de Pagamentos 2014 a 2017* (US\$ milhões).....	29
Tabela 7 - Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, de 2016 a 2017*, saldo em agosto** de 2016 e 2017; Variação Absoluta.....	31
Tabela 8 - Brasil: Resultado Primário do Governo Central - 2016*, 2017*, jul/16 e jul/17 Crescimento em % Nominal e Real inflacionado pelo IPCA - (R\$ milhões).....	33
Tabela 9 - Maranhão: Estimativa de área plantada e colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos acompanhados pelo LSPA - 16 e ago/17	36
Tabela 10- Maranhão: Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis no MA, NE e BR (R\$ Milhões Inflac. IPCA) e participação do NE e BR 2007 a 2016.....	38
Tabela 11- Maranhão: Investimentos Públicos e Privados em andamento e projetados (R\$ milhões) - 2017 a 2020	42
Tabela 12-Maranhão: Empresas que pretendem se instalar no novo Distrito Industrial de São Luís Maranhão.....	44
Tabela 13- Maranhão: Balança Comercial de 2010 até 2017*, Valores em US\$ milhões e Variação em percentual (%).....	51
Tabela 14- Maranhão: Principais Produtos presentes na Pauta de Exportações de 2016 a 2017* (Valores em US\$ milhões (FOB) e Quantidade em 1000/ton.).....	52
Tabela 15- Maranhão: Pauta Anual das Importações por Categoria de Uso de 2015 a 2017*, participação do total e variação (Valores em FOB US\$ milhões e Participação e Variação em %).....	53
Tabela 16- Maranhão: Principais Produtos das Importações de 2016* e 2017*, valores em US\$ milhões, quantidade em 1000/ton e Var (%).....	53
Tabela 17- Nordeste: Geração de Emprego formal, acumulado* de 2016 e 2017; saldo mensal e variação absoluta	55
Tabela 18- Maranhão: Geração de emprego formal de 2016 a 2017, segundo subsectores de atividade; Saldo Mensal e Variação Absoluta	57
Tabela 19- Maranhão: Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratações no acumulado de 2017	58
Tabela 20- Maranhão: Número de ocupados, segundo os Grupamentos de Atividade, de 2014 a 2017, em mil pessoas, Variação Absoluta.....	61
Tabela 21- Maranhão: Ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2014 a 2017*	61

Tabela 22- Maranhão: Receitas do Estado a valores constantes (R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA), Cresc. (%) e Variação Absoluta - 2016*, 2017*, jul/16 e jul/17	64
Tabela 23- Maranhão: Arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de Atividade Econômica: valores constantes em R\$ milhões, Part. %, cresc. e var. absoluta - 2016*, 2017*, jul/16 e jul/17	65
Tabela 24- Maranhão: Despesas do Estado por Grupos de Natureza a valores constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA), Cresc. (%) e Variação Absoluta - 2015 a 2017*, jul/16 e jul/17	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Estados Unidos: Taxa mensal de desemprego de ago/1980 até ago/2017	12
Gráfico 2	- Estados Unidos e União Europeia: Índice de Preços ao Consumidor (CPI) acumulado em 12 meses de ago/00 até ago/17.....	13
Gráfico 3	- Brasil: Evolução do Nível de Utilização da Capacidade Instalada, entre Jul/12 e Jul/17	20
Gráfico 4	- Brasil: Impactos dos Recursos Sacados das Contas Inativas do FGTS sobre Segmentos do Varejo entre Março e Julho de 2017 (%).....	22
Gráfico 5	- Brasil: Percentual de Famílias Endividadas, com contas em atraso e sem condições de pagá-las (em %) - ago/10 a ago/17	23
Gráfico 6	- Brasil: Evolução no IPCA, preços livres e monitorados acumulado de 12 meses entre ago/07 e ago/17 - em %	24
Gráfico 7	- Brasil: Curva de Juros Futuros (DI x Pré) períodos selecionados, entre dez/17 e set/21 em %. (julho, agosto e setembro de 2017).....	25
Gráfico 8	- Brasil: Massa de rendimentos reais* (R\$ em bilhões) e Taxa de desocupação trimestral (%), de 2012 a 2017	30
Gráfico 9	- Brasil: Resultado Setor Público Consolidado em % do PIB - acumulado 12 meses - 2002 a 2017*	34
Gráfico 10	- Brasil: Dívida Bruta Líquida Governo Central % do PIB jul/02 a jul/17	35
Gráfico 11	- Maranhão: Evolução das Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado - Cresc. 12 meses (em %) - jul/04 a jul/17	39
Gráfico 12	- São Luís: Evolução da Confiança do Empresário do Comércio - ICEC (pontos) - set/13 a set/17	40
Gráfico 13	- São Luís: Percentual de Famílias Endividadas, com contas em atraso e sem condições de pagá-las (em %) - set/13 a set/17.....	40
Gráfico 14	- Maranhão: Investimentos Públicos em andamento por segmento (R\$ milhões)....	45
Gráfico 15	- Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB - 2010 a 2018	47
Gráfico 16	- Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2018	48
Gráfico 17	- Maranhão: Movimentação Portuária do Complexo São Luís de jan/16 até jul/17, Volume Movimentado (esquerda) em milhões/toneladas e Corrente Comercial (direita) em US\$ milhões	50
Gráfico 18	- Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação das pessoas na força de trabalho, por trimestres de 2012 a 2017, (em %)	60
Gráfico 19	- Brasil e Maranhão: Rendimento Médio Real (em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões): - 1º tri/2012 a 2º tri/2017, inflac. pelo IPCA a preços de maio/17	62

Sumário

	SUMÁRIO EXECUTIVO	10
1	CENÁRIO INTERNACIONAL	12
2	CENÁRIO NACIONAL	15
2.1	Nível de Atividades	15
2.1.1	Produto Interno Bruto.....	15
2.1.2	Produção Industrial	18
2.1.3	Comércio.....	20
2.1.4	Endividamento	22
2.1.5	Inflação	23
2.2	Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos	26
2.2.1	Commodities.....	26
2.2.2	Balança Comercial.....	27
2.2.3	Balanço de Pagamentos	28
2.3	Mercado de Trabalho	30
2.4	Finanças Públicas	32
3	CENÁRIO ESTADUAL	36
3.1	Nível de Atividades	36
3.1.1	Produção Agrícola	36
3.1.2	Financiamento Imobiliário.....	37
3.1.3	Comércio.....	39
3.1.4	Endividamento	40
3.1.5	Investimentos	40
3.1.6	Produto Interno Bruto.....	46
3.2	Comércio Exterior e Movimentação Portuária	49
3.2.1	Movimentação Portuária.....	49
3.2.2	Comércio Exterior	50
3.3	Mercado de Trabalho.....	55
3.3.1	Municipal	58
3.4	Finanças Públicas	63
3.4.1	Receitas Estaduais	63
3.4.2	Despesas Estaduais	66

SUMÁRIO EXECUTIVO

Por Felipe de Holanda

Se o Brasil atravessa sua pior crise econômica da era republicana, não resta dúvida de que a enfrenta em meio a um cenário internacional extremamente favorável às economias emergentes, o qual combina um ciclo de crescimento sincronizado entre os grandes blocos globais e ampla liquidez financeira. Os resultados do PIB do 2º Tri17 nos EUA superaram as expectativas, registrando alta de 3% no acumulado de 4 trimestres e combinando desemprego em mínimo histórico com inflação sob controle, não obstante os ruídos gerados pelo desajuste da gestão Trump em relação ao establishment político-partidário nos EUA.

Na União Europeia, o risco de saída de outros países, além da Grã-Bretanha, reduziu-se, e os indicadores disponíveis apontam crescimento com baixa inflação, que se estende agora para a periferia do sistema, a exemplo da Espanha, de Portugal e até da Grécia. A vitória tranquila de Angela Merkel para seu 4º período de governo ratifica a hegemonia da Troika (FMI, Banco Central Europeu, e Comissão Europeia), não obstante a permanência de desequilíbrios fiscais e alargamento do diferencial de produtividade. Na China, o crescimento se mantém próximo a 7% em 2017, mostrando sinais de resiliência. Dona de pelo menos 30% da poupança e das reservas mundiais, a China vai as compras e delinea estratégia global para supremacia asiática. Neste ambiente internacional tão favorável, o balanço de riscos alinha possível ressurgência da inflação nos EUA, volatilidade nas cotações do petróleo, escalada nas tensões com a Coreia do Norte e fragilidades financeiras na China como temas principais a serem monitorados, embora com riscos relativamente baixos no curto e médio prazos.

No que tange ao cenário nacional, no curto prazo o Governo Temer se beneficia da perda da efetividade da ação da Procuradoria Geral da República, sob os descaminhos das ações do ex-Procurador-Geral da República Rodrigo Janot, no caso das delações dos executivos da JBS. Não obstante a baixíssima popularidade do Governo Temer, e tendo em consideração a relativa desmobilização das ruas, a manutenção da agenda reformista, ainda que relativamente enfraquecida com a aproximação das eleições gerais, vem provendo estímulos aos mercados, o que pode ser visto a partir do índice IBOVESPA em recorde histórico.

Os indicadores de atividade registram retomada agora generalizada da atividade econômica, embora ainda exista grande dispersão com relação às avaliações sobre a intensidade desta retomada. Por um lado, acumulam-se sinais de ativação espalhados por vários grupamentos de atividades, estimulados pela melhora do ambiente macroeconômico (inflação, juros sob controle, saques das contas inativas do FGTS, aliados a existência de ampla capacidade instalada ociosa e mercado de trabalho folgado) e pelo ambiente externo favorável (cambio sob controle). Por outro lado, observam-se entraves que tornam tal recuperação cíclica mais demorada e desigual, a exemplo a crise fiscal, que comprime os investimentos públicos, o que, ao lado do adiamento de investimentos privados, pode gerar mais um possível "voo de galinha" na economia brasileira.

No acumulado Janeiro a Agosto de 2017 foram gerados liquidamente 163 mil empregos com carteira assinada no Brasil. As expectativas de mercado para 2017 foram revisadas no Relatório Focus do dia 22 de setembro, para +0,7%, após o resultado positivo do PIB do 2º Tri17, enquanto que para 2018, o crescimento foi elevado para 2,3%.

Neste cenário, o Estado do Maranhão se coloca de maneira diferenciada no cenário nacional. Em uma conjuntura de forte desestruturação fiscal na ampla maioria dos Estados, o Estado apresenta resiliência em suas contas fiscais, mantendo em dia folha de pagamento do funcionalismo e um vultoso programa de investimentos públicos e privados.

O Maranhão foi o Estado com o sexto melhor saldo de empregos formais da Região Nordeste e o décimo do país em agosto de 2017. Os setores que mais contribuíram para o resultado foram a Construção Civil (+759) e a Indústria de Transformação (+494). No acumulado de 2017, as admissões superaram as demissões em 313 empregos no Maranhão (contra 9,6 mil demissões líquidas no mesmo período de 2016), resultado que tende a melhorar sensivelmente ao longo do 4º trimestre. No que tange ao universo mais amplo da ocupação, os dados da PNAD Contínua do 2º tri17 mostram o 1º recuo na desocupação desde o 3º tri14, com crescimento da massa rendimentos, embora inicialmente o movimento se dê com ampliação da participação do trabalho precarizado.

O Grupo de Conjuntura Econômica do IMESC revisou as projeções de crescimento do PIB estadual para 2017 e 2018. Em 2017, projeta-se crescimento de 2,7%, induzido, principalmente, pela agropecuária, que deverá registrar crescimento superior a 25% este ano, contrapondo a atual supersafra de grãos à quebra de safra que ocorreu em 2016. Já na indústria projeta-se variação de -2,0% para 2017, impactado sobretudo pela indústria extrativa em virtude do menor volume de gás natural extraído, a queda da produção de minerais metálicos não ferrosos e a redução da geração de energia termoeleétrica e hidroeleétrica, enquanto que a indústria de Alimentos e Bebidas apresentará resultado positivo, impactado, principalmente, pela produção de açúcar, álcool e grãos triturados. Para o setor de serviços, projeta-se resultado positivo de 0,6% em 2017 que deverá responder ao cenário mais otimista da economia nacional e estadual e à massa de rendimentos geradas pela supersafra e pela administração pública - tanto estadual como municipal - fatores de recuperação do setor de serviços, com destaque para o comércio.

Para 2018, a expectativa de economia nacional mais favorável e o conjunto de investimentos públicos e privados em andamento são fatores que dão suporte para a projeção de crescimento de 2,4%, taxa maior que a esperada no 2º Tri de 2017 (+1,6%). Projeta-se recuperação do setor industrial, notadamente a indústria extrativa, tendo em vista a retomada da indústria de pelletização e da produção de gás natural. O setor terciário, por sua vez, tenderá a responder ao maior dinamismo dos demais setores, como efeito do aumento real da massa de rendimentos.

1 CENÁRIO INTERNACIONAL

Cenário internacional fortemente favorável ao Brasil e demais emergentes, combina ciclo de crescimento sincronizado entre os grandes blocos e ampla liquidez

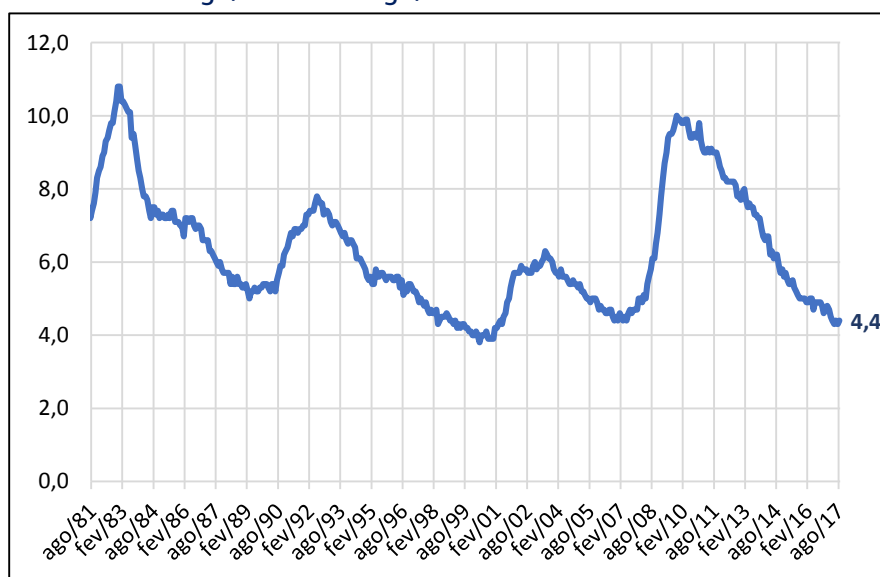
Conforme o *World Economic Outlook* de julho, o crescimento da economia mundial em 2017 deverá ser em torno de 3,5% e em 2018, 3,6%. As projeções para a economia global permanecem as mesmas em relação ao proposto em abril. O aquecimento econômico vem sendo observado em quase todas as economias.

Estados Unidos

Os resultados para o segundo semestre nos Estados Unidos superaram as projeções, registrando crescimento de 3,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, retomando a ameaça de elevação das taxas de juros pertinente ao combate à inflação gerada pelo crescimento da economia.

- Não obstante o crescimento da dívida pública e consequente maior risco de *default* dos pagamentos dos títulos públicos, os investidores estão demandando por elevação nos juros para que compense a relação entre risco e retorno das aplicações.

Gráfico 1 - Estados Unidos: Taxa mensal de desemprego de ago/1980 até ago/2017



Outro aspecto do *default*, é que para que ele não ocorra é possível que aconteça emissão de dólares, que colocará em retomada a inflação pelo viés monetário que poderá ser combatido via elevação dos juros, este tipo de controle da inflação torna-se possível tendo em vista a baixa taxa de desemprego. (Gráfico 1).

Fonte: US Bureau of Labour

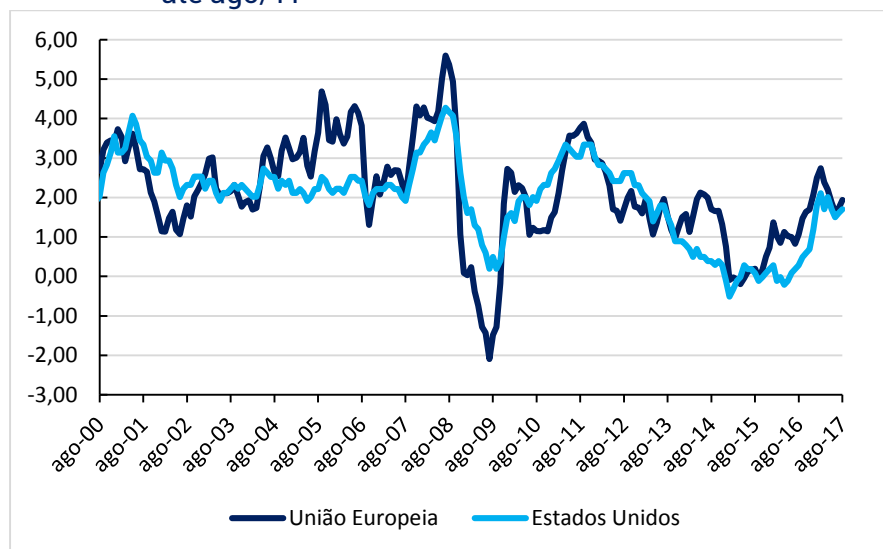
Europa

Na União Europeia o risco de saída de outros países, além da Grã-Bretanha, do bloco econômico, reduziu-se. O maior problema deriva em conseguir mensurar os impactos do *Brexit*, tanto para a Grã-Bretanha quanto para países dentro da União, e estabelecer novos acordos comerciais e migratórios entre os países. Além disso, o bloco perdeu a posição de superioridade em termos de PIB global, ficando abaixo dos Estados Unidos.¹

¹ Com base no PIB de 2014, Fonte: *Global Counsel*.

- A Zona do Euro cresceu em média 2,0% no primeiro semestre do ano em relação à 2016, com destaque para a Espanha (+3,1%), Alemanha (+2,0%) e França (+1,5%). Portugal (+2,8%) e Grécia (+0,5%) apresentam melhora e recuperação das crises econômicas, cujo auge foi entre 2015 e 2016.

Gráfico 2 - Estados Unidos e União Europeia: Índice de Preços ao Consumidor (CPI) acumulado em 12 meses de ago/00 até ago/17



Apesar de pouco provável, um possível crescimento das taxas de juros dos Estados Unidos, no intuito de compensar os riscos dos investidores ou combater a inflação, pode reduzir o fluxo de capitais de investimentos estrangeiros em outros países, por exemplo na Rússia, México e agora, ainda mais no Brasil, cujo nível de incertezas cresceram e as taxas de juros internas estão caindo.

Fonte: STATSOECD

China

Na China, o crescimento vem se sustentando em torno de 6,9% na média do semestre de 2017, mostrando sinais de resiliência. Contudo, as expectativas são de desaceleração, estimando encerrar o ano com crescimento de 6,7%, sobretudo, devido às dificuldades atribuídas à manutenção das políticas creditícias, à elevação da dependência econômica do mercado imobiliário e à elevação da dívida pública e privada.²

- Além disso, existe a possibilidade de acordo entre a China e os Estados Unidos, no qual, a China acordou em apoiar o governo americano na redução do déficit comercial, o que impacta as exportações chinesas para o país e eleva as compras de produtos estadunidenses pela gigante asiática.
- Alguns produtos que a China pretende comprar dos Estados Unidos podem impactar diretamente a produção brasileira caso a demanda comece a desacelerar. Por exemplo a *Soja, exceto para sementeira* que a China importou 19 bilhões/ton (US\$ 7,4 bilhões) do Brasil em 2016. No mesmo ano, os chineses também compraram 64 milhões/ton (US\$ 271,6 milhões) em *Carnes Bovinas Congeladas*, 131,4 milhões/ton (US\$ 247,6 milhões) de

² Segundo o FMI, a dívida do setor privado em relação ao PIB cresceu 80 p.p. desde 2008, atingindo 175,0%, já a dívida pública estimada em 235,0% é projetada para atingir entre 270,0% e 310,0% até 2022.

Pedaços de Galos e Galinhas, 38,7 milhões/ton (US\$ 18,1 milhões) de Suínos e 3 Aviões/Veículos Aéreos no montante de US\$ 98,3 milhões.

América Latina

Na América Latina, a Argentina vem apresentando sinais de recuperação econômica com crescimento do PIB estimado para 1,8% em 2017. A inflação, embora ainda continue uma ameaça, vem apresentando trajetória de queda nos últimos meses após estabelecido o teto de 17,0%. A recuperação pode ser observada no crescimento das importações do país em relação ao ano anterior, sobretudo, do Brasil (+29,9%).

Por outro lado, na Venezuela, a inflação acumulada no ano até julho de 2017 somou 249,0%. A grande desvalorização monetária vem reduzindo drasticamente os preços do petróleo e derivados para os outros mercados, contudo, elevando os custos das importações venezuelanas à patamares extremos, resultando na falta de alimentos, remédios, materiais de higiene e outros. Não obstante, as medidas adotadas pelo governo Maduro além de não conseguir impactar na recuperação econômica, advém de empréstimos e de políticas monetárias expansionistas voltadas à distribuição de renda. O FMI projeta que a inflação venezuelana deverá atingir 2000,0% em 2018.

- A crise na Venezuela resultou em grande fluxo de migração nas fronteiras da América Latina. Somente para a Colômbia, estima-se mais de 1 milhão de emigrantes e para o Brasil, cerca de 30 mil já atravessaram a fronteira com Roraima, resultando em crise de abastecimento dos serviços públicos.

Riscos

Os distúrbios que poderão atrapalhar a economia mundial giram, sobretudo, em torno da continuidade de crescimento da China, da política monetária, dos acordos de comércio e do cenário geopolítico conflituoso dos Estados Unidos com a Coreia do Norte.

- Na China, a continuidade do apoio ao crédito parece se tornar cada vez mais difícil de continuar. Com o crescimento acelerado da dívida é provável que esse apoio seja extinto e atrapalhe o crescimento da demanda chinesa, afetando principalmente, países dependentes das importações do país, como é o caso do Brasil.
- Nos Estados Unidos, caso o governo americano opte pela expansão monetária, o dólar poderá desvalorizar, tornando o mercado de manufaturados norte americano mais competitivo e desestimulando as exportações dos demais países, enquanto simultaneamente reduz os custos com importações de produtos estadunidenses, elevando a demanda pelos produtos dos EUA.

- As renegociações do NAFTA³ iniciaram em 16 de agosto em Washington. Embora todas as partes optem por ajustes no tratado, as medidas de Donald Trump aparentam ser as mais radicais e devem prejudicar em especial o México, cuja base econômica é essencialmente estruturada para o NAFTA. Contudo, dado o baixo poder político do presidente, é provável que Donald Trump não consiga ser radical a ponto de eliminar o tratado (uma de suas propostas) entre os três países. Ressalta-se que os termos em debate ainda não foram estabelecidos.
- Com o crescimento dos riscos do NAFTA para a economia mexicana, o país vem buscando estabelecer novos acordos comerciais para dinamizar sua economia e já realiza diálogos com a China, Brasil, Argentina, Japão, Austrália, Nova Zelândia e a União Europeia. A China também adquiriu por meio da China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), o direito de desenvolver a exploração de petróleo em águas profundas do México, estreitando a relação entre os países.
- Tratando-se do conflito com a Coreia do Norte, as intimidações e provocações vem esquentando o clima de guerra. Os testes nucleares dos norte coreanos não cessaram e continuam a atizar os Estados Unidos e a Organização das Nações Unidas. Não obstante, os estadunidenses vem respondendo com intimidações sem demonstração de força e, embora 6 de cada 10 pessoas nos Estados Unidos apoiem um conflito com a Coreia, existem vetores que demandam extrema cautela, sobretudo, relacionados ao posicionamento da China e Rússia em caso de conflito e além disso; ao presidente Donald Trump não possui poder político para articular apoio às ações desse porte; as ameaças norte coreanas à base militar americana na Ilha de Guam, frente estratégico aos Estados Unidos; e ao possível impacto retaliatório por parte da Coreia do Norte em atacar o Japão e a Coreia do Sul.

2 CENÁRIO NACIONAL

2.1. Nível de Atividades

2.1.1. Produto Interno Bruto

PIB registra variação de 0,2% no segundo trimestre sinalizando desigual, porém nítida recuperação cíclica em 2017

O Produto Interno Bruto brasileiro registrou variação de 0,2% no segundo trimestre de 2017 contra o trimestre imediatamente anterior (dados com ajustes sazonais), de acordo com os dados das Contas Trimestrais do IBGE. O resultado veio acima das expectativas de mercado (a média apurada pelo Valor Pro apontava variação entre recuo de 0,3 e alta de 0,3%), mas mostrou uma desaceleração em relação ao primeiro trimestre, no qual o crescimento foi da ordem de 1,0%

³ North America Free Trade Agreement - Tratado Norte-Americano de Livre Comércio.

puxado especificamente pela Agropecuária e pelas Exportações. Neste segundo trimestre, o protagonismo da variação positiva ficou por conta do subsetor de Comércio, pelo lado da oferta, e pela recuperação do Consumo das Famílias, pelo lado da demanda, após nove trimestres consecutivos em patamar negativo. Por outro lado, a Agropecuária ficou estável e a Indústria reverteu o resultado positivo do primeiro trimestre, influenciada, sobretudo, pelo baixo dinamismo da Construção Civil. O Consumo do Governo e a Formação Bruta de Capital Fixo continuam contribuindo para reduzir o ímpeto da retomada da atividade econômica. Nos últimos quatro trimestres contra os quatro trimestres anteriores, nota-se uma reversão das taxas negativas de crescimento, convergindo para as expectativas de variação positiva reunidas no Relatório Focus.

- No segundo trimestre de 2017 contra o mesmo período de 2016, o PIB registrou variação de 0,3%, primeiro resultado positivo nessa base de comparação desde o segundo trimestre de 2013. Na comparação dos últimos quatro trimestres contra os quatro trimestres imediatamente anteriores, a queda saiu de -3,6% para -1,4%, demonstrando reversão das quedas observadas nos dois últimos anos ([Tabela 1](#)).
- Pelo lado da Oferta, no segundo trimestre, observa-se crescimento apenas do setor de Comércio e Serviços (+0,6%), impulsionado pelo Comércio, que registrou expansão de 1,9% no trimestre, coincidindo com os dados de volume de vendas do varejo restrito e ampliado, principalmente, das atividades de Tecidos, vestuário e calçados, Móveis e eletrodomésticos, Hipermercados e Supermercados e Material de Construção. Os maiores ganhos ficaram por conta das regiões Sudeste e Norte, nas quais o volume de vendas do varejo restrito aumentou mais intensamente. No setor Industrial (-0,5%), a quebra de tendência adveio dos subsetores de Construção Civil e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública. No caso da Construção Civil, a queda de 2,0% reflete diretamente a redução do financiamento imobiliário, recuo acentuado nas atividades do Programa Minha Casa Minha Vida, que até julho perdeu aportes na casa de R\$ 2,1 bilhões do Governo Federal e registrou redução de 9,2% da ocupação no subsetor. Contra o mesmo trimestre do ano anterior, a retração na Construção Civil foi mais acentuada (-7,0%), mostrando-se como ponto de inflexão na retomada da Indústria. A estabilidade da Agropecuária (0,0%) evidencia o processo de finalização da safra 2017. Comparando com o mesmo trimestre de 2016, nota-se expansão da ordem de 14,9%, carregando os efeitos da elevação produtividade das principais lavouras do país, principalmente, da produção de grãos: soja, milho e algodão.
- Pela Ótica da Demanda, a contribuição mais importante adveio do crescimento do Consumo das Famílias, seguido pelas Exportações. O crescimento de 1,4% no Consumo das Famílias decorreu do incremento em termos reais da massa salarial, além do recuo sistemático da taxa de inflação (3,0% até junho) para um patamar abaixo da meta. Na comparação com o mesmo período de 2016, o avanço de 0,7% pode ser explicado também pelo recuo da Selic,

que saiu de 14,25% no 2º trimestre de 2016 para 10,25% no segundo trimestre de 2017. Soma-se a isso a injeção de R\$ 44 bilhões dos recursos advindos das contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço entre os meses de março e julho de 2017, dos quais cerca de 25% foram gastos no comércio varejista, de acordo com os dados da Confederação Nacional da do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, como mostrado na seção do Comércio (p.20). Na contramão, o Consumo do Governo (-0,9%) completou o quarto trimestre consecutivo de queda, demonstrando as fragilidades nas finanças públicas, que a despeito do déficit primário pelo quarto consecutivo, segue com frustração de receitas e quedas nas despesas discricionárias.

Tabela 1 - Brasil: Taxas de crescimento do PIB Trimestral por subsetor de atividade e por categoria de uso entre 2015 e 2017

PIB Trimestral	Crescimento Tri sobre Tri anterior						4 Tri contra os 4 Tri anteriores		
	2016				2017				
	1 Tri	2 Tri	3 Tri	4 Tri	1 Tri	2 Tri	2015	2016	2017
Ótica da Oferta									
Agropecuária	-7,2	-0,2	-6,1	-5	11,5	0	3,6	-6,6	6,2
Indústria	-0,5	0,5	-2,9	-2,5	0,7	-0,5	-6,3	-3,8	-2,1
Extrativa Mineral	-2	1,6	-5,1	4	1,8	0,4	4,8	-2,9	4,4
Transformação	0,1	0,1	-4,7	-2,4	1,1	0,1	-10,4	-5,2	-2
SIUP	1,3	2,7	8,7	2,4	3,1	-1,3	-1,5	4,7	2,6
Construção Civil	-1,7	-1,5	-3,2	-7,5	-0,5	-2	-6,5	-5,2	-6,4
Serviços	-0,5	-0,7	-2,7	-2,4	0,2	0,6	-2,7	-2,7	-1,7
Comércio	-1,3	-1,1	-6,6	-3,5	-0,2	1,9	-8,7	-6,3	-2,4
APU	-0,5	0,6	0,5	-0,7	-0,3	-0,3	-0,1	-0,1	-0,7
PIB Trimestral	-1	-0,4	-0,6	-0,5	1	0,2	-3,8	-3,6	-1,4
Ótica da Demanda									
Consumo das Famílias	-1,1	-1,3	-0,3	-0,3	0	1,4	-3,9	-4,2	-1,9
Consumo do Governo	0,5	0,2	-0,6	-0,2	-0,7	-0,9	-1,1	-0,6	-1,2
FBKF	-1,6	0,4	-2,8	-1,3	-0,9	-0,7	-13,9	-10,2	-6,1
Exportação	-0,4	-0,5	-2,3	-1	5,2	0,5	6,3	1,9	-0,7
Importação	-5,3	8,3	-3,6	3,3	0,6	-3,5	-14,1	-10,3	-0,7

Fonte: IBGE *período de 4 trimestres finalizados em junho de 2017

- O crescimento de 0,5% das Exportações de Bens e Serviços, com ligeira desaceleração em relação ao primeiro trimestre (5,2%) foi puxado pelo avanço das exportações de veículos automotores, minério de ferro e açúcar de cana, ao mesmo tempo, em que houve decréscimo dos embarques de bens de capital. Comparado com o mesmo período do ano anterior, as Exportações de Bens e Serviços cresceram 2,5%, com contribuições dos veículos automotores, petróleo e gás natural, agropecuária e papel e celulose. Ademais, como impulso positivo ressalta-se a contração das Importações de Bens e Serviços na ordem de 3,5%, que contra o mesmo período do ano anterior encolheu 3,3%, refletindo a menor demanda interna por máquinas e equipamentos, equipamentos de transporte, máquinas, aparelhos e materiais elétricos e produtos de metal.

- Finalizando a categoria da demanda, a Formação Bruta de Capital Fixo recuou 0,7% no segundo trimestre de 2017, situando a taxa de investimento em 15,5% do PIB ante 15,6% marcada no trimestre anterior, a menor taxa da série histórica. Na comparação com o segundo trimestre de 2016, a queda foi mais acentuada (-6,5%), explicada pela queda na importação de Bens de Capital (máquinas e equipamentos, e equipamentos de transporte, exceto veículos automotores), aliado ao desempenho negativo do subsetor de Construção Civil.

As perspectivas para o crescimento econômico em 2017 foram revisadas no Relatório Focus do dia 17 de setembro de 2017 para 0,6% após o resultado positivo do PIB Trimestral, enquanto que para 2018, o crescimento foi elevado para 2,2%. Com esses resultados, é indiscutível a existência de um processo de recuperação da economia brasileira à despeito do imbróglio do cenário político. O que ainda é pouco passível de mensuração é exatamente o grau dessa retomada. Por um lado, nota-se uma dinâmica nos setores econômicos, estimulada em grande parte pela melhora do ambiente macroeconômico e pela inexistência de crise no setor externo. Por outro lado, observam-se processos que tendem a torná-la mais demorada, como é o caso da crise no setor fiscal e a compressão dos investimentos públicos.

2.1.2. Produção Industrial

Exportações, supersafra e liberação do FGTS sustentaram parte do crescimento de 0,8% da indústria no acumulado do ano

A Produção Física Industrial encerrou o mês de julho de 2017 com alta de 0,8% em relação a junho (dados com ajustes sazonalmente) havendo crescimento em todas as categorias de uso: Bens de Capital (1,9%), Intermediários (0,9%) e de Consumo (0,6%). Além do resultado positivo na variação mensal, o crescimento de 2,2% na comparação interanual (contra junho de 2016), 1,8% no trimestre e de 0,9% no acumulado do ano, contribuíram para a suavização no acumulado dos últimos 12 meses encerrados em julho (-1,1%), enquanto que no mesmo período a queda foi da ordem de 9,5% (Tabela 2).

- A atividade de Fabricação de Produtos Alimentícios, que foi a menos prejudicada pela crise, apresentou crescimento de 2,2%, contribuindo em grande medida para o crescimento da indústria no mês de junho, tendo em vista que 14 das 24 atividades da indústria encerraram o mês em alta.
- Com um maior processamento da cana-de-açúcar devido ao clima seco atual na maior parte da região Centro-Sul, houve um impulso na produção de álcool impactando positivamente no setor de derivados do petróleo e biocombustíveis, o qual teve crescimento de 1,9% no mês de julho contra junho, embora ainda apresente queda na comparação contra julho do ano passado (-3,6%) e no acumulado do ano (-7,1%).

- Embora tenha encerrado o mês em queda (-0,45%), a atividade de Fabricação de Veículos, Reboques e Carrocerias cresceu 11,8% em junho contra o mesmo mês do ano anterior, com um aumento também notável (+11,5%) comparando o primeiro semestre deste ano com o mesmo período de 2016. Reflexo da elevada participação das exportações de veículos, que neste primeiro semestre correspondeu a 30% da produção de automóveis, maior que a média dos últimos 10 anos (17,0%) e maior que a média do igual período no ano passado (23,0%).
- A supersafra também contribuiu, pois induziu um aumento na demanda do setor agrícola por veículos agrícolas, ajudando no crescimento de 35% no acumulado dos últimos sete meses, com destaque para Colheitadeira de Grãos, cuja produção cresceu 46% no mesmo período.

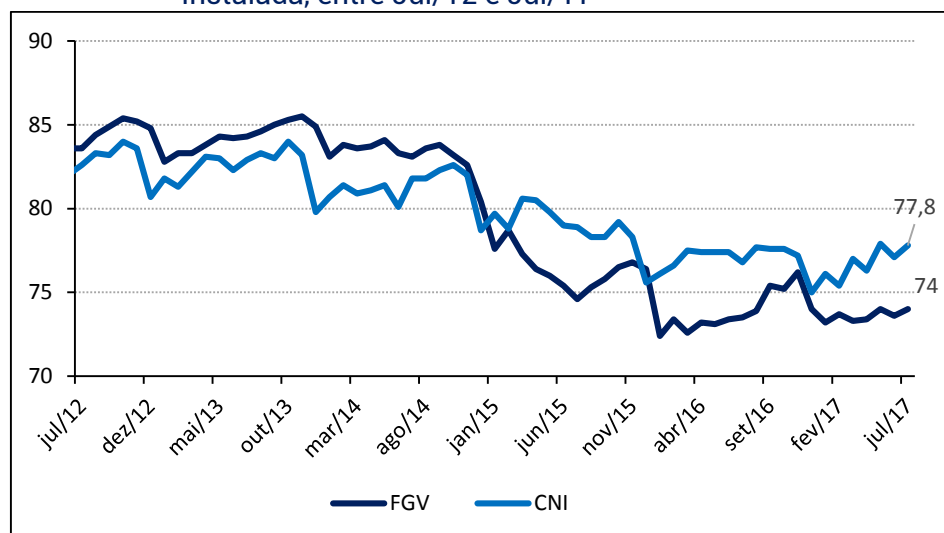
Tabela 2 - Brasil: Desempenho Trimestral da Indústria por Categoria de Uso em mai/17 a jul/17; 1° Tri a 2°Tri de 2017 e acumulado em 12 meses

Categoria de uso	% contra mês anterior			MoM	2° Tri*	Acum. Ano	12 Meses
	(c/ ajuste sazonal)						
	mai/17	jun/17	jul/17				
Geral	1,2	0,2	0,8	2,5	1,8	0,9	-1,1
Bens de Capital	4,1	1,5	1,9	8,8	6,6	3,7	2,8
Bens Intermediários	0,6	0,1	0,9	5,1	1,4	0	-1,7
Bens de Consumo	1,7	0,1	0,6	5	1,3	1,4	-1
Bens de Consumo Duráveis	6,4	-5,6	2,7	12	2,5	9,8	3,8
Semi-duráveis e Não-duráveis	1,1	-0,1	2	3,5	0,8	-0,4	-2,1

Fonte: IBGE

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) apresentou crescimento de 2 pontos no índice em relação a maio, ficando em 52,6 pontos em agosto. Essa pontuação representa um crescimento de 4,0% na confiança do empresário, permanecendo em patamar otimista e contrapondo-se ao ritmo de queda observado nos meses de junho e julho. Tal ritmo de queda se iniciou após as delações ocorridas no final de maio contra o presidente Temer, denotando alta sensibilidade do índice de confiança em relação ao ambiente político. O arquivamento da denúncia contra o presidente Temer não foi o suficiente para acalmar o ambiente político, mas demonstrou que o governo ainda tem uma base aliada considerável, provavelmente capaz de dar continuidade às reformas, principalmente à trabalhista, de maior interesse para a indústria, impactando positivamente a confiança do empresário.

Gráfico 3 - Brasil: Evolução do Nível de Utilização da Capacidade Instalada, entre Jul/12 e Jul/17



Fonte: FGV, ICEI

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI), referentes aos dados da CNI, variou positivamente no mês de julho (0,9%), alcançando 77,8%. Houve aumento também em relação ao mesmo mês do ano anterior na ordem de 1,3%, já nos dados da FGV, nesses mesmos períodos, o crescimento foi de 0,5% e 0,7% respectivamente, encerrando o mês em 74%. Tendo isso em vista, há uma nítida trajetória de retomada da capacidade instalada, que se iniciou desde fevereiro (Gráfico 3).

Ainda que o crescimento da produção industrial de 0,9% no acumulado do ano tenha sido, em parte, ocasionado por fatores extras (exportação, liberação do FGTS e supersafra), temos atualmente uma inflação baixa, retomada do consumo e queda da taxa de juros, que são fundamentos econômicos que proporcionam um ambiente favorável à produção e sinalizam uma trajetória de retomada da indústria. Embora atualmente o cenário econômico esteja favorável à indústria (redução da inflação e queda da taxa de juros), o pedido da OMC para retirada de subsídios do setor industrial é um fator que deve ser considerado como um obstáculo à retomada da indústria.

2.1.3. Comércio

Em julho, o volume de vendas do comércio varejista restrito cresceu 3,1% em relação ao mesmo mês do ano anterior, a quarta taxa consecutiva de crescimento

Conforme os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE, o volume de vendas físicas do comércio varejista restrito registrou variação nula (0,0%) em julho de 2017 em relação ao mês anterior (dados ajustados sazonalmente). Na comparação trimestral, com ajuste sazonal, o Sudeste foi a região com o maior volume de vendas (3,0%), seguido do Norte (1,8%), enquanto o Sul, o Nordeste e o Centro-Oeste cresceram, respectivamente, 0,3%, 0,4% e 0,6%.

Contra o mesmo mês do ano anterior, o volume de vendas registrou aumento de 3,1%, a quarta alta consecutiva nessa base de comparação. No acumulado do ano, o volume de vendas ficou estável (0,3%) e no acumulado dos últimos 12 meses obteve taxa de -2,3%, com esse resultado sinaliza a manutenção da redução no ritmo de queda iniciado em outubro de 2016 (-6,8%) (Tabela 3).

Tabela 3 - Brasil: Taxas de Crescimento do Volume de Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado (em %) - mai/17 a jul/17 e acumulado em 12 meses (em %)

Atividades	Variação Mensal % (*)			jul/17 (**)	Acum. Ano	12 Meses
	mai/17	jun/17	jul/17			
Comércio Varejista Restrito	0,2	0,9	0	3,1	0,3	-2,3
Combustíveis e lubrificantes	0,8	1,2	-1,6	-0,9	-3,1	-5,4
Hiper., super., prod. Alim., beb. e fumo	1,1	-0,3	0,7	0,3	-0,5	-1,7
Tecidos, vestuário e calçados	-8,3	6,1	0,3	15,5	7,1	-1,2
Móveis e eletrodomésticos	1,7	2,1	0	12,7	6,8	-1,2
Art. farm., méd., orto., perf. e cosm.	0,7	1,3	-0,4	2,4	-0,4	-2,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	-5,5	5,1	0	0,2	-3,3	-8,1
Equip. e mat. Escrit., inform. Comum.	0,3	-2,3	4,4	11,6	-0,6	-3,6
Outros art. uso pessoal e doméstico	0,6	2,8	-0,2	4	-0,2	-3
Comércio Varejista Ampliado	-0,2	2,3	0,2	5,7	1,1	-2,8
Veículos, motocicletas, partes e peças	2,2	4,2	-0,8	6,5	-2,9	-7,3
Material de construção	2,3	1,1	0,9	11	5,6	-0,2

Fonte: IBGE (*) com ajuste sazonal (**) contra o mesmo mês do ano anterior

Na comparação interanual, com julho de 2016, sete dos oito setores de atividade econômica apresentaram resultado positivo, com destaque para: *Tecidos, vestuário e calçados (15,5%); Móveis e eletrodomésticos (12,7%); Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (11,6%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (4,0%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (2,4%); Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,3%); Livros, jornais, revistas e papelaria (0,2%).*

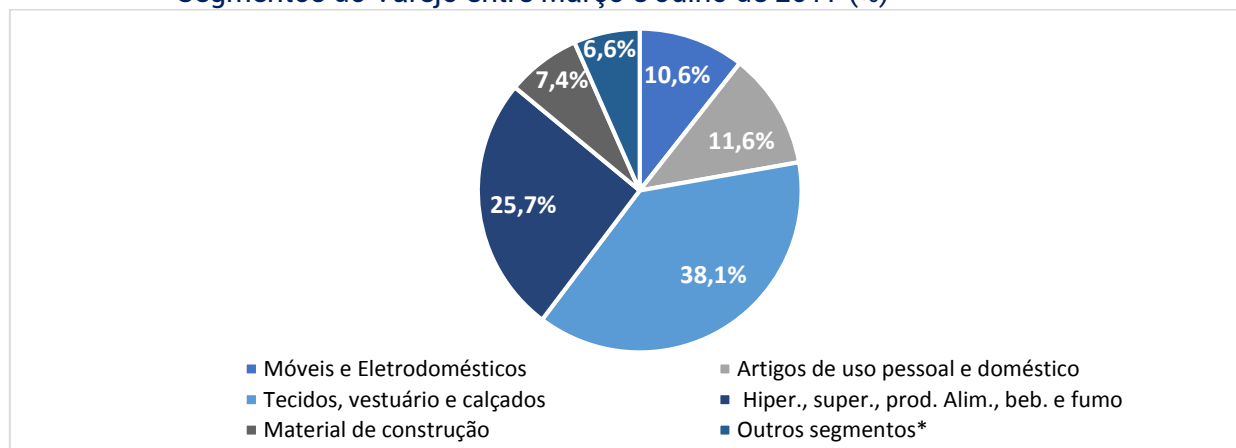
Em seu conceito ampliado - que inclui o varejo e as atividades de *Veículos, motos, partes e peças e de Material de Construção* - o volume de vendas do varejo cresceu 0,2% na base mensal de comparação. Em relação a julho de 2016, o varejo ampliado registrou expansão de 5,7%, com esse resultado interrompeu uma sequência de 36 meses consecutivos de queda.

- Nos últimos 12 meses, apresentou queda de 2,8%, influenciada pela queda do volume de vendas do setor de *Veículos, motocicletas, partes e peças*, que registrou queda 7,3% nos últimos 12 meses; e, no acumulado do ano, essa atividade apresentou queda de 2,9%. A atividade de *Material de Construção* apresentou expansão de 0,9% na passagem de junho para julho de 2017. Na comparação interanual, apresentou crescimento de 11%. No acumulado do ano, registrou expansão de 5,6%, e nos últimos 12 meses, queda de 0,2%.

De acordo com a CNC, os saques nas contas inativas do FGTS contribuíram positivamente para o desempenho do comércio varejista brasileiro: do total de R\$ 44 bilhões sacados das contas

inativas entre março e julho de 2017, 25% (R\$ 10,8 bi) chegaram ao varejo, o que equivale a 1,4% das vendas do varejo. As principais atividades impactadas positivamente pela disponibilidade de recursos foram: *Tecidos, vestuários e calçados* (38,1%) e *Hipermercados e Supermercados* (25,7%), como pode ser visto no **Gráfico 4**.

Gráfico 4 - Brasil: Impactos dos Recursos Sacados das Contas Inativas do FGTS sobre Segmentos do Varejo entre Março e Julho de 2017 (%)



Fonte: CNC. *Inclui Informática e comunicação, Farmácias e perfumarias e Livrarias

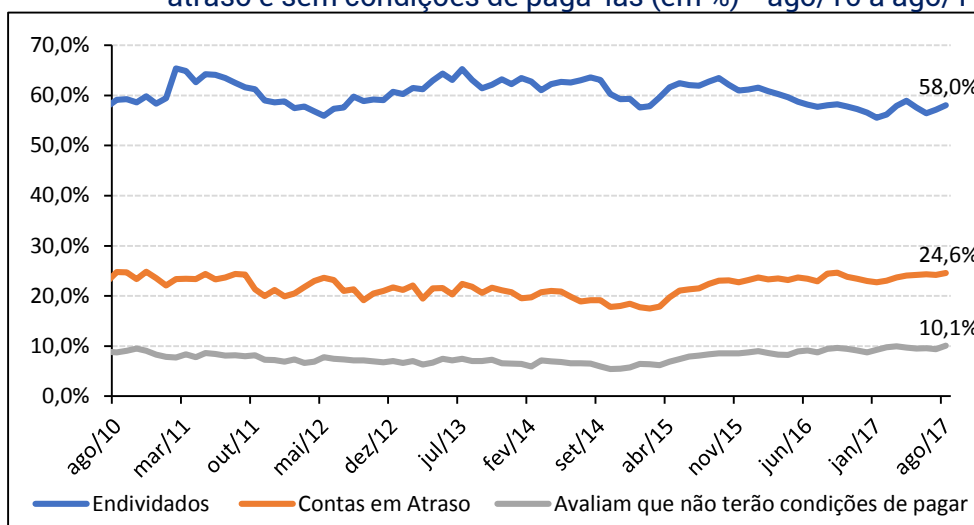
Em suma, os principais setores que vem contribuindo para a retomada do volume de vendas do varejo brasileiro em 2017 - leve alta no acumulado do ano (+1,1%), em relação ao mesmo período do ano passado - são: Vestuário e calçados (+7,1%), Móveis e eletrodomésticos (+6,8%) e Materiais de Construção (+5,6%). Esse desempenho está aliado à redução da inflação e da taxa de juros, o que significa recuperação das condições de consumo, principalmente, por parte das famílias brasileiras. Tendo em vista isso, a CNC revisou as suas expectativas para o volume de vendas do varejo ampliado em 2017: de +1,8% para +2,2%.

2.1.4. Endividamento

Em agosto de 2017, o percentual de famílias inadimplentes alcançou o maior percentual do ano (10,1%) e o segundo maior da série histórica desde janeiro de 2010 (10,1%)

Os dados da pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela CNC, mostram que o endividamento das famílias brasileiras aumentou 1,4% em agosto de 2017, abrangendo 58% das famílias. O percentual de famílias com contas em atraso também aumentou (+1,8%), abrangendo 24,6%; enquanto o percentual de inadimplência alcançou a maior taxa do ano (10,1%), a segunda maior da série histórica desde janeiro de 2010.

Gráfico 5 - Brasil: Percentual de Famílias Endividadas, com contas em atraso e sem condições de pagá-las (em %) - ago/10 a ago/17



Fonte: CNC

De acordo com a CNC, o desemprego ainda em patamar elevado dificulta as famílias em pagar suas contas em dia. Aponta ainda que apesar da queda das taxas de juros, a contratação de novos empréstimos e financiamentos pelas famílias vem lentamente se recuperando. A principal dívida é o cartão de crédito (76,4%), seguido dos carnês (5,8%) e do crédito pessoal (10,6%).

2.1.5. Inflação

O indicador acumulado de 12 meses apresentou o 12º recuo seguido e ficou abaixo do piso da meta de inflação (3% a.a.). No ano, a inflação acumulada até agosto, registrou alta de 1,62%, bem abaixo do registrado em igual período do ano passado (5,42%).

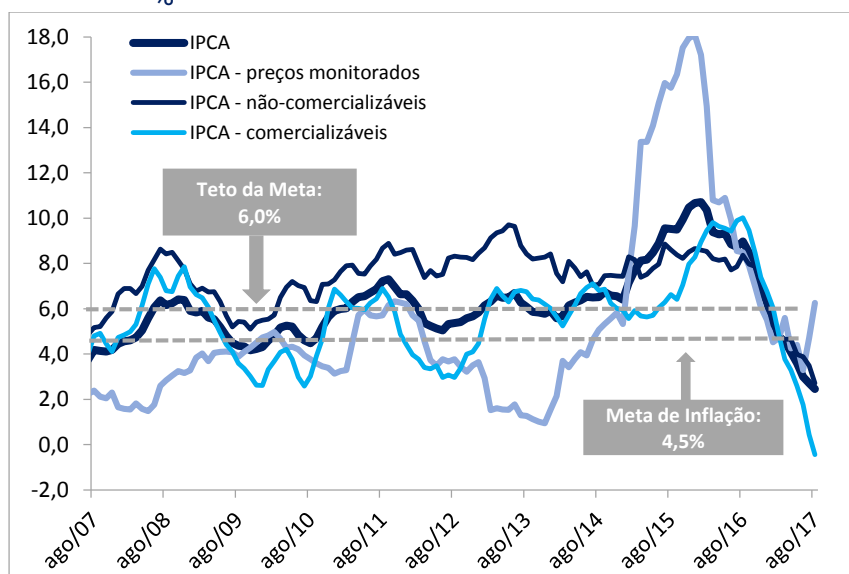
O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) vem desacelerando desde fevereiro de 2016, quando atingiu 10,36% a.a. Em agosto do ano corrente, fechou em 2,46% no acumulado em 12 meses, abaixo dos 2,71% acumulados no mês anterior, sendo que esse percentual foi o menor desde fevereiro de 1999 (2,24%). A deflação no grupo de alimentação e a alta no grupo dos combustíveis foram os que mais impactaram o resultado do IPCA em agosto de 2017.

- O grupo de alimentação e bebidas apresentou deflação de 1,07% em agosto, a quarta consecutiva no ano. A boa safra de alimentos já havia colaborado na queda dos preços do grupo em maio (-0,35%), junho (-0,50%) e julho (-0,47%). Segundo o IBGE, a queda dos preços dos alimentos foi puxada pelos alimentos para consumo em casa (-1,84%) enquanto que o preço da alimentação fora de casa ficou 0,35% mais cara no mesmo período.
- O desempenho do grupo alimentos ajudou a compensar a alta dos combustíveis e da energia elétrica. A principal pressão inflacionária veio de dois dos itens que compõem os preços administrados pelo governo: a conta de energia elétrica e o preço dos combustíveis.

(Gráfico 6)

- O preço dos combustíveis registrou alta de 6,67% em agosto. Enquanto que a gasolina ficou 7,19% mais cara, o etanol sofreu aumento de 5,71%. Essa elevação dos preços reflete o aumento dos preços em função de elevação do PIS-COFINS que ocorreu no final de julho de 2017.
- Já as tarifas de energia elétrica ficaram 1,07% mais caras em agosto de 2017, dado o impacto da mudança da bandeira tarifária para a faixa vermelha de tarifação.

Gráfico 6 - Brasil: Evolução no IPCA, preços livres e monitorados acumulado de 12 meses entre ago/07 e ago/17 - em %



Destaca-se que dos 9 grupos que compõem o IPCA, Alimentação e Bebidas e Comunicação foram os únicos a apresentar queda nos preços registrados em agosto.

Apesar da pressão de energia, o grupo de habitação do IPCA desacelerou de 1,64% em julho para 0,57% em agosto. Esse grupo representa algo como 15% das despesas das famílias e contribuiu com 0,09 ponto para o índice no mês.

Fonte: IBGE/BCB

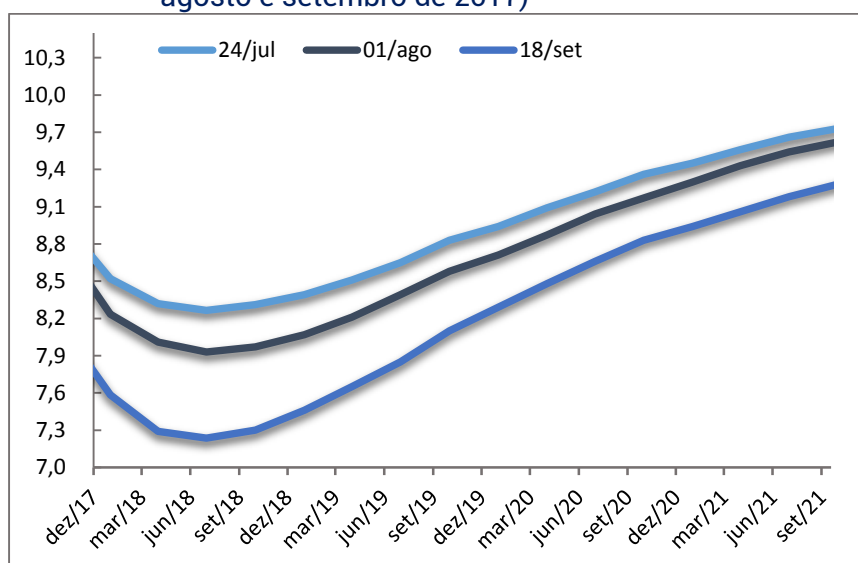
- O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) caiu 0,03% em agosto, após alta de 0,17% em julho. O índice acumula alta de 1,73% em 12 meses e de 1,27% até agosto deste ano. O INPC tem maior peso dos alimentos do que o IPCA, por isso, ele apresentou deflação no mês enquanto o IPCA marcou 0,19%.
- Em comunicado, o COPOM afirmou que o cenário internacional “tem se mostrado favorável, na medida em que a atividade econômica global vem se recuperando sem pressionar as condições financeiras nas economias avançadas. Isso contribui para manter o apetite ao risco em relação a economias emergentes”.⁴
- O resultado do IPCA, abaixo do esperado, reforçou que recuperação gradual da atividade econômica não oferece pressão sobre inflação e, consequentemente, haverá mais espaço para corte de juro.

⁴ Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/notas/16260>> Acesso em 18 de setembro de 2017.

Devido ao cenário benigno da inflação nos últimos meses, juros futuros seguem em queda no curtíssimo prazo, mas com retomada já no segundo semestre de 2018

O cenário benigno da inflação nos meses recentes somado ao baixo crescimento econômico são os fatores que mais vem influenciando a redução dos juros. Devido a isso, a expectativa embutida na taxa média *DI x Pré* indica uma acomodação dos juros no curtíssimo prazo, seguido de uma retomada já no segundo semestre de 2018 (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Brasil: Curva de Juros Futuros (*DI x Pré*) períodos selecionados, entre dez/17 e set/21 em %. (julho, agosto e setembro de 2017)



Conforme o BCB, a economia ainda opera com índices baixos da capacidade da indústria, além de alto índice de ociosidade dos fatores de produção.

Com isso, a continuidade do ciclo de distensão da política monetária deverá se estender até o fim do ano, com a taxa básica de juros encerrando em 7,0% a.a. Para 2018, segue a mesma expectativa, ante 7,25% a.a nas semanas anteriores.

Fonte: Advanced Financial Network – ADVFN/BM&F BOVESPA

- Na véspera do feriado do dia da independência, o BCB deu continuidade ao ciclo de corte na taxa básica de juros. Foi o oitavo corte consecutivo desde outubro de 2016, quando saiu de 14,25% a.a. para 8,25% a.a. em setembro do ano corrente.
- Nesse intervalo de tempo, foram dois cortes de 0,25 p.p., dois de 0,75 p.p. e quatro de 1,0 p.p. O mercado espera um corte de mais 1,0 p.p. no final de outubro, próxima reunião do Copom.
- Atualmente, considerando a relação entre a taxa Selic e o IPCA, os juros reais de curto prazo estão em torno de 5,65% a.a., ante 6,37% a.a. no mês anterior. Essa redução é fundamental para o ciclo de retomada do crescimento econômico.
- A partir de 2018, os brasileiros terão uma nova taxa de juros de longo prazo. A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) será substituída pela Taxa de Longo Prazo (TLP).
- Essa nova taxa tende a convergir para a taxa de juros do título NTN-B⁵ de cinco anos, do Tesouro Nacional.

⁵ Disponível em: <<https://br.advfn.com/educacional/titulos-publicos/nota-do-tesouro-nacional-serie-b>> Acesso em: 7 de setembro de 2017.

2.2. Comércio Exterior e Balanço de Pagamentos

2.2.1. Commodities

Demanda global por *commodities* continua resiliente e é favorecida pela recuperação e crescimento econômico mundial

Em geral, a média dos preços até julho de 2017 vem sendo superior à média do ano de 2016, com exceção das cotações de fertilizantes. Em resumo, os preços subiram em função dos custos com energia (+25,7%) e em função de pressões advindas da demanda internacional, sobretudo via China e Europa que vem registrando crescimentos acima do esperado para o ano.

- Nas *commodities* energéticas, os preços acompanham a elevação da cotação do Petróleo, que desde abril vem retratando sinais de instabilidade no “acordo” entre Estados Unidos e OPEP para a manutenção dos preços em patamares acima de US\$ 50,0/bbl. Embora não tenha ocorrido pronunciamento oficial pela OPEP quanto aos cortes de produção e estabilidade dos preços, a Venezuela e a Rússia pressionam a continuidade da produção da *commodity* no mercado. Na Venezuela a elevada inflação (média aproximada 700% para 12 meses) puxa ainda mais para baixo os preços do produto (Tabela 4), pois a desvalorização do bolívar venezuelano frente às demais moedas reduz substancialmente o custo com importação da *commodity* e seus derivados por parte dos clientes da Venezuela, um dos maiores produtores da mercadoria.⁶
- Para os Grãos, os preços médios até julho de 2017 estão praticamente estáveis em relação ao mesmo período do ano anterior. O preço médio da Soja para o ano corrente foi de US\$ 403/t (+0,2%) e do Milho de US\$ 158,9 (-3,7%). Em função do crescimento das safras no Brasil e Argentina, além de incentivos fiscais à produtores nos Estados Unidos, espera-se que os preços para os grãos, em geral, caiam aproximadamente 3% em 2017.
- As *commodities* com maior valorização foram as metálicas, resultado de dois fatores em especial: 1) restrições de oferta no Chile, Peru, China e Indonésia via manifestações, greves dos trabalhadores e disputas contratuais; e 2) crescimento da demanda: na China, via maior atividade industrial no período; nos Estados Unidos, via políticas de expansão da infraestrutura e expectativa de ampliação da produção bélica.
- A demanda do Minério de Ferro vem sendo suprida pela produção recorde da *commodity* na Austrália e no Brasil, que pelo ritmo e com a conclusão das obras do projeto S11D da Vale S/A no Brasil, e acrescido das expectativas de menor crescimento da China (embora em ritmo lento), os preços devem continuar a cair em 2018, conforme observa-se desde o topo de US\$ 89,7 registrado em fevereiro deste ano, maior valor desde agosto de 2014.

⁶ Enquanto a inflação global costuma ter relação proporcional a elevação dos preços internacionais do petróleo, a inflação venezuelana deriva da necessidade de manter a produção de petróleo, como o país não detém de capital suficiente, este, para manter a oferta vem captando recursos financeiros e emitindo moeda para cobrir seus custos, a manutenção da produção com câmbio extremamente desvalorizado, em função da inflação interna, torna mais barato o preço do petróleo importado do país.

Tabela 4 - Internacional: Cotação média anual, mensal e projeções⁷ para as principais *commodities* presentes na balança comercial brasileira e maranhense. Valores em US\$ (nominal)

Descrição	Médias anuais		2016		2017		Cresc. (%)			Projeções	
	2015	2016	Julho	Dez	Junho	Julho	No ano	No mês	Jul17 /16	2017	2018
Energéticas											
Petróleo Crude ¹ (\$/bbl)	52,4	44,0	45,1	54,1	46,9	48,7	-10,0	3,8	8,0	55,0	60,0
Gás Natural - US (\$/mmbtu)	2,6	2,5	2,8	3,6	2,9	3,0	-17,3	0,8	6,2	3,0	3,5
Grãos											
Soja, Grãos (\$/mt)	390,4	405,8	432,0	421,0	380,0	408,0	-3,1	7,4	-5,6	410,0	418,2
Milho (\$/mt)	169,8	159,2	161,8	152,4	157,9	157,5	3,3	-0,3	-2,6	160,0	163,4
Proteína Animal											
Carne Bovina (\$/kg)	4,4	3,9	4,1	3,9	4,5	4,5	17,3	0,2	9,6	4,0	4,0
Matérias Primas Agrícolas											
Pasta de Celulose ² (\$/mt)	925,3	802,0	797,0	808,8	886,8	890,2	10,1	0,4	11,7	-	-
Algodão (\$/kg)	1,6	1,6	1,8	1,8	1,9	1,9	5,8	-0,8	3,7	1,7	1,7
Fertilizantes											
Fosfato, rocha (\$/mt)	117,5	112,2	115,0	103,0	93,0	88,0	-14,6	-5,4	-23,5	105,0	106,4
DAP (\$/mt)	458,9	345,3	341,0	315,0	350,0	343,0	8,9	-2,0	0,6	330,0	338,0
TSP (\$/mt)	385,0	290,5	285,0	267,0	277,0	280,0	4,9	1,1	-1,8	250,0	254,8
Uréia (\$/mt)	272,9	199,3	177,0	216,0	185,0	185,0	-14,4	0,0	4,5	280,0	286,7
Metálicas e Minerais											
Alumínio (\$/mt)	1.664,7	1.603,6	1.629,1	1.727,7	1.885,3	1.903,0	10,1	0,9	16,8	1.700,0	1.734,1
Minério de Ferro (\$/dmto)	55,8	58,4	57,0	80,0	57,5	67,7	-15,3	17,8	18,8	65,0	55,0
Cobre (\$/mt)	5.510,5	4.866,9	4.864,9	5.660,4	5.719,8	5.985,1	5,7	4,6	23,0	5.400,0	5.508,9
Ouro (\$/troy oz)	1.160,7	1.249,0	1.336,7	1.157,4	1.260,3	1.236,9	6,9	-1,9	-7,5	1.150,0	1.137,7

Fonte: World Bank, BDM INSEE, NBSK Index (Chicago) *média até julho

- Nos Fertilizantes, embora os preços médios até julho deste ano estejam abaixo do mesmo período e da média total de 2017, as tendências apontam para crescimento de 1% no preço médio de 2017 em função dos custos crescentes de produção, redução da oferta e aumento substancial da demanda em função do *boom* das safras de *commodities* agrícolas na América Latina e Estados Unidos.
- Para as matérias primas, os preços estão crescentes devido a inundações no sul da Ásia que restringiram a produção. Na Pasta de Celulose, a demanda crescente na China (+22%), a elevação dos custos de produção (energia e produtos químicos) e de logística (transporte de containers +15%), geraram pressões positivas nos preços na Austrália, Canadá e Brasil.

2.2.2. Balança Comercial

Balança Comercial Brasileira registrou no acumulado até julho/17, o maior superávit desde 1989

Para a balança comercial brasileira (Tabela 5), os resultados registrados no acumulado até julho deste ano trazem perspectivas otimistas para o superávit comercial, o período registrou o maior superávit desde 1989, elevando as expectativas para o resultado do final do ano, que deverá ficar em torno de US\$ 60 bi, acima do esperado para o começo do ano que girava em torno de US\$ 50 bi. A estimativa positiva deriva das oscilações dos preços internacionais, sobretudo na alta das *commodities* metálicas e do petróleo, aumento da safra de soja e recuperação das exportações automobilísticas.

- Na pauta de exportações, o maior valor advém dos preços médios ainda elevados do Petróleo e do Minério de Ferro, que no acumulado até julho deste ano cresceram respectivamente em US\$ 5,8 bilhões (+117,9%) e US\$ 4,3 bilhões (+75,7%).

⁷ Projeções realizadas em abril/2017.

- Os preços médios até julho deste ano para o Petróleo Brent (US\$51,7/bbl) e para o Minério de Ferro (US\$ 73,6/dmtu) apresentaram, respectivamente, valorização de 26,5% e 39,2% em relação aos preços médios do mesmo período do ano passado.
- Outro fator positivo foi a melhora climática que favoreceu a produção agrícola, sobretudo a Soja e seus derivados, que somou US\$22,9 bilhões (+13,51%) e 60 mil toneladas (+10,3%) no acumulado até julho deste ano.
- Outras *commodities* também foram favorecidas pelo efeito preço, contribuindo para elevar as exportações, sem crescimento na quantidade. O valor exportado de Açúcar-de-Cana cresceu (+28%); do Café (+7,3%); Pedacos de Galinhas/Galos (+14,4%); Carnes Bovinas (+5,2%) e Alumina Calcinada (+12,4%).

Tabela 5 - Brasil: Balança Comercial de 2010 até 2017*, Valores em FOB US\$ milhões e Var (%)

Ano	Exportação (a)	a (var %)	Importação (b)	b (var %)	Saldo (a+b)	Corrente Comercial (a-b)	a-b (var %)	Termos de Troca (a/b)
2010	201.915	-	-181.768	-	20.147	383.684	-	29,5
2011	256.040	26,8	-226.242	24,5	29.798	482.281	25,7	30,9
2012	242.580	-5,3	-223.149	-1,4	19.431	465.729	-3,4	28,2
2013	242.179	-0,2	-239.621	7,4	2.558	481.800	3,5	28,8
2014	225.101	-7,1	-229.154	-4,4	-4.054	454.255	-5,7	28,2
2015	191.134	-15,1	-171.449	-25,2	19.685	362.583	-20,2	25,6
2016	185.235	-3,1	-137.552	-19,8	47.683	322.787	-11	28,6
2016*	106.579	-	-78.353	-	28.227	184.932	-	25,3
2017*	126.471	18,7	-83.961	7,2	42.510	210.432	13,8	28,6

Fonte: MDIC, *acumulado até julho

- Nas importações há crescimento expressivo nas compras de Combustíveis e Lubrificantes, que totalizaram US\$ 12,1 bilhões (+36,9%) e de Insumos Industriais que atingiram a cifra de US\$ 29,8 bilhões (+12,6%). O resultado deriva da valorização do real que, na média até julho deste ano, foi mais favorável às importações de insumos necessários ao mercado interno do que no mesmo período do ano passado; maiores preços dos derivados de petróleo e crescimento da atividade econômica nacional e consequentemente da demanda por insumos, sobretudo, fertilizantes.

2.2.3. Balanço de Pagamentos

Em meio à crise, recorde da balança comercial é o principal responsável pelo ótimo desempenho das contas externas

A conta de transações correntes (Tabela 6) registrou até julho de 2017 saldo negativo de US\$ -2,7 bilhões, sendo 78% menor que o déficit US\$ -12,4 bilhões dos primeiros sete meses de 2016. Deste modo, mesmo em meio à crise, as contas externas estão indo bem, com a relação Transações Correntes/PIB saindo de -1,2% para -0,2%, amenizando neste ano o quadro de necessidade de financiamento externo visto em igual período de 2016.

- A elevação dos valores exportados das principais *commodities*, Minério de Ferro (72%), Petróleo (99%) e Derivados de Soja (13,5%), na comparação com igual período de 2016 contribuiu para o saldo superavitário da Balança Comercial que foi o principal fator da redução do déficit da Conta Corrente. Mesmo com as importações aumentando 7,3%, as exportações compensaram fortemente com aumento de 18,5%, resultando em um saldo da Balança Comercial nos primeiros sete meses no valor de US\$ 22,4 bilhões, 134,5% maior comparado ao mesmo período de 2016.
- O déficit no saldo de Renda Primária no ano é de US\$ 26,3 bilhões, registrando um aumento de 11% em relação ao mesmo período do ano passado, o qual foi puxado pelo aumento de 15,3% e 10,5% do déficit da conta renda de investimento direto e renda de investimento em carteira, respectivamente, comparado à igual período do ano anterior.
- O saldo da balança de serviços até julho deste ano é de US\$ -18,5 bilhões, e está 8,5% menor que o resultado visto em igual período de 2016, sendo a conta de viagens o principal fator que elevou este déficit, o qual apresenta uma diferença de aproximadamente US\$ 3 bilhões (-68,2%) entre os dois períodos, consolidando em julho um saldo negativo de US\$ -7,2 bilhões. O déficit se concentra mais na conta de viagens pessoais, o que explica em grande medida a crise dos passaportes no Brasil esse ano, ocasionada pela grande demanda do documento e a incapacidade do governo em atendê-la devido à falta de orçamento.

Tabela 6 - Brasil: Balanço de Pagamentos 2014 a 2017* (US\$ milhões)

Discriminação	2014	2015	2016	Var. % 16/15	Acumulado até Julho		Var. % 17/16
					2016*	2017*	
TRANSAÇÕES CORRENTES	-104.181	-58.882	-23.681	59,8	-12.468,0	-2.689,1	78,4
Balança comercial (Bens e Serviços)	-54.736	-19.249	14.569	175,7	9.566	22.434	134,5
Balança Comercial - Bens	-6.629	17.670	45.025	154,8	26.678	40.993	53,7
Balança Comercial - Serviços	-48.107	-36.919	-30.456	17,5	-17.111	-18.559	8,5
Viagens	-18.724	-11.513	-8.473	26,4	-4.272	-7.185	68,2
Renda Primária	-52.170	-42.357	-41.237	2,6	-23.739	-26.329	10,9
Rendas Secundárias	2.725	2.724	2.986	9,6	1.705	1.206	-29,3
CONTA CAPITAL + FINANCEIRA	-100.367	-54.294	-17.182	68,4	-7.521	-642	91,5
Conta Capital	231	440	248	-43,6	114	230	101,5
Conta Financeira	-100.599	-54.734	-17.430	68,2	-7.635	-872	88,6
Investimento Direto (IDE-IDP)	-70.855	-61.576	-71.148	15,5	-27.318	-39.101	43,1
Investimento Direto no Exterior	26.040	13.498	7.748	-42,6	6.576	1.440	-78,1
Investimento Direto no País	96.895	75.075	78.896	5,1	33.894	40.541	19,6
Investimento em Carteira	-38.708	-22.047	19.120	186,7	5.013	5.232	4,4
Outros Investimentos	-3.436	23.871	26.635	11,6	9.170	22.935	150,1
TRANSAÇÕES CORRENTES (%PIB)	-4,2	-3,3	-1,3	59,8	-1,2	-0,2	80,9
RESERVAS INTERNACIONAIS	363.551	356.464	365.016	2,4	369.340	381.029	3,2

Fonte: BCB, *acumulado até julho

O déficit na conta financeira até julho (US\$ -872 milhões) está 88,6% menor que o registrado no mesmo período de 2016, tendo esta redução como principal fator o aumento do saldo da conta outros investimentos, que foi de 150% no período, ficando em US\$ 22,9 bilhões, sendo que o crescimento dos empréstimos, que foi 8,3 vezes maior que igual período do ano passado, o principal responsável pelo aumento nesta conta.

Os investimentos diretos no país neste ano já somam US\$ 40,5 bilhões, sendo 19,6% maior que o mesmo período do ano anterior. Isso ocorre porque, além da resiliência dos investimentos chineses frente ao ambiente político nacional desfavorável, a melhora dos indicadores econômicos do Brasil (queda da inflação, crescimento do consumo e estabilidade da indústria), elevou as expectativas e reviveu parte do fluxo de investimentos das principais economias mundiais para o país, as quais estão em ritmo de crescimento. Entretanto, recentemente foi anunciado que haverá um aumento da arrecadação na ordem de 80% sobre os *royalties* da produção mineral no Brasil, e isso pode afetar certos investimentos externos relacionados a esta atividade no Brasil, os quais podem migrar para outros países como Chile, Austrália, Canadá, comprometendo assim os fluxos de investimentos para esse ano.

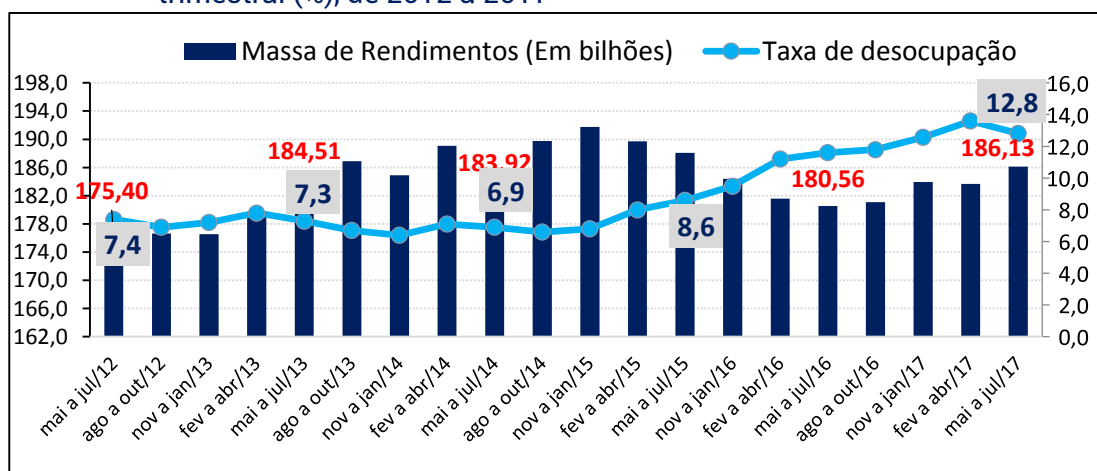
2.3. Mercado de Trabalho

Taxa de desocupação do país marca 12,8% no trimestre móvel maio-julho de 2017 e recua 0,8 p.p contra o trimestre anterior

De acordo com os dados da PNAD Contínua (Gráfico 8), a taxa de desocupação trimestral brasileira caiu para 12,8% (0,8 p.p. em relação ao trimestre anterior). Isto se deve à queda do número de pessoas desocupadas (-5,1 % contra o trimestre anterior), algo que não se observava desde 2014. Já na comparação interanual, o indicador marcou crescimento de 1,2 p.p.

Quanto ao número de ocupados, registrou-se aumento de 1,6% no trimestre maio-julho de 2017 em relação ao trimestre anterior, decorrente principalmente do crescimento do número de trabalhadores sem carteira - exclusive trabalhadores domésticos (+4,6%, na mesma base de comparação). Já a massa de rendimentos reais dos trabalhadores ocupados no país somou R\$ 186,1 bilhões, crescimento de 3,1% contra o mesmo período do ano anterior, sobretudo devido à contribuição da valorização do rendimento médio real (+3% na mesma base de comparação).

Gráfico 8 - Brasil: Massa de rendimentos reais* (R\$ em bilhões) e Taxa de desocupação trimestral (%), de 2012 a 2017



Fonte: PNADc mensal/IBGE * Inflacionada pelo IPCA, a preços de maio de 2017

Segundo os dados do CAGED, no mercado de trabalho formal brasileiro observou-se a

criação de 35,5 mil postos de trabalho em agosto de 2017. Trata-se do quinto mês consecutivo em que há registro de admissões líquidas. Em termos setoriais, os maiores destaques do emprego formal foram: Serviços (+23,3 mil), Indústria de Transformação (+12,9 mil) e o Comércio (+10,7 mil). Além disso, a Construção Civil criou cerca de 1 mil vagas de emprego formal. Ainda que pequeno, trata-se do segundo resultado positivo do ano. Por sua vez, o setor que mais desmobilizou, tendo em vista a sazonalidade do período, foi o da Agropecuária (-12,4 mil) (Tabela 7).

Tabela 7 - Brasil: Saldo de emprego formal por subsetor de atividade econômica, de 2016 a 2017*, saldo em agosto de 2016 e 2017; Variação Absoluta**

Subsetores de Atividade	Anual 2016	Acumulado		Agosto		Variação absoluta (b-a)
		2016 (a)	2017 (b)	2016	2017	
Total	-1.327.458	-631.250	163.418	-33.953	35.457	794.668
Extrativa Mineral	-11.903	-5.585	-1.797	366	-135	3.788
Ind. de Transformação	-324.221	-145.777	54.758	6.294	12.873	200.535
Prod. minerais não metálicos	-36.820	-23.555	-10.262	-1.274	-151	13.293
Metalúrgica	-44.950	-30.059	-1.130	-516	1.981	28.929
Mecânica	-37.050	-26.180	-4.146	-1.062	76	22.034
Material elétrico e de comunicações	-15.761	-8.109	2.323	252	576	10.432
Material de transporte	-50.674	-30.184	3.615	-1.939	1.938	33.799
Madeira e do mobiliário	-26.235	-15.710	903	-1.060	1.480	16.613
Papel, papelão, editorial e gráfica	-17.443	-10.673	-3.795	236	-76	6.878
Borracha, fumo, couros, similares	-8.478	648	9.535	-3.821	-3.212	8.887
Química de prod. farm., vet.	-23.960	4.544	19.243	1.949	739	14.699
Têxtil do vestuário e tecidos	-30.437	-4.905	24.255	2.158	2.577	29.160
Calçados	4.146	19.565	12.909	2.684	422	-6.656
Alimentos e bebidas	-36.559	-21.159	1.308	8.687	6.523	22.467
SIUP ¹	-12.773	-5.288	-53	-488	-434	5.235
Construção Civil	-361.960	-162.105	-30.330	-22.113	1.017	131.775
Comércio	-198.039	-262.412	-99.270	888	10.721	163.142
Serviços	-392.913	-151.638	105.822	-3.014	23.299	257.460
Administração Pública	-11.570	18.712	18.924	-450	528	212
Agropecuária	-14.079	82.843	115.364	-15.436	-12.412	32.521

Fonte: CAGED - MTE. *Acumulado de janeiro a julho (com ajuste até junho) **Sem ajuste

¹S.I.U.P - Serviços Industriais de Utilidade Pública

- No acumulado de janeiro a agosto de 2017, o emprego atingiu 163,4 mil contratações líquidas, enquanto que no mesmo período do ano anterior observou-se um montante de 631,2 mil demissões líquidas.
- Os setores mais dinâmicos em 2017, em termos de criação de postos de trabalho foram: Agropecuária (+115,4 mil), Serviços (+105,8 mil) e Indústria de Transformação (+54,8 mil).
- No recorte geográfico, os dados do CAGED apontam que todas as regiões apresentaram desempenho positivo, sobretudo, o Nordeste (+20 mil) e Sul (+5,9 mil). Por sua vez, considerando o acumulado do ano, as regiões Centro-Oeste (+82,5 mil) e Sudeste (+91,5 mil) lideram a recuperação do emprego formal. Ao passo que, a região Nordeste (-62,1 mil) e o Norte (-2,1 mil) ainda exibem demissões líquidas, tendo em vista a desmobilização de

emprego, sobretudo na Indústria de Transformação, Comércio e Construção Civil.

2.4. Finanças Públicas

Metas Fiscais do Governo Central e do Setor Público Consolidado são revistas e previsão de déficit fiscal aumenta para os próximos anos até 2020. Assim, o cenário fiscal coloca-se como principal fator de risco à retomada da atividade econômica

Apesar dos sinais de recuperação dos indicadores de atividade econômica, com sensível melhora dos níveis da produção industrial, a queda da taxa de desocupação trimestral, a melhora do volume de vendas do comércio, como também o comportamento favorável da inflação, a crise fiscal configura-se como principal fator de risco para retomada do crescimento econômico. A melhora do emprego formal, fenômeno que não ocorria desde 2014, pode ter impacto direto sobre a arrecadação de tributos como PIS/PASEP, COFINS, IR e contribuição para o RGPS, assim como a recuperação das vendas do comércio pode implicar no reparo de tributos como CSLL.

O volume de gastos discricionários do governo, que inclui os investimentos públicos, cresceu em média 6,7% por ano entre 2005 e 2015. A presença desses investimentos principalmente no setor de infraestrutura, por meio de programas como PAC e o Minha Casa Minha Vida, deram impulso à demanda agregada e traduziram-se em crescimento econômico médio de 2,9% a.a.

No entanto, no cenário atual observa-se queda das despesas totais, sobretudo, dos investimentos públicos, que até o mês de julho registraram contração de R\$ 25,4 bilhões, deixando de ser fator condicionante à retomada da economia por meio do estímulo à demanda.

De acordo com dados do Tesouro Nacional, nos primeiros sete meses do ano o déficit primário do Governo Central foi de R\$ 76,3 bilhões, ficando em 2,1% do PIB, avanço de 0,5 p.p. em relação à mesmo período do ano passado quando o déficit foi R\$ 55,7 bilhões (avanço percentual igual a 37% em termos nominais) ou 1,6% do PIB (Tabela 8). A tendência de reversão do déficit público notada no primeiro quadrimestre do ano não se confirmou dado a frustração tanto das receitas tributárias como das receitas extraordinárias esperadas e assim, como o previsto, as metas fiscais para 2017 e 2018 foram revistas: déficit primário de R\$ 159 bilhões para ambos os anos. No acumulado de doze meses até julho o déficit chega a R\$ 183,7 bilhões (2,84% do PIB), resultado acima da nova meta proposta.

- O decréscimo real da arrecadação das Receitas Não Administradas pela RFB, com destaque aos itens Receitas Próprias, Complemento para o FGTS e Contribuição Salário Educação, associado à queda em menor ritmo das Receitas Administradas pela RFB devido à menor apuração de COFINS, PIS/PASEP e CSLL, contribuíram para a queda em termos reais de 1,3% da Receita Total. Com o avanço do volume de Transferências por repartição de receita, a menor apuração da Receita Total agregada ao recebimento no primeiro semestre de 2016 de bônus de outorga referente a 29 usinas hidrelétricas sem contrapartida no mesmo

período de 2017, resultaram em queda da Receita Líquida de 3,1% (R\$ +20,4 bilhões) em termos reais.

- A antecipação do pagamento de precatórios no primeiro semestre do ano, em um total de R\$ 18,1 bilhões, configura-se também como fator que contribuiu para o aprofundamento do resultado negativo do semestre. Haverá ainda no segundo semestre tais pagamentos que devem girar em torno de R\$ 1 bilhão por mês.

Tabela 8 - Brasil: Resultado Primário do Governo Central - 2016*, 2017*, jul/16 e jul/17
Crescimento em % Nominal e Real inflacionado pelo IPCA - (R\$ milhões)

Descrição	2016*	2017*	Julho		Cresc. Nominal (%)		Cresc. Real (%)	
			2016 (a)	2017 (b)	2017*/2016*	(b)/(a)	2017*/2016*	(b)/(a)
I. Receita Total	753.131,3	773.313,5	110.810,7	108.565,5	2,7	0,6	-1,3	-2,0
II. Transferências por repart. de receita	121.279,3	136.033,6	16.504,5	19.435,3	12,2	21,0	7,8	17,8
III. Receita Líquida Total (I-II)	631.852,0	637.279,9	94.306,2	89.130,2	0,9	-2,9	-3,1	-5,5
IV. Despesa Total	687.544,8	713.556,9	114.054,1	109.282,2	3,8	-1,6	-0,2	-4,2
V. Fundo Soberano do Brasil- FSB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-
VI. R. Primário do GC (III-IV+V)	-55.692,8	-76.277,0	-19.747,9	-20.152,0	37,0	4,8	32,5	2,0
VII. Resultado Primário/PIB	-1,6	-2,1	-	-	-	-	-	-

Fonte: STN *Acumulado do ano de janeiro a julho

- Em julho de 2017, o déficit primário registrado foi recorde, o pior para o mês na série histórica do Tesouro Nacional: R\$ -20,1 bilhões. A queda das Receitas Tributárias foi pressionada principalmente pelo baixo desempenho da arrecadação junto ao segmento financeiro, com destaque a COFINS, PIS/PASEP e CSLL. Enquanto dentre as Receitas Não Administradas pela RFB as maiores frustrações foram registradas nos itens Concessões e Permissões, Dividendos e participações e Receitas próprias.
- O contingenciamento das despesas é bastante sensível aos dispêndios com os investimentos públicos, notadamente, os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa Minha Vida, que passaram de R\$ 27 bilhões no acumulado até julho do ano passado para R\$ 13,7 bilhões em igual período de 2017. Assim, a queda dos dispêndios com Despesas Discricionárias e Outras Despesas Obrigatórias puxaram a queda real de 4,2% da Despesa total do Governo Central, parcialmente, compensados por aumento dos gastos com Benefícios Previdenciários e Pessoal e Encargos Sociais.

Juntamente com a revisão das metas, o Governo fez anúncio de medidas de corte de despesa e de elevação da receita para fazer viável o cumprimento da meta do próximo ano. Assim, o cenário projetado é de que as finanças públicas nacionais registrem resultado superavitário somente em 2021, quando registraria saldo positivo de R\$ 10 bilhões.

- Do ajuste necessário de R\$ 44,5 bilhões para compensar a frustração de receitas e o aumento de despesa de 2018, o Governo espera arrecadar R\$ 14,5 bilhões com ajustes pelo lado da receita: antecipação de fundos de investimento exclusivos (R\$ 6 bilhões);

suspensão do aumento da alíquota do Reintegra (R\$ 2,6 bilhões); reoneração da folha de pagamentos (R\$ 4 bilhões) e aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14% para servidores que ganham acima de R\$ 5,3 mil (R\$ 1,9 bilhões).

- Dentre as medidas de corte de despesa, destacam-se: adiamento em um ano dos reajustes de salários dos servidores públicos (R\$ 5,1 bilhões); estabelecimento de teto remuneratório para todos os entes e poderes (R\$ 725 milhões); extinção de cargos (60 mil cargos vagos no Executivo) e revisão de planos de carreira e alterações nas regras do programa de auxílio moradia para o Executivo (R\$ 35,6 milhões). Entretanto, todas essas medidas dependem de aprovação no Congresso Nacional.

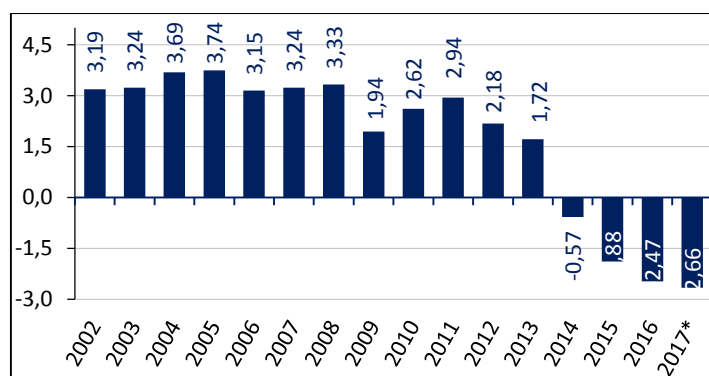
A ampliação da previsão de déficit fiscal para 2018 coloca em xeque o cumprimento da regra de ouro das finanças públicas (terceiro inciso do Art. 167 da Constituição Federal), que impede emissão de dívida em montante superior às despesas de capital. A retomada dos pagamentos da dívida dos Estados e o pagamento de R\$ 100 bilhões do BNDES ao Tesouro são os recursos esperados pelo Governo para que não haja o descumprimento dessa regra.

Quanto ao desempenho do Setor Público Consolidado - Governo Central, empresas estatais, Estados e municípios -, no acumulado do ano de janeiro a julho de 2017, foi registrado déficit de R\$ 51,3 bilhões, enquanto no mesmo período do ano anterior o saldo negativo havia sido de R\$ 36,6 bilhões. Os resultados positivos dos estados e municípios vinham contribuindo para atenuação do déficit do setor público consolidado. Porém, no mês de julho, houve piora tanto dos resultados do Governo Central quanto dos estados e municípios, que segundo dados do Banco Central, tiveram déficit de R\$ 13,9 bilhões, R\$ 1,9 bilhões e R\$ 727,7 milhões, respectivamente, tendo sido revertido os resultados superavitários registrados no primeiro quadrimestre do ano em decorrência do aumento da arrecadação de tributos por fatores sazonais.

No acumulado de 12 meses encerrados em julho de 2017, o déficit do Setor Público Consolidado alcançou cifra de R\$ 170,5 bilhões (2,66% do PIB) (

Gráfico 9), valor acima da nova meta proposta pelo Governo de R\$ 163,1 bilhões e maior que a proporção de 12 meses encerrados em junho (-2,62% do PIB). Para os anos seguintes, as metas propostas para o resultado do Setor Público Consolidado são: R\$ -161,3 bi em 2018; R\$ -137,7 bi em 2019 e R\$ -51,8 bi em 2020.

Gráfico 9 - Brasil: Resultado Setor Público Consolidado em % do PIB - acumulado 12 meses - 2002 a 2017*

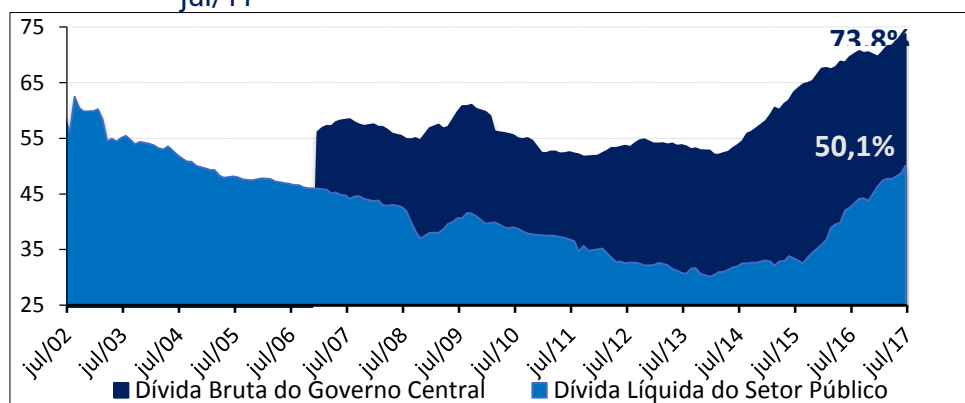


Fonte: BCB *Acumulado de 12 meses encerrados em julho

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) chegou a R\$ 4,7 trilhões em julho de 2017, o equivalente a 73,8% do PIB, o mais elevado patamar da série histórica do Banco Central, mantendo a tendência de crescimento iniciada em 2014 (Gráfico 10). A estimativa da Instituição Fiscal Independente (IFI) para a DBGG - é de 76,2% do PIB em 2017, projeção mais pessimista que a estipulada pelo Itaú e Bradesco, 74,9% e 76,0%, respectivamente. Já a estimativa para 2018 segundo o Bradesco é de 81,8% do PIB, mais pessimista que o esperado pelo IFI (80,7% do PIB) e pelo Itaú (77,2% do PIB).

A Dívida Líquida do Setor Público alcançou em julho 50,1% do PIB (R\$ 3,026 trilhões), aumento de 1,4 p.p em relação ao mês anterior, a pior relação DLSP/PIB da série histórica desde 2004.

Gráfico 10 - Brasil: Dívida Bruta Líquida Governo Central % do PIB jul/02 a jul/17



Fonte: Bacen

O desempenho favorável do volume de Transferências da União a Estados e municípios nos primeiros sete meses do ano se deu em razão da alta do apurado em Imposto de Renda, tanto o retido na fonte quanto pessoa física e jurídica, em IPI, como também do item Compensações Financeiras devido ao aumento da produção e do preço internacional do petróleo. Entretanto, vem ocorrendo piora das estimativas de arrecadação das receitas federais e as frustrações continuam a avolumar-se ao longo do ano (R\$ 8,8 bilhões em Receitas Administradas pela RFB e R\$ 1,5 bilhões em arrecadação previdenciária até o 3º bimestre de 2017). Assim, mesmo com o contingenciamento feito sobre as despesas, a tendência é de que tal dinâmica de deterioração das finanças públicas nacionais alcance os volumes repassados aos entes subnacionais.

CENÁRIO ESTADUAL

2.5. Nível de Atividades

2.5.1. Produção Agrícola

Produção de grãos no Maranhão é revisada para baixo, mas não compromete o resultado otimista para o ano corrente

De acordo com a oitava estimativa agrícola de 2017, a produção de grãos no Maranhão deverá ser de 4.448 mil toneladas (t), crescimento de 105,7% em comparação com a safra de 2016. A avaliação do mês anterior sugeria que a produção de grãos encerraria o ano na casa dos 4.626 mil t. Mesmo com a revisão para baixo, com queda na produção de grãos (-3,8%) em comparação à estimativa de julho, a produção graneleira maranhense ainda se mantém em patamar de recorde, superando a produção de 2014, que foi de 4.117 mil t (Tabela 9).

Tabela 9 - Maranhão: Estimativa de área plantada e colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos acompanhados pelo LSPA - 16 e ago/17

Produto		Período	Área (mil ha)		Produção MA (mil t)	Rend. Médio MA (Kg/ha)
			Plantada/a plantar	Colhida/a colher		
Grãos	Total de Grãos	2016 (a)	1.388	1.376	2.163	1.572
		Ago/17 (b)	1.559	1.549	4.448	2.871
		(b/a)	12,3	12,6	105,7	82,7
	Soja	2016 (a)	784	784	1.243	1.586
		Ago/17 (b)	820	820	2.339	2.851
		(b/a)	4,7	4,7	88,2	79,8
	Sorgo	2016 (a)	11	11	20	1.786
		Ago/17 (b)	92	92	118	1.282
		(b/a)	722,1	722,1	490,3	-28,2
	Milho	2016 (a)	337	336	684	1.857
		Ago/17 (b)	475	468	1.636	3.506
		(b/a)	40,6	39,3	139,2	88,8
	Feijão	2016 (a)	74	72	35	474
		Ago/17 (b)	76	76	45	574
		(b/a)	3,2	5,9	28,2	21,1
	Arroz	2016 (a)	173	164	160	981
		Ago/17 (b)	165	162	259	1.599
		(b/a)	-4,4	-1,0	61,3	63,0
Algodão	2016 (a)	21	21	41	3.189	
	Ago/17 (b)	22	22	52	3.796	
	(b/a)	7,5	7,5	28,0	19,0	
Demais culturas	Mandioca	2016 (a)	306	157	1.312	8.333
		Ago/17 (b)	294	151	1.326	8.752
		(b/a)	-3,8	-3,8	1,1	5,0
	Cana-de- açúcar	2016 (a)	51	46	2.521	55.234
		Ago/17 (b)	52	45	2.483	54.582
		(b/a)	1,7	-0,3	-1,5	-1,2

Fonte: GCEA/LSPA/IBGE

* Para o total da produção de grãos, considerar no somatório apenas 61% do peso do algodão herbáceo referente ao caroço, de acordo com especificações do IBGE.

Conforme o levantamento agrícola referente ao mês de agosto de 2017, a produção de soja para o ano corrente deverá ser de 2.339 mil t, sendo 1.096 mil t a mais que no ano anterior. Destaca-se que na revisão de agosto, houve uma redução de 175 mil t em comparação à estimativa do mês anterior, mas sem prejudicar a produção recorde estimada para o ano corrente.

Esse resultado deve-se aos seguintes fatores: i) falha no plantio em São João dos Patos que ocasionou uma redução 15% na produção; ii) período seco no sul do Estado, o que prejudicou a produção no município de Balsas causando problemas no período de enchimento dos grãos; e, iii) decisão do produtor de São João do Paraíso em não plantar soja, tendo em vista os prejuízos ocasionados ainda na safra anterior.

- No que tange à produção de milho, não houve variação significativa em comparação à estimativa anterior. Os produtores desta leguminosa deverão colher 1.636 mil t este ano, sendo que em 2016, a produção encerrou em 684 mil t. Para o ano corrente, estima-se que a produção de milho seja maior em 952 mil t em comparação com o ano passado.
- Mesmo com a produção de milho mantida constante, faz-se as seguintes ressalvas: i) em Açailândia, novas práticas de alimentação do rebanho, além da melhora no preço do produto, estimulou os produtores desse município a plantarem milho. Atualmente o preço médio da saca de milho de 50Kg no mercado nacional está cotada em R\$ 32,00 e US\$ 157,96 por tonelada no mercado internacional; e, ii) no município de Bom Jardim, 80% da produção é mecanizada, com rendimento médio de 90 a 100 sacas por ha.
- A produção de arroz também não sofreu alterações em relação à estimativa do mês passado. A produção estimada para o ano corrente foi reavaliada para cima (+0,4%) em relação ao mês anterior. No município de Matões, por exemplo, houve um aumento na área plantada tendo em vista a distribuição de sementes selecionadas assim como a boa perspectiva dos produtores em relação às chuvas na região, que resultou na instalação de um campo agrícola coletivo de aproximadamente 100 ha.
- Caso a produção recorde se confirme, a contribuição da agropecuária no Valor Adicionado Bruto do Maranhão deverá ser de 19,5% em 2017, tendo em vista que o seu peso no total VAB é de aproximadamente 10%.
- Conforme o Decreto nº 33.110/2017, o ICMS para produtores de grãos reduziu 10 p.p., saindo de 12% para 2%, o que poderá facilitar a comercialização dos produtos, aumentar os lucros dos produtores além de simplificar a sistemática da apuração do imposto, segundo alguns produtores de grãos do Sul do Estado e o Secretário de Estado da Fazenda. As culturas foco dessa medida são: soja, milho, milheto, arroz e sorgo.
- Conforme a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão (SAGRIMA) *"para ter acesso ao benefício do crédito presumido, o contribuinte lança nota fiscal avulsa, disponível no site da Sefaz, com o valor de 12% para o pagamento do ICMS, mas recebendo um crédito de 10% para que pague efetivamente apenas os 2%⁸".*

2.5.2. Financiamento Imobiliário

Financiamento Imobiliário no Maranhão apresenta sinais de recuperação, porém, em menor ritmo comparado às tendências Regional e Nacional

Segundo dados do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), no acumulado de janeiro a maio, o total de financiamentos para aquisição de imóveis no Maranhão alcançou 137,5 milhões,

⁸ Disponível em: <<http://www.sagrma.ma.gov.br/2017/08/12/medida-do-governo-do-maranhao-reduz-de-12-para-2-icms-para-produtores-de-graos/>> Acesso em: 22 de agosto de 2017.

crescimento de 20,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Considerando-se somente o mês de maio, o volume de crédito registrou R\$ 27,4 milhões ante R\$ 32,3 milhões no mesmo mês do ano passado (Tabela 10).

O Setor Imobiliário no Maranhão tem se recuperado mais lentamente em comparação ao plano regional e nacional. As imobiliárias maranhenses encontram-se em momento de declínio em relação aos lançamentos de novos empreendimentos, pois estes apresentam custos maiores o que as leva optar por vender primeiro seus estoques. Com a liberação do FGTS das contas inativas, muitas pessoas destinaram os recursos para outras formas de investimentos em vez de comprar imóveis, como por exemplo, a poupança. Destaca-se que o saldo da poupança, conforme o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) alcançou R\$ 517,6 bilhões em maio, aumentando 5% em relação a maio de 2016.

Tabela 10 - Maranhão: Total de Financiamentos para Aquisição de Imóveis no MA, NE e BR (R\$ Milhões Inflat. IPCA) e participação do NE e BR 2007 a 2016

Ano	Total			Part. (%)	
	MA	NE	BR	NE	BR
2007	96,7	1.369,2	16.284,6	7,1	0,6
2008	149,6	8.498,9	75.563,1	1,8	0,2
2009	274,9	3.390,5	32.884,3	8,1	0,8
2010	406,0	4.937,1	49.344,7	8,2	0,8
2011	647,4	6.722,5	65.103,7	9,6	1,0
2012	833,9	8.498,9	75.563,1	9,8	1,1
2013	948,0	11.261,4	100.139,0	8,4	0,9
2014	1.067,9	12.013,3	99.780,1	8,9	1,1
2015	698,0	8.145,7	62.112,0	8,6	1,1
2016	361,6	4.599,7	28.046,3	7,9	1,3
2016*	114,3	1.264,1	7.296,3	9,0	1,6
2017*	137,5	1.933,2	13.652,1	7,1	1,0
2007 a 2016	15,8	14,4	6,2	-	-
2016/2015	-48,2	-43,5	-54,8	-	-
2017/2016*	20,3	52,9	87,1	-	-

Fonte: SBPE/Bacen *acumulado de janeiro a maio

De acordo com a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), o total de financiamentos concedidos para compra de imóveis com recursos da caderneta de poupança, atingiu R\$ 3,56 bilhões em maio. Esse resultado foi menor em 8,6% comparado ao mesmo mês do ano passado, quando atingiu o total de R\$ 3,9 bilhões.

No acumulado de 12 meses, entre junho de 2016 e maio de 2017, registrou recuo de 18,1 % em relação ao apurado nos 12 meses anteriores.

- Devido às reduções recentes na taxa básica de juros da econômica brasileira (SELIC), abre-se espaço para forte ampliação do saldo da poupança, principal fonte para o crédito imobiliário oficial.
- Segundo a pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), o programa Minha Casa Minha Vida, em maio do ano corrente, registrou aumento de 12,8% na venda de imóveis em comparação ao mesmo mês do ano anterior, sendo que o número de unidades totaliza 9.581.
- A Caixa Econômica Federal (CEF) afirmou que a partir do mês de agosto, irá reduzir os percentuais de financiamento tanto para imóveis novos quanto usados.
- Agora, quem deseja financiar imóveis novos contará com um percentual de financiamento de 80%, 10 p.p. a menos, tendo em vista que antes o percentual era de 90%. Destaca-se que essas regras são válidas para financiamento pela tabela SAC (Sistema de Amortização Constante).

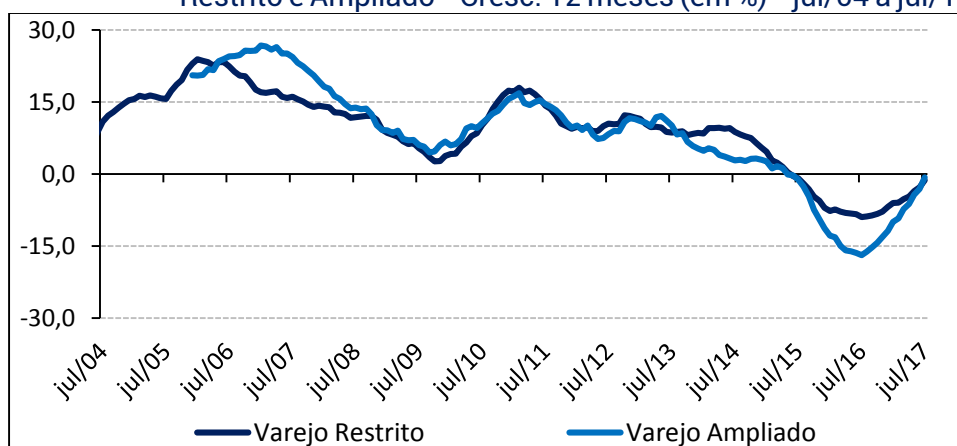
- Para quem pretende comprar um imóvel usado, a CEF só poderá financiar 60%, visto que antes dessa medida tomada pela CEF, esse percentual era de 70%. Regras válidas para imóveis usados na modalidade pró-cotista financiados pela tabela Price (sistema de amortização de empréstimo cuja principal característica é apresentar prestações ou parcelas iguais).

2.5.3. Comércio

Em julho de 2017, o volume de vendas do comércio varejista restrito maranhense cresceu 6,7% em comparação com julho de 2016

O desempenho anual das vendas do varejo restrito e do ampliado mantém a tendência de amenização da trajetória de queda, observada a partir do segundo semestre de 2016, como pode ser visto no [Gráfico 11](#). No mês de julho, o volume de vendas do varejo restrito maranhense cresceu 0,8% em relação ao mês de junho de 2017. Na comparação interanual, com julho de 2016, apresentou crescimento de 6,7%. Nos últimos 12 meses, encerrados em julho de 2017, o volume de vendas do comércio varejista restrito maranhense recuou 1,3%.

Gráfico 11 - Maranhão: Evolução das Vendas do Comércio Varejista Restrito e Ampliado - Cresc. 12 meses (em %) - jul/04 a jul/17



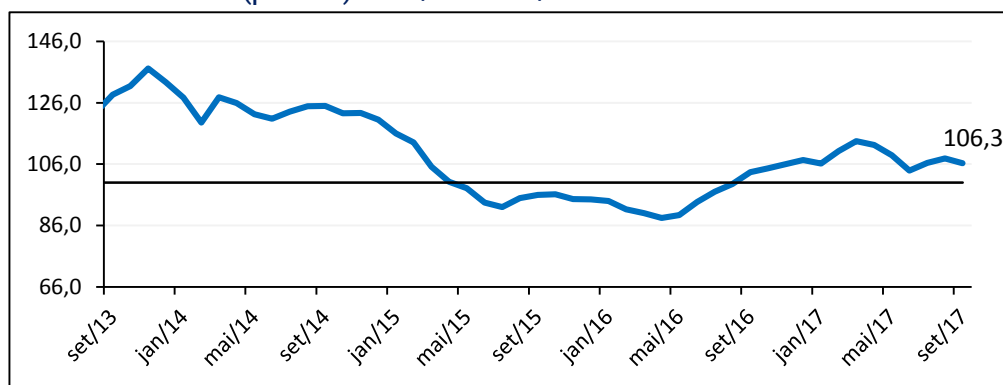
A redução da inflação e da taxa básica de juros vem contribuindo para a retomada do volume de vendas do comércio varejista maranhense.

Fonte: IBGE, PMC

Quanto ao varejo ampliado, na comparação mensal, o volume de vendas cresceu 5,2% em julho de 2017. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve expansão de 12,5% nas vendas físicas - melhor resultado desde abril de 2013 (+17,5%) e a terceira taxa consecutiva de crescimento nessa base de comparação. No acumulado de 12 meses, encerrados em julho, a retração do varejo ampliado foi de 0,7%.

O indicador que mede a Confiança do Empresário do Comércio (ICEC) em São Luís reduziu em setembro de 2017 (106,3 pontos), com variação mensal de -1,4% em relação ao mês anterior, porém o ICEC continua acima da zona de indiferença (100,0 pontos). Na comparação interanual (com setembro de 2016) crescimento de 2,8%. A Fecomércio aponta que a aprovação da reforma trabalhista e a reversão da retração do consumo no curto prazo são fatores que vêm impactando positivamente as expectativas dos empresários ludovicenses nos últimos meses ([Gráfico 12](#)).

Gráfico 12 - São Luís: Evolução da Confiança do Empresário do Comércio - ICEC (pontos) - set/13 a set/17



Fonte: Fecomércio

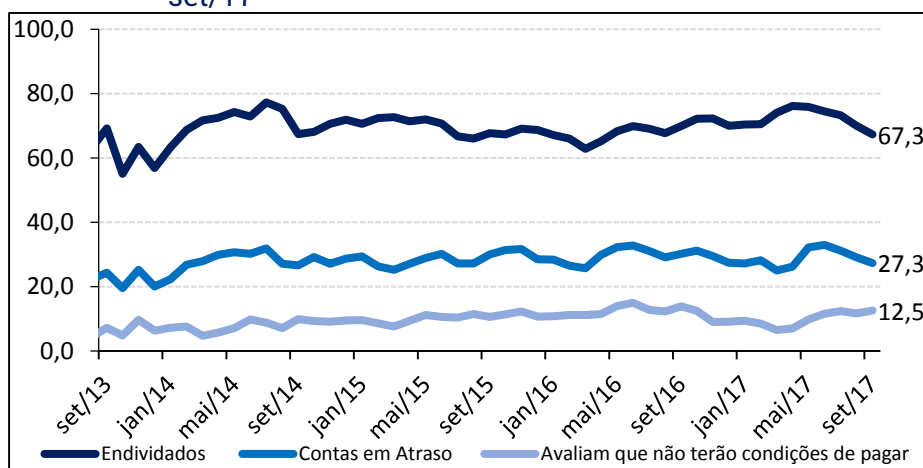
2.5.4. Endividamento

Percentual de endividados reduz no mês de setembro, porém mantém-se em patamar elevado

De acordo com os dados da pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Fecomércio, o endividamento se reduziu, em agosto abrangia 70% das famílias ludovicenses e passou para 67,3% em setembro - queda de 3,8%. Também foi observada a redução do percentual de famílias com contas em atraso: saiu de 29,1% em agosto para 27,3% em setembro. Em contrapartida, as famílias que avaliam que não terão condições de pagar suas contas saiu de 11,7% em agosto para 12,5%, um aumento de 6,8% (

Gráfico 13).

Gráfico 13 - São Luís: Percentual de Famílias Endividadas, com contas em atraso e sem condições de pagá-las (em %) - set/13 a set/17



A principal modalidade de endividamento das famílias ludovicenses continua sendo o cartão de crédito (76,4%). Em seguida, as dívidas em carnês (12,5%) e crédito pessoal (8,7%).

Fonte: Fecomércio

2.5.5. Investimentos

Investimentos em andamento e planejados no Maranhão somam R\$ 16,3 bilhões

Os investimentos públicos e privados em andamento e previstos no Estado do Maranhão perfazem um total de R\$ 16,1 bilhões (Tabela 11). O Governo do Maranhão, com aporte de R\$ 1,9 bilhões em obras públicas em andamento e R\$ 1,6 bilhões a iniciar, busca contribuir com o

fortalecimento da infraestrutura, além da melhoria dos serviços públicos essenciais, tais como saúde, educação, saneamento e segurança. A expansão dos gastos do Governo com investimentos públicos tem impacto estimulante sobre a setor privado, que receberá R\$ 12,5 bilhões em investimentos até o ano de 2020.

O setor privado anuncia investimentos para o Maranhão apesar da crise política nacional, que provoca adiamento nas decisões de investimentos, principalmente em áreas reguladas. O Maranhão é demandado por empresas de grande porte em decorrência do seu potencial natural, como vasta extensão territorial, potencial hídrico, localização estratégica no mercado internacional, além da estrutura portuária e ferroviária. Os programas de incentivos fiscais, a exemplo do Mais Produção, Mais Emprego e o Cheque Minha Casa, também contribuem para a atração de investimentos.

- No setor energético, o primeiro Complexo Eólico do Maranhão instalado nos municípios de Barreirinhas e Paulino Neves pertencente à Ômega Energia, teve aporte inicial de R\$ 1,5 bilhão e já está em fase final de conclusão. O complexo eólico Delta 3 possui 8 usinas com capacidade instalada de 220,8 MW. No total 7 estão em operação, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). No início de setembro a Aneel autorizou a operação de unidades geradoras que permitiu o acionamento de 12 turbinas (UG1 a UG12) na usina Delta 3 I, ao todo será gerado no município de Barreirinhas 55,2 MW de potência nas usinas Delta 3 I e III. Em julho a empresa também recebeu a autorização para iniciar a operação comercial de turbinas nas usinas Delta 3 II, IV, V, VI e VII, com potência de 138 MW no total.
- No segmento de movimentação portuária, 45,9% dos investimentos concentram-se no Porto do Itaqui que se configura como vetor estratégico de negócios e desenvolvimento para o Estado, com conexões intermodais em uma área de forte influência em desenvolvimento que abrange o MATOPIBA e o corredor Centro-Norte. O MATOPIBA se destaca pela produção de grãos como soja, milho, arroz e algodão sendo que o Porto do Itaqui realiza parte do escoamento da safra. Os investimentos privados destinados ao porto perfazem o total de R\$ 1,4 bilhões, dos quais 17,3% está sendo executado por meio da expansão do Terminal de Tancagem da ULTRACARGO. A empresa tem o objetivo de ampliar a capacidade do seu terminal marítimo, atualmente com 48.000 m³.

Tabela 11 - Maranhão: Investimentos Públicos e Privados em andamento e projetados (R\$ milhões) - 2017 a 2020⁹

Segmento	Total Geral	Em Andamento	A iniciar				
			Em contra- tação	Fase de elabo- ração	Termo de compromisso assinado	Anun- ciados	Total
Privados	12.546,35	2.857,00	-	925,51	2.099,93	6.663,92	9.689,35
Energia Elétrica	5.340,00	1.500,00	-	-	-	3.840,00	3.840,00
Movimentação Portuária	3.145,99	247,00	-	692,50	1.700,0	506,5	2.898,99
Indústria de Transformação	1.498,58	580,00	-	24,90	289,5	604,2	918,58
Transporte/Logística	1.404,92	-	-	-	84,4	1.320,5	1.404,92
Comércio e Serviços	558,41	200,00	-	200,00	2,2	156,2	358,41
Indústria Extrativa	445,73	250,00	-	2,73	-	193,0	195,73
Fabricação fertilizantes e armazen.	98,50	80,00	-	-	8,5	10,0	18,50
Outras obras de infraestrutura	47,85	-	-	-	15,3	32,6	47,85
Construção Civil e Imobiliário	5,38	-	-	5,38	-	-	5,38
Alimentação e bebidas	1,00	-	-	-	-	1,0	1,00
Públicos	3.546,82	1.888,07	1.118,30	-	-	540,45	1.658,75
Obras de infraestrutura	3.260,41	1.611,06	1.118,30	-	-	531,05	1.649,36
Construção de Escolas	149,54	149,54	-	-	-	-	-
Construção de Hospitais	80,26	80,26	-	-	-	-	-
Segurança Pública	25,72	25,72	-	-	-	-	-
Assistência Social	21,48	21,48	-	-	-	-	-
Agricultura	9,40	-	-	-	-	9,40	9,40
Total Geral	16.093,17	4.745,07	1.118,30	925,51	2.099,93	7.204,37	11.348,11

Fonte: SEINC; SINFRAS; SES; SEDUC; SEDES; CAEMA; IMESC.

- Ainda nesse segmento 54% dos investimentos são destinados ao Consórcio integrado pela empresa WTorre e a China Communications Construction Company (CCCC) com aporte de R\$ 1,7 bilhões para a construção de um Terminal de Uso Privado (TUP) na área conhecida como Cajueiro, no Distrito Industrial do município de São Luís. As empresas planejam investir nesse segmento visando a movimentação de fertilizantes, grãos líquidos, carga geral e contêineres. No início de setembro o presidente Michel Temer assinou contrato de financiamento do TUP com a CCCC, futura operadora do terminal.

Entre julho e agosto, R\$ 206 milhões em investimentos privados foram anunciados para o Estado. Eles são formados integralmente pela construção do Centro de Distribuição do Mateus Supermercados (R\$ 200 milhões) e por uma indústria de processamento de açaí da empresa 4 Elementos Indústria Alimentícia (R\$ 6 milhões), nos municípios de São Luís e Boa Vista do Gurupi, respectivamente.

- O Centro de Distribuição do Mateus Supermercados encontra-se em fase de terraplanagem no Novo Distrito Industrial de São Luís. A construção será dividida em quatro etapas e contará também com um complexo de indústrias de perecíveis com fábrica de frios, salgados, pães, bolos, doces, carnes, peixes e outros.
- Por meio de incentivos do Governo, a empresa 4 Elementos Indústria Alimentícia anunciou a instalação da primeira indústria de processamento de açaí do Maranhão, pretendendo iniciar a produção em agosto de 2018.

⁹ Os investimentos públicos em andamento e planejados tem previsão de conclusão até 2018 enquanto os investimentos privados têm previsão até 2020.

O incremento de mais de R\$ 3 bilhões nos investimentos privados, em relação ao 2º trimestre de 2017, refere-se a esses novos anúncios e a possível construção de uma Termelétrica a Gás pela Gasen Energia¹⁰. A empresa apresentou carta consulta e teve o projeto aprovado para a construção da usina no Novo Distrito Industrial de São Luís. O projeto prevê a construção e operação de um berço dentro do Porto do Itaqui a partir da importação de Gás Natural Liquefeito (GNL), passagem e outorga de servidão do gasoduto, bem como a construção de uma Usina Termoelétrica (UTE) de 1.500 MW. No entanto, há alguns fatores logísticos que podem aumentar o custo de instalação da usina, tais como: i) necessidade de um terminal de regaseificação¹¹ de GNL importado; ii) infraestrutura de transporte do gás natural, o que significa a construção de um gasoduto entre o Porto do Itaqui e o Novo Distrito Industrial e; iii) por ser um insumo importado, o preço do GNL oscila de acordo com a relação de oferta e demanda no mercado internacional. Dessa forma, o crescimento do preço médio do gás natural (+46,8%) no primeiro semestre de 2017 em relação à média do mesmo período no ano anterior e as projeções de elevação para o ano de 2018¹² podem aumentar diretamente os custos de produção da termelétrica e consequentemente o produto final.

Investimentos projetados para o Novo Distrito Industrial de São Luís (DISAL) totalizam R\$ 4,2 bilhões e podem gerar mais de 2 mil empregos

O Governo do Maranhão tem incentivado e implantado políticas para atração de investimentos privados. A construção do Novo Distrito Industrial de São Luís é um exemplo dessas políticas, os lotes são vendidos com valor até 80% inferior aos valores de mercado. Ele está sendo estruturado para o recebimento de investimentos que possam alavancar a indústria, gerar emprego e renda. No total, 25 empresas demonstraram interesse em se instalar na região, com investimentos iniciais de R\$4,2 bilhões e 2.440 empregos a serem gerados na operação das plantas (Tabela 12).

- Do total de empreendimentos que planejam se instalar no Distrito, treze formalizaram o interesse com o Governo do Estado por meio da assinatura do termo de compromisso.
- Segundo dados da SEINC, o Novo Distrito Industrial abrange investimentos em centros de logística e distribuição, geração de energia, fabricação de fertilizantes, armazenagem, comércio varejista, fabricação de móveis e outros.

¹⁰ O investimento havia sido deixado à parte pois não havia indícios de ser instalado, no entanto, segundo informações da SEINC o processo para a construção da usina se encontra ativo.

¹¹ No processo de liquefação, o volume do gás é reduzido de modo a aumentar a sua densidade energética, sendo estocado em tanques criogênicos. Esse é um procedimento em que há economia de transporte por densidade energética transportada, entretanto ao chegar no mercado consumidor, o gás natural precisa ser vaporizado ou regaseificado antes da injeção na rede de transportes ou do consumo final (MARQUES, 2015).

¹² Ver seção 2.2 Comércio exterior e balanço de pagamentos, Tabela 4.

Tabela 12 - Maranhão: Empresas que pretendem se instalar no novo Distrito Industrial de São Luís

Empresa	Investi-mento (R\$ milhões)	Empregos estimados	Status
Gasen Energia S.A.	3.840,0	281	Aprovado
Mateus Supermercados	200,0	200	Escriturada/Termo de compromisso assinado
Multitrans Transporte Armazéns	80,0	300	Escriturada/Termo de compromisso assinado
Potiguar Materiais de Construção	32,0	200	Aprovado
Novo Mundo Amazônia Móveis	26,7	364	Termo de compromisso assinado
Ecomoldes Rodrigues e Sousa	20,7	120	Termo de compromisso assinado
SPE Brasil Solar Painéis Solares S.A.	18,0	180	Termo de compromisso assinado
Tecnomont montagens industriais	13,8	50	Termo de compromisso assinado
Carrara Mármore e Granitos	9,0	-	Aprovado
BONO Transportes Rodoviários	8,0	120	Aprovado/Termo de compromisso assinado
Terra Zoo	8,0	50	Aprovado
BB Mendes Grãos	5,0	50	Termo de compromisso assinado
Cejen Engenharia	3,5	90	Termo de compromisso assinado
Biofribra Maranhão	2,5	35	Termo de compromisso assinado
Laboratório Jesus	2,0	60	Termo de compromisso assinado
CCG Construções e Terraplanagem	1,5	200	Termo de compromisso assinado
Café Servilha	1,0	140	Termo de compromisso assinado
Total	4.271,7	2.440	

Fonte: SEINC; IMESC.

Além do incentivo do Governo, outro atrativo está relacionado às facilidades logísticas de distribuição encontradas no Maranhão: o Novo Distrito está localizado próximo ao Aeroporto Internacional Cunha Machado, ao Porto do Itaqui, à rede ferroviária e às margens da BR-135.

- Empresas como a Multitrans e o Mateus Supermercados possuem o lote do imóvel escriturado e devem ser os primeiros empreendimentos a operar no Novo Distrito. A Multitrans, com investimentos da ordem de R\$ 80 milhões, já na fase de terraplanagem deverá construir uma fábrica de ração, armazenagem e unidade de fertilizantes, a empresa prevê 300 empregos diretos e indiretos.

Os Investimentos Públicos em andamento perfazem total de R\$ 1,9 bilhões

No segmento de Infraestrutura, há recursos aplicados na pavimentação, construção e melhorias de rodovias, reestruturação portuária, além de investimentos nos programas Mais Saneamento e Água Para Todos. Esse segmento possui maior representatividade devido ao montante que recebe do Governo¹³, que representa 85,4% do total que está sendo investido no Estado (Gráfico 14). Torna-se necessário a existência de qualidade nos serviços de infraestrutura para que gere transbordamentos sobre a competitividade da economia maranhense, aumentando a atratividade do Estado.

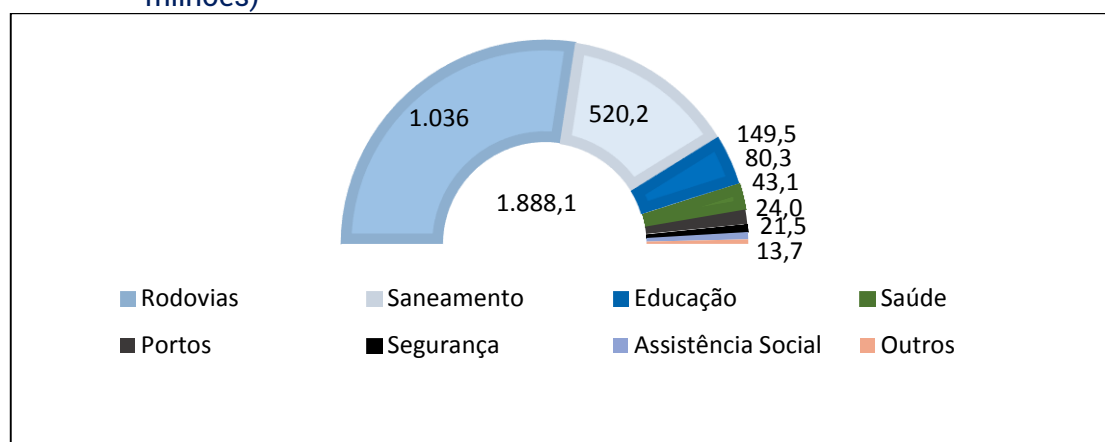
Os investimentos, por meio da Secretaria de Infraestrutura (SINFRA), são voltados para a melhoria da mobilidade urbana e escoamento da produção entre os municípios. No mês de agosto,

¹³ O Boletim de Conjuntura do 2º trimestre de 2017, vol. 5, nº 2 apresentou detalhadamente esses investimentos (http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/Boletim_de_Conjuntura.pdf). Não foi repassado pelas secretarias a data prevista para iniciar os investimentos planejados de R\$ 1,29 bilhões por meio da SINFRA e R\$ 280 milhões pela CAEMA.

algumas obras entraram em fase de conclusão segundo dados da Secretaria.

- Com investimento de 120,1 milhões, a MA - 318 que interliga os municípios de Bom Jardim e São João do Carú está em fase final de construção. Ao todo, são 86 km de via, sendo que 50 km já estão asfaltados. A estimativa é que a via esteja completamente asfaltada e sinalizada até dezembro de 2017.
- Do mesmo modo, a construção da ponte sobre o Rio Balsas no município de Sambaíba, orçada em R\$ 12,1 milhões, está com 60% da obra executada. A ponte possui 60 metros de extensão e 13 metros de largura, devendo proporcionar melhorias no transporte de grãos da região.

Gráfico 14 - Maranhão: Investimentos Públicos em andamento por segmento (R\$ milhões)



Fonte: CAEMA; EMAP; SEDES; SEDUC; SINFRA; SSP; IMESC.

- As obras do programa Escola Digna são financiadas com recursos próprios do Governo do Estado, com empréstimos junto ao BNDES e por emendas parlamentares. Além disso, uma parte do programa está sendo realizada com recursos advindos de parceria com a iniciativa privada.
- Em maio deste ano, duas escolas, somando investimentos de R\$ 861,1 mil, foram entregues nos povoados de Mangas e São José dos Viúvos, ambos localizados no município de Barreirinhas. Segundo informações advindas de publicações do Governo do Maranhão, 200 estudantes foram beneficiados.

Em Assistência Social, o Governo está implantando Cozinhas Comunitárias, Restaurantes Populares e construindo os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que somam R\$ 21,5 milhões. Segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES), o governo tem o projeto de construir 30 Cozinhas Comunitárias nos municípios inseridos no Plano de Ação do Mais IDH.

- Atualmente, 20 Cozinhas Comunitárias, no valor total de R\$ 7,5 milhões, estão com obras em execução. No município de São Raimundo do Doca Bezerra, a Cozinha Comunitária está em fase de acabamento com 67% de execução física concluída.

- Os Restaurantes Populares e as Cozinhas Comunitárias integram a Rede Operacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SSIAN), que tem passado por completas reformas e reestruturação no Estado. Foram escolhidos os 30 municípios do Mais IDH por apresentarem situação de extrema pobreza e insegurança alimentar.

[Indústrias de grande porte podem se instalar no Maranhão mediante investimentos de empresas estrangeiras](#)

A expectativa é que nos próximos anos seja implantado no Maranhão um complexo petroquímico e uma usina siderúrgica, ambos no município de Bacabeira. O projeto da Refinaria Petroquímica está em fase final de escolha do parceiro tecnológico e operacional. Entre os candidatos, há investidores chineses, indianos e iranianos. De acordo com a Secretaria de Programas Especiais (SEPE), o projeto consiste na Instalação do complexo petroquímico e na construção do Porto do Mearim que servirá para receber o petróleo, na forma do chamado óleo cru. A empresa China Huanqiu Contracting & Engineering (HQC) e o grupo Sinopec planejam disputar a elaboração do projeto de engenharia e a instalação da refinaria-petroquímica. Os chineses entram na disputa com vantagem, uma vez que já contam com um pacote de intenções de investimentos no Brasil e no Maranhão. O grupo Sinopec é a alternativa mais consistente, por ser a maior empresa chinesa em faturamento e a maior empresa verticalmente integrada de refino e petroquímico do mundo. O Brasil configura-se como o maior alvo de investimentos dos chineses na América Latina, sendo que os projetos já formalizados chegam à cifra de R\$ 10 bilhões, envolvendo financiamentos e promessas de investimentos. Entre os acordos assinados, está a construção do Terminal de Uso Privativo em São Luís da empresa chinesa CCCC e do grupo Wtorre.

O Governo do Maranhão assinou, em julho deste ano, contrato com a *holding* China Brazil Xinnenghuan International Investment (Cbsteel)¹⁴, proprietária do projeto de instalação de uma usina siderúrgica no Estado, avançando nas negociações que iniciaram em 2015. Também foi assinado um memorando de entendimento sobre a construção de uma cidade inteligente na região da cidade de Bacabeira. O projeto envolve a construção de uma usina siderúrgica que produzirá fio máquina na primeira fase e vergalhões na segunda, com investimento total de US\$ 8 bilhões. Estima-se que a construção inicie em 2018 e a operação em 2022.

2.5.6. Produto Interno Bruto

[Previsão de safra foi maior responsável pela previsão de retomada no crescimento do PIB do Maranhão](#)

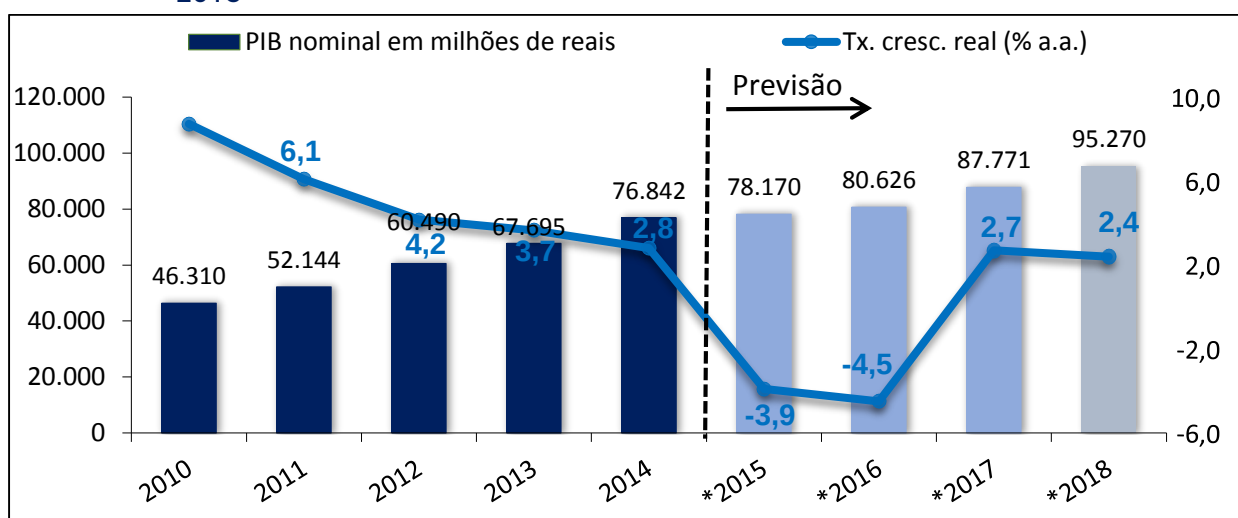
A partir de informações mais atualizadas sobre a economia maranhense, fez-se uma revisão da estimativa do PIB realizada pelo IMESC. Para o ano de 2017, o crescimento real esperado foi de 2,7% contra 2,2% apresentado no trimestre anterior. Os anos de 2015 e 2016, após

¹⁴ A CBSteel é uma *holding* originada em Shandong, província chinesa, com estrutura acionária que engloba a mineradora Shandong Yiyuan Xingguo Mining e a siderúrgica Taishan Steel, além de dois fundos.

atualização dos indicadores, saíram de -3,7% e -4,8% para -3,9% e -4,5%, respectivamente (Gráfico 15).

O resultado de 2017, pode ser explicado pelos fatores que pesaram na reavaliação de cada setor de atividade econômica, considerando a parcela de contribuição de cada setor no total de economia maranhense.

Gráfico 15 - Maranhão: PIB nominal (em R\$ milhões) e Taxa de Crescimento real do PIB - 2010 a 2018



Fonte: IBGE; IMESC (*) Elaboração própria

Agropecuária: crescimento econômico esperado para 2017 poderá ser induzido, preponderantemente, pelo desempenho do setor agrícola

O bom desempenho do setor agrícola, pode ser observado no resultado da previsão de Safra, divulgados pelo IBGE através do LSPA de agosto de 2017. Segundo o IBGE, o aumento esperado da produção no Estado é de 105,7% em relação ao ano anterior. Todos os grãos tenderão a apresentar crescimento na produção, sendo que na comparação ao ano anterior, os cultivos que apresentaram prognóstico de safra mais proeminente foram:

- Sorgo, milho e soja, cujas estimativas apresentaram crescimentos de 490,3%, 139,19% e 88,2%, respectivamente.

Tendo em vista que já estamos no terceiro trimestre do ano civil, entende-se que grande parte do prognóstico previsto já pode ser avaliado como realizado. Diante disso, a estimativa realizada considerou-se a totalidade do efeito da agropecuária no PIB, resultando em crescimento no VA bruto do setor agrícola de 25,8%. Resultado superior ao estimado no segundo trimestre de 2017 que era de 19,5%.

Indústria: Projeta-se decréscimo de -2,0% para 2017, impactado principalmente pela indústria da extrativa

No caso do setor industrial, o volume de investimentos previstos na ordem de R\$ 13 bilhões, concentrados principalmente em infraestrutura, é apontado como principal variável de dinamização do setor, o que explica o resultado positivo de 2.449 em contratações formais na indústria da Construção nos meses de abril a julho. Apesar disso, existe o fator sazonal que nos meses de novembro e dezembro tendem a ser de demissões líquidas na indústria da Construção Civil.

Outros fatores que impactaram negativamente o setor industrial foram:

- A indústria extrativa tenderá a apresentar diminuição do volume em decorrência da diminuição da produção de gás natural e da produção de minerais metálicos não ferrosos.
- Apesar do aumento da capacidade de geração de energia no Estado, com o início das operações das usinas termoeletricas em Barreirinhas na ordem de 193.222 kW de potência, o Estado tenderá a apresentar diminuição de geração de energia termoeletrica em virtude do menor volume de gás natural extraído e diminuição da geração de energia hidroelétrica. Deste modo, contribuindo negativamente no ritmo de atividade do setor industrial.

Já a indústria de Alimentos e Bebidas, tenderá a apresentar resultado positivo em 2017, impactado principalmente pela produção de açúcar, álcool e grãos triturados.

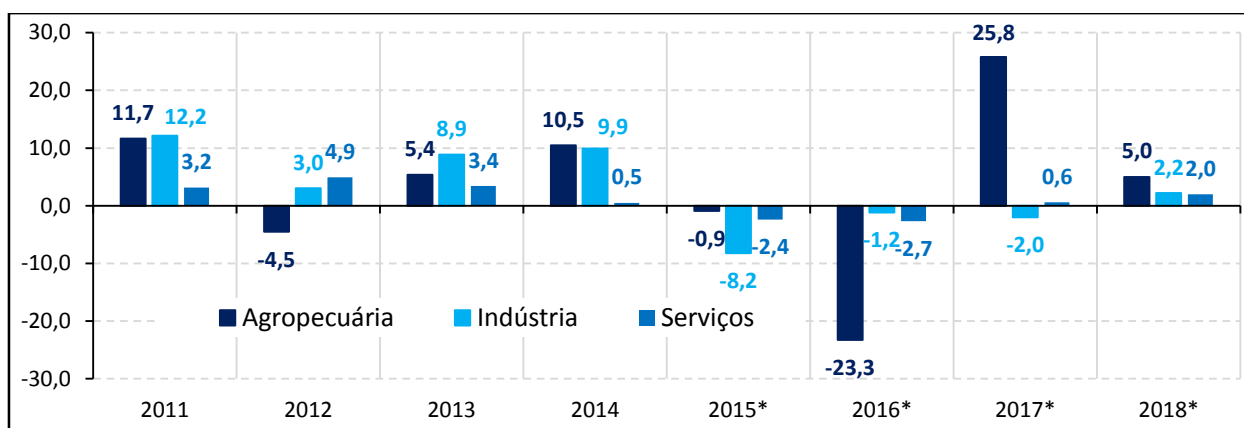
Com base nos fatores elencados, e considerando o cenário pessimista, o resultado do VA da Indústria foi realizado para baixo, com projeção de queda de -2,0% contra -0,3% que havia sido apresentado no segundo trimestre de 2017.

Serviços: Projeta-se resultado positivo de 0,6% em 2017

Para o setor de Serviços, projeta-se resultado positivo de 0,6% em 2017. É verdade que o primeiro trimestre do ano, ainda foi fortemente impactado pela redução da massa de rendimentos real ocasionada pela série de demissões, porém espera-se retomada do crescimento no setor a partir do segundo semestre de 2017.

- O setor de Serviços, deverá responder ao cenário mais otimista da economia nacional e estadual e à massa de rendimentos geradas pela supersafra e pela administração pública - tanto estadual como municipal -, que são apontados como fatores de recuperação do setor de Serviços, com destaque para o Comércio.

Gráfico 16 - Maranhão: Variação em volume do Valor Adicionado do PIB, segundo os setores de atividade econômica (valores em %) - 2011 a 2018



Fonte: IBGE; IMESC (*) Elaboração própria

Para o ano de 2018, a expectativa de cenário da economia nacional mais favorável e a fraca base de comparação anterior da economia estadual, proveniente do ciclo recessivo da economia, são apontados como os principais fatores que dão suporte para a projeção de crescimento real de 2,1% no ano, taxa maior que a esperada no trimestre anterior (1,6%). O crescimento será menor que 2017, tendo em vista que não se espera uma repetição significativa de crescimento da produção agrícola. Por outro lado, projeta-se recuperação do setor industrial, com destaque para a indústria extrativa, tendo em vista a provável retomada da indústria de pelotização e o crescimento da produção de gás natural. Os Serviços, por sua vez tenderá a responder ao maior dinamismo dos demais setores por consequência do aumento da massa de rendimento salarial.

2.6. Comércio Exterior e Movimentação Portuária

2.6.1. Movimentação Portuária

Movimentação portuária continua crescente e concentrada em minério de ferro originado no vizinho Pará, mas apresenta sinais de diversificação em função de maiores exportações de Estados do MATOPIBA.

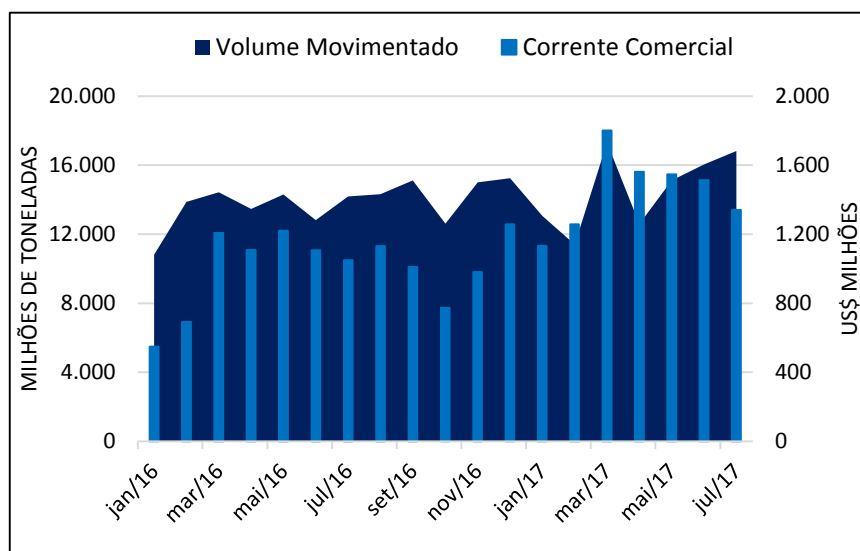
No Complexo Portuário de São Luís, o volume de cargas movimentado no acumulado do ano até julho de 2017 somou 102,3 milhões de toneladas, +9,0% em relação ao mesmo período do ano passado, registrando a cifra de US\$ 10,2 bilhões (+46,5%) (Gráfico 17). Esse crescimento adveio essencialmente de maiores exportações dos estados brasileiros via complexo maranhense (+12,3%), com destaque quantitativo ao Pará (+9%), Maranhão (+9,1%) e Tocantins (+33%), que juntos somam US\$ 7,8 bilhões (92,9% do total exportado).

- O Pará é o principal estado na pauta do complexo portuário, movimentando 89,7 milhões de toneladas em carga e somando US\$ 5,6 bilhões. O Minério de Ferro paraense continua como principal produto exportado pelo complexo, representando no acumulado do ano até julho, 86,2% do volume total movimentado e 43,5% da Corrente Comercial Portuária.
- As exportações de Minério de Ferro do Pará cresceram em relação ao mesmo período de 2016, +9% na quantidade e +91,3% no valor, graças à maior demanda internacional, que elevou drasticamente os preços do minério no primeiro semestre deste ano, o que também

favoreceu as exportações maranhenses.¹⁵

- Outros minérios advindos do Pará também registraram crescimento, tais como o cobre que somou 0,5 milhões de toneladas (+19,2%) e US\$ 1 bilhão (+42,3%) e o manganês com 0,7 milhões de toneladas e US\$ 44,9 milhões (+107,8%).

Gráfico 17 - Maranhão: Movimentação Portuária do Complexo São Luís de jan/16 até jul/17, Volume Movimentado (esquerda) em milhões/toneladas e Corrente Comercial (direita) em US\$ milhões



Outro destaque positivo encontra-se na maior exportação de Soja de Tocantins, que atingiu a cifra de US\$ 516,7 milhões (+57,9%) e 1,4 milhão de toneladas (+53,7%). Crescimento que se repete para a *commodity* no Piauí com 485 mil toneladas exportadas neste ano (+173,9%).

Fonte: MDIC

- Na pauta das importações do complexo portuário São Luís, a movimentação foi de 5,1 milhões/t (+12,3%) sob a cifra de US\$ 1,8 milhões (+19,4%) no acumulado até julho deste ano. O maior resultado derivou de maiores importações em valor por parte do Maranhão (+18,1%); Tocantins (+317,3%); São Paulo (+2.458,5%)¹⁶; Mato Grosso (+86,3%); e Piauí (+309,5%), no qual as compras maranhenses representaram 87,7% do valor total.

O contínuo crescimento no fluxo de cargas do Complexo Portuário de São Luís em relação ao ano anterior, traz perspectivas otimistas ao Estado do Maranhão, sobretudo no que tange a arrecadação com importações e ao transporte interestadual de mercadorias e na expansão da receita do porto, que possibilita novos investimentos, abrindo espaço para obras de infraestrutura, gerando empregos e atraindo novas empresas exportadoras; além de capacitar o Estado e o porto para tornar-se crucial na logística do sistema produtivo do MATOPIBA.¹⁷

2.6.2. Comércio Exterior

¹⁵ Ver Tabela 14.

¹⁶ Saiu de US\$ 3,3 milhões para US\$ 83,6 milhões; concentrado nas aquisições de Combustíveis e Lubrificantes.

¹⁷ Acrônimo formado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, referindo-se a essa região que possui semelhantes estruturas produtivas potencial de desenvolvimento agropecuário para exportação.

Preços internacionais e supersafra da soja favorecem às exportações e permitem superávit de US\$ 270,5 milhões na balança comercial maranhense.

No acumulado até julho de 2017, a Balança Comercial Maranhense registrou superávit de US\$ 270,5 milhões, resultado US\$ 313 milhões acima do registrado no mesmo período do ano passado, que foi deficitário. O superávit derivou, sobretudo, do robusto crescimento das exportações, que somaram US\$ 1,7 bilhões (+32,1%) (Tabela 13).

Tabela 13 - Maranhão: Balança Comercial de 2010 até 2017*, Valores em US\$ milhões e Variação em (%)

Anos	Exportação (A)	A (Var %)	Importação (B)	B (Var %)	Saldo (A+B)	Corrente Comercial	A-B (Var %)
2010	2.920,3	-	-3.817,1	-	-896,8	6.737,4	-
2011	3.047,1	4,3	-6.281,4	64,6	-3.234,3	9.328,5	38,5
2012	3.024,7	-0,7	-7.060,4	12,4	-4.035,7	10.085,1	8,1
2013	2.341,9	-22,6	-6.832,9	-3,2	-4.491,0	9.174,8	-9,0
2014	2.795,5	19,4	-7.068,2	3,4	-4.272,7	9.863,7	7,5
2015	3.050,2	9,1	-3.620,7	-48,8	-570,5	6.670,9	-32,4
2016	2.209,8	-27,6	-2.101,6	-42,0	108,2	4.311,4	-35,4
2016*	1.301,2	-	-1.343,6	-	-42,5	2.644,8	-
2017*	1.718,9	32,1	-1.448,5	7,8	270,5	3.167,4	19,8

Fonte: MDIC *acumulado de janeiro até julho.

Na abertura das exportações, o crescimento de US\$ 417,8 milhões adveio essencialmente da manutenção dos preços médios das principais *commodities* exportadas em patamares superiores ao mesmo período de 2016, o que elevou substancialmente o valor das exportações, sobretudo, de Alumina Calcinada para US\$ 667,4 milhões (+36,8%) e do Minério de Ferro para a cifra de US\$115,1 milhões (+11,1%) à patamares muito acima do aumento de quantidade, diferentemente do Complexo da Soja que aumentou para 1,4 bilhões de toneladas (+85,0%) e somou a cifra de US\$ 507,4 milhões (+90,8%) e da Pasta de Celulose com 885,7 milhões de toneladas (+11,9%) e US\$ 393,9 milhões (+11,9%) (Tabela 14).

- No entanto, alguns produtos apresentaram redução das exportações, dentre eles: Milho (-76,7%) e o Algodão Debulhado (-63,0%). No primeiro caso, a redução vai na contramão da produção estimada para o ano de 2017. Mesmo considerando-se que a safra de 2016 tenha sido afetada significativamente pela forte estiagem, ocasionada pelo fenômeno *El Niño*, a produção de milho neste ano deverá superar o recorde de 2014 (1.520 mil t.)
- No Complexo Bovino, acredita-se na mudança estratégica das empresas que exportam Carnes Congeladas para elevar o preço das mercadorias, processando-as internamente, tendo em vista o crescimento de 19,9% nas vendas internacionais do produto maranhense, que somou US\$ 11,5 milhões (+26,7%) e até o momento não ter sido registrado exportações de Boi em Pé no ano corrente. O setor frigorífico maranhense vem sendo fortemente

estimulado¹⁸ pelo Governo do Estado, sobretudo no viés tributário e logístico, trazendo novos investimentos privados para atuar no adensamento desta cadeia produtiva.

Tabela 14 - Maranhão: Principais Produtos presentes na Pauta de Exportações de 2016 a 2017* (Valores em US\$ milhões (FOB) e Quantidade em 1000/ton.)

Produtos	2016		2016*		2017*		Cresc (%) 2017*/2016*	
	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd	US\$	Qtd
Total	2.209,8	7.317,2	1.301,2	4.303,5	1.718,9	4.738,9	32,1	10,1
Alumina Calcinada	899,0	3.751,8	488,1	2.116,5	667,4	2.132,6	36,8	0,8
Complexo Soja	381,4	1.011,6	265,9	731,3	507,4	1.353,1	90,8	85,0
Soja, mesmo triturada	355,1	941,6	249,0	681,3	498,3	1.325,5	100,1	94,6
Resíduos e "pellets" de soja	26,2	70,0	16,9	50,0	9,0	27,5	-47,0	-45,0
Óleo de Soja ¹	76,9	60,8	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0
Pasta de Celulose	581,4	1.383,1	350,9	791,2	393,9	885,7	12,3	11,9
Complexo Ferro	203,4	896,7	103,6	492,5	128,4	378,4	24,0	-23,2
Ferro Gusa	196,9	881,1	103,6	492,5	115,1	344,8	11,1	-30,0
Semimanuf. de Ferro/Aço	6,5	15,6	0,0	0,0	13,3	33,6	0,0	0,0
Milho	22,0	131,4	6,1	35,3	1,4	8,2	-77,6	-76,7
Algodão Debulhado	47,4	31,3	22,4	15,5	10,3	5,7	-54,0	-63,0
Complexo Bovino	32,8	11,2	22,6	8,7	15,6	4,0	-30,9	-54,5
Boi em pé	8,9	5,5	8,9	5,5	0,0	0,0	-100,0	-100,0
Carne Congeladas	17,2	4,2	9,1	2,3	11,5	2,7	26,7	19,9
Couros	6,3	1,4	4,6	1,0	3,7	1,2	-18,2	18,1
Outros	49,0	115,7	41,6	112,5	7,8	4,7	-81,3	-95,8

Fonte: MDIC *acumulado de janeiro a julho

- Outro produto que vem sendo alvo das políticas públicas do Estado é o Mel Natural, que também vem apresentado resultados bastante otimistas no comércio internacional, o produto somou até julho deste ano US\$ 1,6 milhões (+115,8%) e 346,8 toneladas (+56,2%), também muito beneficiado pelo preço médio de venda mais elevado.

Nas importações, o crescimento de US\$ 299,3 milhões (+26,0%) aconteceu essencialmente devido a categoria de uso Bens Intermediários (+144,5%), apesar do crescimento nas compras de Bens de Consumo (+229,9%) que, contudo, não possui grande peso na pauta, e a não obstante a queda nas compras de Combustíveis e Lubrificantes (-18,5%) e Bens de Capital (-79,9%).

- Em Bens Intermediários, os Insumos Industriais foram os que apresentaram maior crescimento e somaram a cifra de US\$ 793,8 milhões (+150,6%) no comparativo entre acumulados do ano até o mês de julho. Dentro desta rubrica, o produto em evidência foi o Álcool/Etanol que somou US\$ 523,54 milhões (+443,7%) e 823,97 mil toneladas (+398,7%) (Tabela 15).
- O crescimento das importações deste produto deriva de uma série de fatores dentre os quais destacam-se mudanças políticas de exportação nos EUA; desabastecimento do mercado nacional de etanol; destino nacional da cana-de-açúcar sobretudo para produção

¹⁸ No complexo bovino, os principais incentivos são a criação de abatedouros e projetos de viabilização para o escoamento da mercadoria via Itaqui, tendo em vista que atualmente o produto é principalmente transportado para Santos – SP, Rio de Janeiro – RJ e Pecem – CE. Para a carne de aves, que ainda não é exportada internacionalmente, houve redução de 60% na base de cálculo do ICMS.

de açúcar, não aquecendo a oferta interna; esgotamento dos estoques do produto; e câmbio mais favorável em relação ao mesmo período do ano passado.¹⁹

Tabela 15 - Maranhão: Pauta Anual das Importações por Categoria de Uso de 2015 a 2017*, participação do total e variação (Valores em FOB US\$ milhões e Participação e Variação em %)

CATEGORIA	2016		2016*		2017*		Var % 17*/16*
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	
Total	2.101,6	100,0	1.149,2	100,0	1.448,5	100,0	26,0
Bens de Capital	114,7	5,5	108,6	8,1	21,8	1,4	-79,9
Bens de Capital	93,9	4,5	87,8	6,5	16,8	1,1	-80,9
Equipamentos de Transp. de Uso Ind.	20,8	1,0	20,8	1,5	5,0	0,3	-75,9
Bens Intermediários	739,9	35,2	329,7	24,5	806,1	50,9	144,5
Insumos Industriais	714,5	34,0	316,8	23,6	793,7	50,1	150,6
Alimentos e Beb destinados à Ind	21,7	1,0	9,7	0,7	10,8	0,7	10,4
Peças e Acess. Equip. de Transporte	3,7	0,2	3,2	0,2	1,6	0,1	-48,6
Bens Diversos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	0,0	0,0
Bens de Consumo	20,7	1,0	6,8	0,5	22,3	1,4	229,9
Bens de Consumo Duráveis	19,9	0,9	6,3	0,5	21,8	1,4	243,3
Bens de Consumo Não Duráveis	0,8	0,0	0,4	0,0	0,6	0,0	33,1
Combustíveis e Lubrificantes	1.226,2	58,3	898,6	66,9	732,7	46,3	-18,5

Fonte: MDIC *acumulado de janeiro até julho

- Quanto aos Combustíveis e Lubrificantes, as compras de Diesel continuam caindo em relação ao mesmo período do ano anterior (-26%). Contudo, tendo em vista a diferença de 15,6 p.p. entre as reduções de valor e as de quantidade, observa-se que elevação nos preços internacionais do petróleo diluiu o impacto redutor no valor das importações, da mesma forma, nas compras de Outras Gasolinas (-33,9%) e Hulha Betuminosa (-8,1%) que caem a taxas inferiores ao valor da compra, respectivamente de -17,3% e +22,1%. (
- Tabela 16)

Tabela 16 - Maranhão: Principais Produtos das Importações de 2016* e 2017*, valores em US\$ milhões, quantidade em 1000/ton e Var (%)

Produtos	2016*		2017*		Var. 2017*/2016*	
	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor (%)	Qtd (%)
Combustíveis e Lubrificantes	836,71	2.765,13	732,69	2.030,66	-12,4	-26,6
Diesel	451,72	1.196,46	400,66	874,11	-11,3	-26,9
Outras Gasolinas ¹	350,45	882,53	289,86	583,55	-17,3	-33,9
Hulha betuminosa	34,53	623,40	42,17	572,99	22,1	-8,1
Outros	30,15	62,73	0,00	0,00	-100,0	-100,0
Álcool/Etanol	96,28	165,21	523,54	823,97	443,7	398,7
Fertilizantes	85,98	341,85	133,50	575,54	55,3	68,4
ADP ²	29,78	84,60	44,63	146,43	49,9	73,1
Cloretos de Potássio	33,07	149,94	48,95	221,83	48,0	47,9
Superfosfatos	11,17	60,80	27,69	151,95	148,0	149,9
Ureia	11,97	46,51	12,22	55,34	2,1	19,0
Outros Produtos	324,65	995,59	188,34	986,89	-42,0	-0,9
Total Importado	1.343,63	4.267,78	1.578,07	4.417,06	17,4	3,5

Fonte: MDIC; *acumulado de janeiro até julho; ¹Gasolinas para abastecimento de postos e Pastas Térmicas; exceto para aviação. ²Diidrogeno-Ortofosfato de Amônio

¹⁹ Ver Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense - 2º Trimestre 2017, V. 5, N.2, pg. 46. Disponível em: <<http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/18/169>>.

- Quanto aos fertilizantes, houve crescimento no quantum importado de 68,4%, registrando 575,5 mil/t e a cifra de US\$ 133,5 milhões (+55,3%). A demanda pelo produto cresceu em função da expansão do plantio e foi favorecida pela queda dos preços internacionais do ADP, do Cloreto de Potássio e da Ureia. Ademais, a taxa de câmbio no acumulado até julho deste ano fora muito mais favorável às importações do que no mesmo período do ano passado.

No que tange às expectativas da Balança Comercial para 2017 e 2018, espera-se que haja crescimento substancial nas exportações em ambos os anos, contudo, em menor intensidade em 2018. Quanto às expectativas do saldo, caso o ritmo das compras de Combustíveis e Lubrificantes, observado no último trimestre em relação ao imediatamente anterior continue reduzindo, o saldo deverá ser superavitário.

- Nas exportações, o crescimento para 2017 deverá ocorrer via manutenção dos preços das *commodities* metálicas acima do patamar de 2015/2016; as expectativas de recorde na safra de grãos; para 2018, os novos investimentos, esperados para o Complexo Bovino (em Carnes), a retomada da indústria de pelotização da Vale S/A em São Luís, programada para agosto de 2018, e da indústria de papel *tissue* da Suzano S/A²⁰ deverão ser os principais responsáveis.
- Nas importações, o câmbio poderá acelerar parte das importações, tendo em vista a resiliência do real diante a valorização do dólar em relação às demais moedas, contudo, não deverá impactar a demanda por insumos essenciais e Combustíveis e Lubrificantes, que inclusive, deverão ficar mais caros nos próximos anos²¹, não obstante, o Óleo Combustível BPF será utilizado na usina de pelotização da Vale S/A e deve movimentar cerca 119 milhões de toneladas de BPF/ano, contrabalanceando parte das exportações e elevando a arrecadação tributária maranhense de combustíveis importados. A maior demanda por importação de Combustíveis e outros insumos está mais vinculada a recuperação da economia brasileira do que unicamente ao câmbio e ao Estado do Maranhão, tendo em vista seu posicionamento como *hub* dessa mercadoria.

Diante deste cenário, espera-se maior diversificação da pauta maranhense de exportações, reduzindo as volatilidades dos mercados internacionais na economia estadual, além disso, o crescimento das importações deve elevar a arrecadação de ICMS, que poderá crescer tanto em função do encarecimento do produto via câmbio e preço, como da expansão quantitativa.

²⁰ Em Mucuri na Bahia, a planta da Suzano de papel *tissue* que recebeu investimentos no mesmo período da maranhense já está em funcionamento.

²¹ Caso a OPEP mantenha o controle da produção abaixo dos custos de produção de outros exportadores de petróleo.

2.7. Mercado de Trabalho

No acumulado de 2017, as admissões superaram as demissões em 313 empregos no Maranhão. O resultado positivo dos últimos quatro meses possibilitou uma inversão do emprego formal no Estado, retirando-o de um quadro de deterioração para um cenário de recuperação. Taxa de desocupação pode ter iniciado comportamento de acomodação em 2017, em virtude da trajetória de recuperação do emprego formal.

Segundo dados do CAGED, o Maranhão registrou a abertura de 313 vagas entre janeiro a agosto de 2017, sinalizando um cenário de recuperação gradual do emprego formal, em relação aos dois últimos anos. Considerando os setores, a abertura de postos de trabalho foi puxada pelos Serviços (+2 mil) e Construção Civil (+899). Por outro lado, o Comércio (-3,4 mil) configura-se o setor de maior desmobilização de mão de obra formal, embora no quarto bimestre de 2017 tenha superado 2016 (na mesma base de comparação) na geração de empregos, em 101 novas vagas.

De acordo com os dados da PNAD Contínua, a taxa de desocupação no Maranhão corresponde a 13% das pessoas na força de trabalho, tendo retrocedido 0,7 p.p. em relação ao primeiro trimestre de 2017. Por sua vez, o número de ocupados caiu 6% na mesma base de comparação, o correspondente a aproximadamente 146 mil trabalhadores. Desse contingente, 132 mil concentraram-se na Agropecuária, sendo 117,5 mil trabalhadores por conta própria, que empregavam esforços principalmente no cultivo de mandioca.

No que se refere à massa de rendimentos reais da população ocupada no Maranhão em 2017, observou-se aumento de 5,8% na comparação interanual, superior ao registrado no país, no mesmo período de referência. Tal desempenho foi impulsionado pela alta do rendimento médio real da população ocupada (+12,5%), muito superior ao registro nacional (+3%). A queda no número de ocupados com baixo rendimento pode ter possibilitado esse melhor resultado no plano estadual.

Dentre as Unidades da Federação que compõem a Região Nordeste, o Ceará foi o Estado com o melhor saldo de emprego da Região em agosto de 2017, com geração de 5 mil empregos líquidos e o Maranhão ocupou a sexta posição, com o registro de 1,7 mil postos de trabalho. Destaca-se que a nível nacional, o Maranhão obteve a décima posição entre as unidades da federação, considerando o ranking do saldo de empregos em ordem decrescente. (

Tabela 17 - Nordeste: Geração de Emprego formal, acumulado* de 2016 e 2017; saldo mensal e variação absoluta

Localidade	2016	2017	ago/16 (a)	ago/17 (b)	Var. absoluta (b-a)
1º Ceará	-28.268	-6.581	406	4.975	4.569
2º Pernambuco	-46.533	-24.594	9.035	4.206	-4.829
3º Paraíba	-7.419	-5.911	5.905	3.511	-2.394
4º Rio Grande do Norte	-12.948	613	2.237	3.241	1.004
5º Bahia	-40.526	10.716	-3.516	2.490	6.006
6º Maranhão	-9.961	313	2.246	1.734	-512
7º Sergipe	-14.486	-5.660	-1.001	156	1.157
8º Piauí	-8.160	2.472	-8	75	83
9º Alagoas	-29.724	-33.507	4.099	-424	-4.523

Fonte: CAGED – MTE. * Acumulado de Janeiro a maio, com ajustes até abril

O Maranhão registrou, em agosto de 2017, a criação de 1.734 vagas de empregos formais (descontadas as demissões), acumulando o quarto resultado mensal positivo consecutivo. Contudo, relativamente a agosto de 2016, houve uma queda de 512 postos de trabalho, em decorrência da queda do saldo de empregos do Comércio Varejista em Hipermercados e Supermercados (variação negativa de 469) e dos Serviços de Limpeza em Prédios e em Domicílio (variação negativa de 708 vagas).

Os setores que mais contribuíram para o resultado de agosto foram: Construção Civil (+759), especialmente a Construção de Edifícios (+559); Indústria de Transformação (+494) concentrada, principalmente, na atividade Serviços de Catering, Bufê e Outros Serviços de Comida Preparada (+416); e os Serviços (+484 mil), com destaque para as atividades de Ensino (+359).

Destaca-se ainda na referência mensal, o Comércio (+174), com o registro do segundo mês de contratações líquidas do ano. Em resposta ao crescimento do volume de vendas do comércio, tanto o "restrito", quanto o "ampliado", o quarto bimestre de 2017 superou o mesmo intervalo de 2016 em 101 novas vagas. Desse modo, diante da recuperação do emprego formal do Estado nos últimos meses, há perspectiva que o setor seja influenciado positivamente.

No acumulado de 2017, as admissões superaram as demissões em 313 empregos no Maranhão. O resultado marca uma diferença positiva de 10,3 mil no saldo de empregos, em relação ao mesmo período de 2016. O resultado positivo dos últimos quatro meses possibilitou uma inversão do emprego formal no Estado, retirando-o de um quadro de deterioração para um cenário de recuperação.

No que tange ao recorte setorial, seis dentre os oito setores de atividade registraram desempenho positivo. A abertura de postos de trabalho foi puxada pelos Serviços (+2 mil) e Construção Civil (+899). Por outro lado, o Comércio Varejista (-3 mil) configura-se no subsetor com maior desmobilização de mão de obra formal.

Tabela 18 - Maranhão: Geração de emprego formal de 2016 a 2017, segundo subsetores de atividade; Saldo Mensal e Variação Absoluta

Subsetores de Atividade	SALDO DE EMPREGO					Variação absoluta (b - a)
	Anual	Acumulado*		Agosto		
	2016	2016 (a)	2017 (b)	2016	2017	
Total	-	-9.961	313	2.246	1.73	10.274
Extrativa mineral	-97	-62	-139	7	1	-77
Ind. de Transformação	-2.365	-11	263	659	494	274
Ind. de prod. minerais não metálicos	-1.030	-832	-578	19	-34	254
Ind. metalúrgica	-376	-297	-292	-41	61	5
Ind. mecânica	314	93	267	60	1	174
Ind. do material elétrico e de comunicações	-21	47	-46	6	-1	-93
Ind. do material de transporte	-31	-17	-34	10	19	-17
Ind. da madeira e do mobiliário	-250	-214	-187	-45	-11	27
Ind. do papel, papelão, editorial e gráfica	0	19	-69	2	4	-88
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, outros	14	61	-27	-11	-23	-88
Ind. química de prod. farm., vet.	-411	762	334	-9	16	-428
Ind. têxtil do vestuário e tecidos	-118	-63	-26	-36	-1	37
Ind. de calçados	-1	-1	5	-1	0	6
Ind. de alimentos e bebidas	-455	431	916	705	463	485
SIUP¹	-360	-160	139	155	56	299
Construção civil	-	-8.209	899	-455	759	9.108
Construção de edifícios	-4.620	-3.122	1.633	-157	559	4.755
Obras de infra-estrutura	-6.828	-4.276	-733	-362	222	3.543
Serviços espec. para construção	-740	-811	-1	64	-22	810
Comércio	-2.331	-3.893	-3.392	662	174	501
Comércio varejista	-2.463	-3.817	-3.056	520	113	761
Comércio atacadista	132	-76	-336	142	61	-260
Serviços	-372	1.526	2.006	1.323	484	480
Inst. de crédito, seg.	-172	-24	-73	-15	-30	-49
Com. e adm. de imóveis, valores	875	941	57	314	108	-884
Transportes e comunicações	-785	-146	349	-35	-155	495
Alojamento, alimentação, etc.	-2.091	-1.005	-514	521	-87	491
Serv. médicos, odont. e vet.	2.089	1.646	1.350	227	289	-296
Ensino	-288	114	837	311	359	723
Administração pública	211	203	52	6	-26	-151
Agropecuária	-237	645	485	-111	-208	-160

Fonte: CAGED – MTE. Acumulado de janeiro a agosto, com ajustes até julho

- Em se tratando dos Serviços, foi observada uma variação absoluta positiva de 480 postos de trabalho. Comparando-se o acumulado de 2017 com o de 2016, o resultado deve-se, principalmente, ao comportamento observado no segmento de Ensino (variação de 723 vagas) e Serviços de Transporte (variação de 495 vagas), o qual inverteu a posição de setor que repeliu empregos, para a atração de postos de trabalho em 2017.
- No que se refere a Construção Civil (+899), a atividade Construção de Edifícios (+1,6 mil) protagonizou a abertura de postos de trabalho, com variação absoluta positiva de 4,7 mil no saldo. Já as Obras de Infraestrutura registraram 733 demissões líquidas em 2017, sinalizando atenuação na eliminação de postos em relação ao mesmo período de 2016, que marcava 4,3 mil demissões na época.
- Em relação ao Comércio (-3,4 mil), mesmo sendo o setor que mais demitiu em 2017, nota-se uma queda em relação ao acumulado de janeiro a agosto de 2016 (-3,9 mil). Destaca-se a atividade Comércio Varejista em Hipermercados e Supermercados (-1.357) como a

responsável pela maior eliminação postos de trabalho no setor. Segundo o Sindicato dos Promotores de Vendas do Maranhão, o supermercado Mateus promoveu a substituição dos seus funcionários repositores de prateleiras, por mão de obra disponibilizada por fornecedores. Isto teve impacto expressivo no saldo das demissões do setor.

2.7.1. Municipal

Atividades relacionadas ao complexo sucroalcooleiro conferem destaque na abertura de postos de trabalho aos municípios Campestre do Maranhão e Coelho Neto no acumulado de 2017. Em contrapartida, o Comércio ainda é o principal responsável pelas demissões nos municípios do Estado

A Tabela 19 apresenta a geração de empregos nos municípios maranhenses, por setor de atividades no acumulado de 2017. Os municípios que mais geraram empregos formais, são: Campestre do Maranhão (+1,5 mil), Coelho Neto (+951), Balsas (+459) e Paço do Lumiar (+351).

Tabela 19 - Maranhão: Saldo de empregos celetistas por município, segundo Setores de Atividade: Maiores e Menores Saldos de Contratações no acumulado de 2017

Ordem	Município	Extrativa Mineral	Indústria Transf.	SIUP ¹	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Total		-139	263	139	899	-3.392	2.006	52	485	313
1º	Campestre do Maranhão	0	197	0	0	1	98	0	1.223	1.519
2º	Coelho Neto	0	1.049	-1	0	7	8	0	-112	951
3º	Aldeias Altas	0	848	0	0	-1	2	0	-2	847
4º	Balsas	-11	17	8	11	-29	210	0	253	459
5º	Paco do Lumiar	0	3	102	32	12	187	0	15	351
6º	São José de Ribamar	0	-20	19	108	-77	288	0	7	325
7º	Barreirinhas	0	3	0	13	25	80	0	0	121
8º	Tasso Fragoso	0	-1	0	0	6	2	0	102	109
9º	Estreito	0	-18	0	-10	114	17	0	6	109
10º	Loreto	0	2	0	2	-4	0	0	84	84
208º	Paulino Neves	0	0	0	-107	2	3	0	1	-101
209º	Itapecuru Mirim	0	-9	-3	-1	-30	-31	0	-34	-108
210º	Bacabeira	8	-37	0	-97	-1	12	0	-2	-117
211º	Codó	-37	-131	0	-9	16	-12	0	1	-172
212º	Caxias	0	-49	-1	-116	-54	8	0	-6	-218
213º	Santa Inês	0	1	0	-127	-98	3	0	-6	-227
214º	São Raimundo das Mangabeiras	0	-722	0	-1	13	9	0	226	-475
215º	São Luís	-21	-212	28	812	-2.289	893	60	-30	-759
216º	Vila Nova dos Martírios	0	6	0	-624	-2	2	0	-170	-788
217º	Açailândia	0	-354	2	54	-239	-15	0	-949	-1.501

Fonte MTE *Acumulado de Janeiro a agosto, com ajustes até julho

- No acumulado do ano até agosto, as atividades ligadas a ao complexo sucroalcooleiro continuam contribuindo expressivamente para a geração de emprego formal no Estado, em especial, nas atividades Cultivo de Cana-de-Açúcar em Campestre do Maranhão, que registrou 1,2 mil contratações líquidas; na Fabricação de Álcool em Aldeias Altas +815 que

registrou 848 postos de trabalho e; e na atividade de fabricação de açúcar em bruto em Coelho Neto (+1 mil).

- Em Paço do Lumiar, o setor Serviços foi o que mais abriu postos de trabalho no acumulado de 2017, em especial nos segmentos Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais (+163).
- Em Balsas, o resultado decorreu da forte atividade agrícola na região, e as contratações líquidas giram em torno das atividades Cultivo de Algodão Herbáceo e de Outras Fibras de Lavoura Temporária (+125), Criação de Aves (+68), Atividades Pós Colheita (+65) e do Transporte Rodoviário de Carga (+86), como atividade de escoamento da produção.

No outro extremo, com maiores saldos negativos no acumulado, destaca-se: Açailândia (-1,5 mil), Vila Nova dos Martírios (-788), São Luís (-759), São Raimundo das Mangabeiras (-475) e Santa Inês (-227).

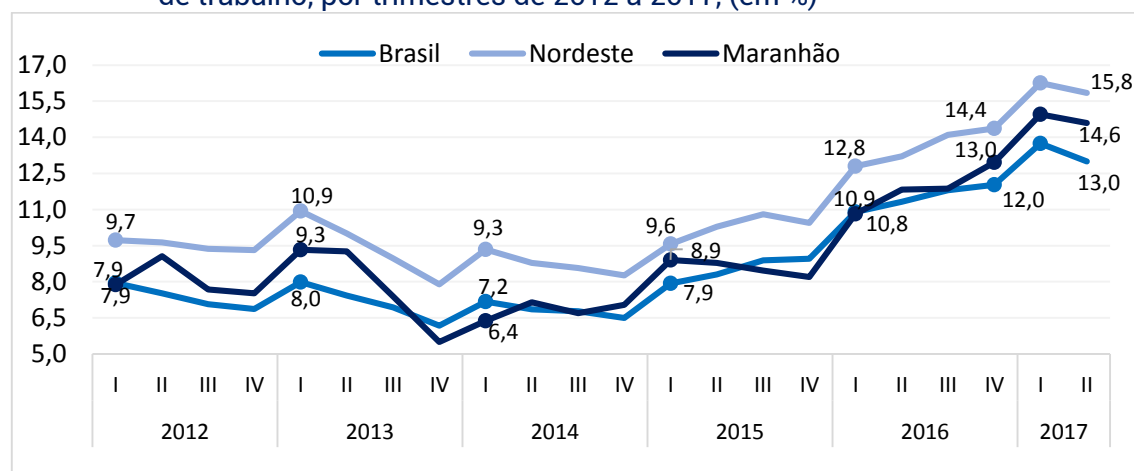
- Em Açailândia, os subsetores Agropecuária (-949) e Indústria de Transformação (-354) apresentaram as maiores demissões líquidas, influenciada pelos segmentos Atividades de Apoio à Produção Florestal (-836) e Produção de Ferrogusa (-352), respectivamente.
- As demissões líquidas no município de Vila Nova dos Martírios e Santa Inês sofreram influência do setor de Construção, em especial nas atividades Construção de Obras de Arte Especiais (-624) e Construção de Rodovias e Ferrovias (-444), respectivamente.
- Em São Luís, o desempenho negativo do Comércio (-2,3 mil) foi o principal responsável pelo resultado da capital no acumulado de 2017, com predominância nos segmentos ligados ao ramo varejista: Hipermercados e Supermercados (-835), Artigos do Vestuário e Acessórios (-299) e Produtos Farmacêuticos para Uso Humano e Veterinário (-210).
 - Em contraponto, no resultado de agosto, São Luís apresentou a maior contratação líquida (+831) entre os municípios do Estado com destaque para os setores de Transformação (+356) e Construção Civil (+345).
- No município São Raimundo das Mangabeiras, as demissões líquidas mais expressivas foram verificadas no subsetor Transformação (-671), com destaque para o segmento de Fabricação de álcool (-722).

Taxa de desocupação do Maranhão registra a primeira queda desde o 4º trimestre de 2015

- Os dados da PNADc para o Estado do Maranhão relativos ao 2º trimestre de 2017 mostram que a desocupação no Estado, apresentou a primeira queda trimestral (0,4 p.p), interrompendo uma trajetória de crescimento que vinha sendo observada desde o 4º trimestre de 2015 e em comportamento semelhante ao plano regional e nacional. Por outro lado, na comparação interanual verifica-se um crescimento de 2,8 p.p, superior, portanto,

ao observado no plano regional (+2,6 p.p) e no nacional (+1,7 p.p), na mesma base de comparação. (Gráfico 18)

Gráfico 18 - Brasil, Nordeste e Maranhão: Taxa de desocupação das pessoas na força de trabalho, por trimestres de 2012 a 2017, (em %)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

O Estado do Maranhão registrou queda de 6% no número de ocupados no segundo trimestre de 2017, em relação ao mesmo período de 2016, com predominância do grupamento Agropecuária

No Maranhão foram registrados cerca de 2,299 milhões de ocupados no segundo trimestre de 2017, apontando uma diminuição de 146 mil ocupados em relação ao mesmo trimestre de 2016, o equivalente a uma queda de 6%, revelando uma queda com intensidade muito maior que no plano nacional, que registrou redução de 0,6% no número de ocupados.

Observa-se que no segundo trimestre de 2017, dentre os grupamentos de atividades, aqueles que apresentaram maior retração no volume de ocupados foram a Agropecuária (-23,3%) e Construção (-21,3%). Em contraponto, alguns segmentos dos Serviços foram destaques em termos de crescimento do número de ocupados no Estado em relação ao mesmo período de 2016: Alojamento e Alimentação (+26,5%), Outros Serviços (+13,8%), Administração Pública, Educação e Saúde (+4,9%) e Informação, Comunicação e Atividades Financeiras (+1,8%). (Tabela 20)

- No setor Agropecuário, dentre os 132 mil trabalhadores que perderam suas ocupações em 2017, houve perda de 49,4 mil pessoas ocupadas nas atividades de cultivo de Mandioca e 23,3 mil na Produção Florestal.
- A redução de ocupados na Construção (-51 mil) está concentrada no segmento de Construção de Edifícios (-20 mil), que é afetada diretamente pela redução na procura por imóveis novos aliados à redução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Minha Casa, Minha Vida (MCMV), e, também, da iniciativa privada (edifícios residenciais e comerciais).
- Em contraponto, alguns segmentos dos Serviços foram destaques em termos de crescimento do número de ocupados no Estado em relação ao mesmo período de 2016, com destaque para o grupamento Alojamento e Alimentação. Dentre os segmentos da

seção, todas as atividades de alimentação registraram aumento no número de ocupações: Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas (+2,7 mil), Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada (+2,3 mil) e Serviços ambulantes de alimentação (23,4 mil).

Tabela 20 - Maranhão: Número de ocupados, segundo os Grupamentos de Atividade, de 2014 a 2017, em mil pessoas, Variação Absoluta

Grupamentos de Atividade	4º trimestre		2016		2017		Var. Absoluta (c-b)	Var. Absoluta (c-a)
	2014	2015	II Tri (a)	IV Tri*	I Tri (b)	II Tri (c)		
Total	2.627	2.630	2.445	2.364	2.341	2.299	-42	-146
Agropecuária	658	676	566	477	477	434	-43	-132
Indústria	178	156	151	145	141	140	-1	-11
Indústria de transformação	146	126	123	116	112	116	4	-7
Construção	256	269	239	237	217	188	-29	-51
Comércio, reparação de veículos	548	533	511	547	549	516	-33	5
Serviços e Administração Pública	985	994	979	958	956	1.021	65	42
Transporte, armazenagem e correio	92	91	94	93	97	92	-5	-2
Alojamento e alimentação	86	103	98	119	125	124	-1	26
Informação, comunic., ativ. fin, imob. e adm.	122	104	109	92	103	111	8	2
Outros serviços	86	97	87	97	97	99	2	12
Serviços domésticos	159	159	159	148	144	142	-2	-17
Adm pública, educação e saúde	440	440	432	409	390	453	63	21
Atividades mal definidas	1	1	0	0	0	0	0	0

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE * O IV Tri consiste no total de ocupados do ano.

A Tabela 21 ilustra a distribuição do número de ocupados, segundo a posição na ocupação e categorias de emprego no Maranhão. Nota-se que a redução de 42,3 mil pessoas ocupadas no Estado é decorrente da forte desmobilização da categoria dos ocupados na condição de conta própria (-83,3 mil). Em contrapartida, considerando as três categorias de emprego no setor público: empregados no setor público com carteira de trabalho assinada, sem carteira, e militares e servidores públicos estatutários, registrou-se um aumento de 53,8 mil pessoas ocupadas em relação ao 1º trimestre de 2017.

Tabela 21 - Maranhão: Ocupados por posições na ocupação, categorias de emprego e taxa de crescimento (%) de 2014 a 2017*

Posição na ocupação	2014	2015	2016	2017		V. abs. (b-a)
				1º tri (a)	2º tri (b)	
Total da ocupação (Em mil)	2.627	2.630	2.364	2.341	2.299	-42
Empregados c/ CLT privados	504	450	425	423	424	1
Empregados e Servidores públicos	385	377	341	325	378	53
Trabalhadores s/ Carteira	466	497	503	529	530	1
Conta Própria	1.073	1.128	931	880	797	-83
Trabalhador Aux. Familiar	153	141	108	115	109	-6
Empregadores	47	37	56	69	62	-7

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

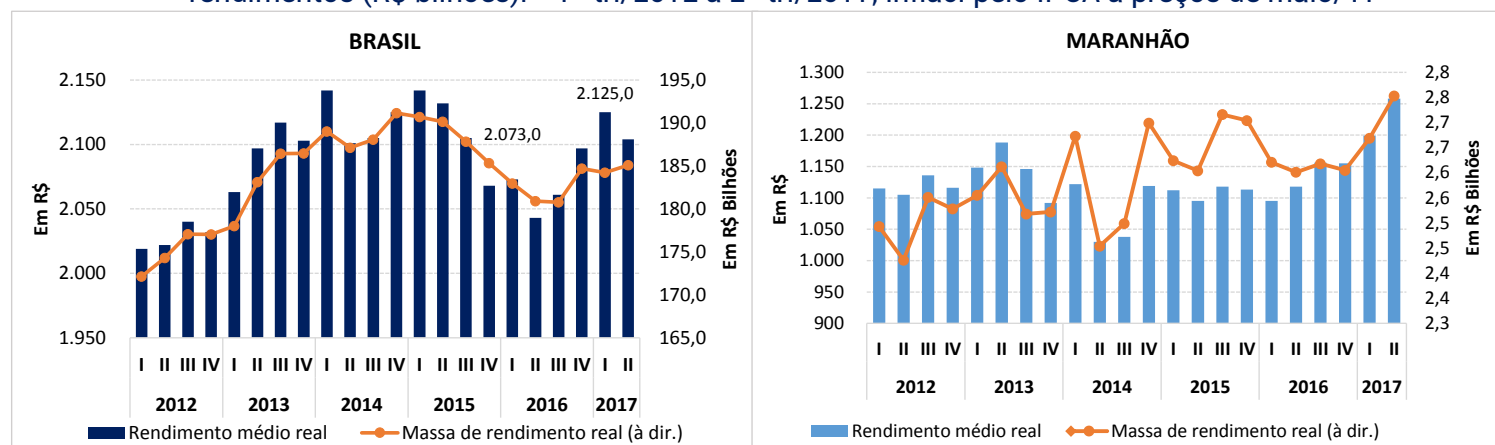
Em relação ao segmento dos trabalhadores por conta própria, os microdados da PNADc apontam que houve uma desmobilização de 35,6 mil trabalhadores na Agropecuária, isto representa cerca de 43%, observado especialmente no cultivo de mandioca, na atividade de

produção florestal. O segundo setor com maior diminuição foi a Construção Civil (-23,1 mil), especialmente na construção de casas.

A categoria dos empregados no setor público sem carteira (basicamente composta por cargos comissionados) apresentou crescimento de 42,7 mil trabalhadores, do qual cerca de 60% ocorreu na atividade "Pré-escola e ensino fundamental", comumente sob a responsabilidade das prefeituras municipais. Isto pode estar relacionado à formação do novo quadro de servidores municipais, decorrente do primeiro ano de gestão das prefeituras.

Em relação aos rendimentos reais da população ocupada, o Maranhão obteve aumento expressivo de 12,5% contra o primeiro trimestre de 2017, e de 4,9 % em relação ao mesmo período do ano anterior. Em relação a massa de rendimentos reais, destaca-se que foi atingido o maior valor da série (R\$ 2,753 bilhões), tendo em vista o crescimento de 3,1% contra o trimestre anterior e de 5,8% em relação ao 2º trimestre de 2016. (Gráfico 19)

Gráfico 19 - Brasil e Maranhão: Rendimento Médio Real (em R\$) de todos os trabalhos e massa real de rendimentos (R\$ bilhões): - 1º tri/2012 a 2º tri/2017, inflac. pelo IPCA a preços de maio/17



Fonte: PNAD Contínua Trimestral/IBGE

Tendo em vista a queda de 6% dos trabalhadores ocupados no Estado na comparação interanual, o aumento do rendimento real médio foi o maior responsável pelo crescimento da massa de rendimento, em termos reais. O bom desempenho desses dois indicadores, indica uma repercussão positiva sobre os setores Comércio e Serviços no Estado, haja vista sua influência direta no aumento do consumo das famílias.

A desagregação dos dados mostra que a atividade *Administração Pública e Regulação da Política Econômica e Social - Estadual* (+R\$ 98,7 milhões em relação ao 2º trimestre de 2016), juntamente com *Atividades Jurídicas, de Contabilidade e de Auditoria* (+R\$ 49,6 milhões, na mesma base de comparação), foram as atividades que mais contribuíram para o aumento da massa salarial em termos reais.

2.8. Finanças Públicas

2.8.1. Receitas Estaduais

Queda no ritmo de crescimento das Transferências Correntes e decréscimo das Receitas de Capital entravam o crescimento das Receitas Correntes e a Arrecadação Total encerra primeiro semestre de 2017 com queda real de 1,7%

No acumulado do ano até julho de 2017, a receita total do Estado alcançou R\$ 9,3 bilhões, recuo real de 1,7% frente ao mesmo período do ano anterior quando o total arrecadado atingiu R\$ 9,5 bilhões. As principais fontes da Receita Corrente, que detêm a maior participação dentre a arrecadação total, registraram crescimento real: Receita Tributária (+2,2%) e Transferências Correntes (+2,7%). Dentre as receitas tributárias, os maiores saldos positivos, em termos absolutos, são observados nas rubricas ICMS e IPVA, que juntas somaram R\$ 69,4 milhões, crescimento percentual de 1,3% e 8,3% respectivamente. (Tabela 22)

No que se refere às Transferências Correntes, o Governo do Estado alcançou a cifra de R\$ 4,89 bilhões no primeiro semestre de 2017, elevação real de 2,7% em relação ao mesmo período de 2016. O ritmo de crescimento do semestre é mais lento que o observado no primeiro quadrimestre do ano. As maiores variações absolutas foram registradas no FPE (R\$ +164,4 milhões), Saúde - Fundo à fundo (R\$ +16,8 milhões), enquanto que as transferências do Fundeb sofreram decréscimo de R\$ 81,2 milhões.

A redução de R\$ 331,9 milhões nas Receitas de Capital (-54,6%) ocorreu devido à contração das parcelas da Operação de Crédito junto ao BNDES e pela redução dos depósitos judiciais²², dado a crise político-institucional, que afeta a tramitação de várias operações de crédito com instituições multilaterais que vem sendo construídas pelo Governo do Estado.

- É importante frisar que 2016 serve como base muito forte de comparação para as Receitas de Capital, pois no acumulado do ano, essa receita apresentou variação positiva, graças à contabilização de três parcelas do empréstimo do BNDES no valor de R\$ 456,9 milhões e de R\$ 8,5 milhões da operação BID/SEFAZ, além de uma variação absoluta de R\$ 101,4 milhões na rubrica Depósitos Judiciais.

²² (Ver Boletim de Conjuntura Maranhense v. 4, n. 2 (jul./out. 2016), páginas 73-74. Disponível em: <<http://imesc.ma.gov.br/portal/Post/view/18/101>>)

Tabela 22 - Maranhão: Receitas do Estado a valores constantes (R\$ milhões, corrigidos pelo IPCA), Cresc. (%) e Variação Absoluta - 2016*, 2017*, jul/16 e jul/17

DESCRIÇÃO	Acumulado do ano*		Julho		Crescimento (%)		Variação Absoluta	
	2016 (a)	2017 (b)	2016 (c)	2017 (d)	(b)/(a)	(d)/(c)	(b)-(a)	(d)-(c)
RECEITA TOTAL	9.545,3	9.385,4	1.043,9	1.276,0	-1,7	22,2	-159,9	232,1
Receitas Correntes	9.902,3	10.066,9	1.214,2	1.282,8	1,7	5,7	164,7	68,6
Receita Tributária	4.259,1	4.350,9	580,4	601,3	2,2	3,6	91,9	20,8
ICMS	3.467,2	3.512,4	507,2	514,6	1,3	1,5	45,1	7,4
IPVA	293,6	317,9	19,6	16,6	8,3	-15,6	24,2	-3,1
IR	305,5	319,4	28,8	47,3	4,5	64,2	13,9	18,5
TAXAS	185,2	193,8	24,1	21,7	4,6	-9,8	8,5	-2,4
Outras Receitas Correntes	7,4	7,5	0,7	1,1	1,0	47,0	0,1	0,3
Receita de Contribuições	353,1	282,6	23,5	28,8	-20,0	22,5	-70,5	5,3
Receita de Serviços	152,7	165,2	24,4	29,9	8,2	22,6	12,5	5,5
Receita Patrimonial	226,2	189,3	31,1	41,9	-16,3	34,9	-36,9	10,8
Transferências Correntes	4.765,4	4.895,7	527,7	549,8	2,7	4,2	130,2	22,1
FPE	3.494,6	3.659,0	362,1	409,0	4,7	13,0	164,4	46,9
Saúde - Fundo à fundo	237,8	254,5	29,6	38,3	7,0	29,3	16,8	8,7
Fundeb	817,0	735,8	90,6	6,7	-9,9	-92,6	-81,2	-83,9
Outras Transferências Correntes	216,1	246,3	45,4	95,8	14,0	111,1	30,2	50,4
Outras Receitas Correntes	145,8	183,2	27,0	31,1	25,7	15,0	37,4	4,1
Rec. Intra-Orçamentária	275,9	330,3	-29,7	32,3	19,7	-208,7	54,4	62,0
Receita de Capital	608,1	276,2	8,9	122,4	-54,6	1.280,5	-331,9	113,5
Transferências de Capital	45,7	9,2	8,2	3,3	-79,8	-59,2	-36,5	-4,8
Operações de Crédito	475,9	168,7	0,0	38,0	-64,5	-	-307,2	38,0
Alienação de bens	0,1	0,0	0,0	-0,5	-96,8	-	-0,1	-0,5
Amortizações de empréstimo	0,4	0,3	0,1	0,0	-33,8	-64,0	-0,1	0,0
Outras Receitas de Capital	86,0	98,0	0,6	81,6	13,9	12.873,6	12,0	80,9
Alie. de bens + amort. de empres.	0,5	0,3	0,1	-0,5	-42,5	-928,1	-0,2	-0,6
Deduções da Receita	-1.241,0	-1.288,1	-149,4	-161,5	3,8	8,1	-47,1	-12,1

Fonte: Seplan/MA *Acumulado do ano até Julho Obs.: Todas as fontes

Na comparação de julho de 2017 com o mesmo período do ano anterior, a receita total do Estado apresentou elevação real de 22,2% (R\$ +232,1 milhões), passando de R\$ 1,04 bilhões para R\$ 1,2 bilhões. Esse resultado foi influenciado pelos desempenhos positivos das Receitas Tributárias (R\$ +20,8 milhões), Receitas de Contribuições, Serviços e Patrimonial (juntas cresceram R\$ 21,6 milhões) e também pelo desempenho positivo das Receitas de Capital que apresentaram variação absoluta de R\$ +113,5 milhões.

- O desempenho da receita total do Estado teria sido melhor se não houvesse sido registrado um corte de R\$ 47 milhões no Fundeb. Se tal repasse obrigatório tivesse sido efetuado, ter-se-ia apresentado uma expansão de 26,7% e não de 22,2% como observa-se na Tabela 22.
- Um contrapeso ao resultado positivo na mesma base de comparação foi o desempenho do IPVA (-15,6%). A quantidade de veículos novos no Maranhão apresenta queda de 38,9% na comparação entre janeiro a junho de 2017 e o mesmo período do ano anterior, de acordo com os dados do DETRAN. Porém, essa não é uma tendência exclusiva do Estado, como mostra as informações contidas na nota de rodapé.²³

²³ Dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA, referentes a julho de 2017, mostram que os licenciamentos de veículos no Brasil diminuíram 5,9% em relação ao mês junho. Na comparação com julho de 2016, os licenciamentos diminuíram 9,6%, seguindo a tendência do acumulado do ano até julho de 2017, no qual houve contração de 8,0%. A boa notícia é que o setor automotivo deu sinais de retomada de produção em julho, com crescimento da produção de 5,9% em relação a junho do mesmo ano, 17,9% comparado a julho de 2016 e, mais importante, 22,4% no acumulado de janeiro a julho quando comparado ao mesmo período do ano passado.

- A melhora do ambiente macroeconômico, tendo em vista a redução dos juros, queda da inflação e aumento da massa salarial em termos reais, pode ter desdobramento positivo sobre as compras de bens duráveis, beneficiando assim a compra de veículos e assim trazendo alívio à Receita Tributária proveniente do IPVA no Maranhão.

Na abertura dos dados de ICMS por setor de atividade (Tabela 23), observa-se que o maior crescimento percentual se deu no setor primário (+46,7%, R\$ +10,7 milhões), no qual todos os grupos de atividade registraram avanço em termos reais. Pecuária (segmento com maior peso no setor primário) e Produção Florestal foram os grupos de atividades econômica que apresentaram o maior saldo positivo em termos absolutos: R\$ +4,2 milhões e R\$ +4,4 milhões, respectivamente.

- Destaca-se no grupamento Pecuária, o aumento da arrecadação nas atividades Criação de bovinos para corte (R\$ +1,5 milhões) e Criação de frangos para corte (R\$ +2,2 milhões). Espera-se que os investimentos no Complexo Bovino, além dos que estão sendo realizados na Cadeia Avícola no Maranhão (a projeção, segundo a SEINC, é de que se triplique a capacidade produtiva desta cadeia dentro de dois anos), impactem positivamente a arrecadação do imposto neste ano e no próximo.

Tabela 23 - Maranhão: Arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de Atividade Econômica: valores constantes em R\$ milhões, Part. %, cresc. e var. absoluta - 2016*, 2017*, jul/16 e jul/17

SETOR ECON.	GRUPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA	Acumulado do ano		Julho		Participação				Cresc. (%)		Var. Absoluta	
		2016 (a)	2017 (b)	2016 (c)	2017 (d)	2016*	2017*	(c)	(d)	(b)/(a)	(d)/(c)	(b)-(a)	(d)-(c)
PRIMÁRIO	Agricultura	3,9	5,6	0,7	0,8	0,1	0,1	0,1	0,1	46,6	22,3	1,8	0,2
	Pecuária	17,3	21,5	2,6	3,1	0,4	0,5	0,4	0,5	24,0	21,4	4,2	0,5
	Pesca e aquicultura	0,2	0,6	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	136,2	172,2	0,3	0,1
	Produção florestal	1,5	5,9	0,7	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	299,7	-55,6	4,4	-0,4
	Primário	22,9	33,6	4,0	4,3	0,6	0,8	0,7	0,7	46,7	9,1	10,7	0,4
SECUNDÁRIO	Combustível	806,2	915,3	88,1	142,6	19,8	22,7	14,9	24,3	13,5	61,8	109,2	54,4
	Energia elétrica	22,4	6,5	1,5	1,4	0,6	0,2	0,3	0,2	-71,2	-7,8	-16,0	-0,1
	Ind. de transformação	438,3	479,1	64,4	77,1	10,8	11,9	10,9	13,2	9,3	19,7	40,7	12,7
	Indústria extrativista	7,7	4,9	1,0	0,8	0,2	0,1	0,2	0,1	-36,1	-18,0	-2,8	-0,2
	Indústrias - outras	0,3	0,7	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	136,9	162,5	0,4	0,1
	Secundário	1.274,9	1.406,4	155,0	221,9	31,3	34,8	26,2	37,9	10,3	43,2	131,6	66,9
TERCIÁRIO	Combustível	354,4	122,6	116,8	21,7	8,7	3,0	19,7	3,7	-65,4	-81,4	-231,8	-95,0
	Comércio atacadista	547,2	581,9	81,7	81,8	13,5	14,4	13,8	14,0	6,3	0,2	34,7	0,2
	Comércio varejista	473,2	534,6	67,4	75,9	11,6	13,2	11,4	13,0	13,0	12,6	61,4	8,5
	Energia elétrica	327,3	341,9	43,9	57,5	8,0	8,5	7,4	9,8	4,5	31,0	14,6	13,6
	Outros serviços	40,2	42,9	6,0	6,5	1,0	1,1	1,0	1,1	6,7	8,7	2,7	0,5
	Serv. de comunicação	270,9	240,2	37,8	33,0	6,7	5,9	6,4	5,6	-11,3	-12,6	-30,7	-4,8
	Serviços de transporte	151,2	125,8	13,8	15,3	3,7	3,1	2,3	2,6	-16,8	10,8	-25,4	1,5
	Terciário	2.164,3	1.990,0	367,3	291,9	53,2	49,2	62,1	49,8	-8,1	-20,5	-174,4	-75,5
Não classificados		605,5	611,1	65,0	67,4	14,9	15,1	11,0	11,5	0,9	3,7	5,6	2,4
ICMS Total		4.067,6	4.041,1	591,4	585,6	100,0	100,0	100,0	100,0	-0,7	-1,0	-26,5	-5,8

Fonte: SEFAZ/MA *Acumulado do ano até Julho

Nota-se que a arrecadação de ICMS no setor terciário continuou a tendência de queda no acumulado do ano demonstrada no Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense do 2º Trimestre, registrando recuo real de 8,1% (R\$ -174,4 milhões), concentrados principalmente no segmento Combustível, em decorrência do recuo no consumo. Destacam-se as atividades: Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural (R\$ -38,3 milhões); Comércio atacadista de combustíveis não realizado por transportador retalhista (TRR) (R\$ -239,2 milhões) e

Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos (R\$ -1,8 milhões).

Apesar da queda do preço médio da gasolina e do etanol na Distribuidora e ao consumidor, no acumulado do ano, como mostram os dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, o segmento Combustível dentro do setor secundário apresentou crescimento real de 13,5%, reflexo do elevado crescimento na arrecadação do imposto no grupo de atividade *Comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, não realizado por transportador retalhista (TRR)* (R\$ +814,9 milhões). O aumento em 443% das importações de etanol pelo Estado pode ter impulsionado a arrecadação nesse segmento. Assim, a arrecadação do setor secundário alcançou cifra de R\$ 1.406,4 bilhões, R\$ 134,6 milhões a mais do arrecadado no mesmo período do ano anterior.

- O baixo volume de chuvas na bacia hidrográfica do Rio Tocantins e a paralisação para manutenção do Complexo Termelétrico Paraíba são fatores aos quais pode ser atribuído o decréscimo da arrecadação no segmento Geração de energia elétrica, de 71,2%.

A retomada da indústria de pelotização da Vale S/A, prevista para 2018, deve estimular a importação de combustíveis e lubrificantes, surtindo efeito positivo sobre a apuração do tributo.

2.8.2. Despesas Estaduais

Expansão dos gastos com investimentos e diminuição do Serviço da dívida apontam para melhora na qualidade dos gastos públicos do Estado

A Despesa Total do Governo alcançou R\$ 10,1 bilhões nos primeiros sete meses de 2017, crescimento real de 8,2% (R\$ +774,4 milhões) contra mesmo período do ano anterior. Esse montante reflete a elevação das Despesas Correntes, notadamente Pessoal e Encargos Sociais (+7,3%, R\$ +322,1 milhões) e Outras Despesas Correntes (+5,8%, R\$ 196,3 milhões). (*Tabela 24*)

- Quanto à elevação dos gastos com Pessoal, os dados da PNAD Contínua Trimestral mostram que no segundo trimestre de 2017 contra o mesmo período de 2016, a massa de rendimentos reais da população ocupada no Estado, aumentou 5,8%, superior ao registrado no país no mesmo período de referência, 3,1%. Segundo a PNADc, o número de ocupados na Administração Pública no Maranhão cresceu 2,9 mil em relação ao 2º trimestre de 2016, em decorrência principalmente do crescimento da oferta de ocupações nas prefeituras do Maranhão (+2,2 mil) e no Governo do Estado (+2 mil, com maior expressão da categoria *militares e servidores estatutários* e dos empregados com carteira).
- O aumento do rendimento real médio foi responsável pelo crescimento da massa de rendimentos em termos reais, em um contexto de redução na ocupação total. A desagregação dos dados mostra que Administração Pública e Regulação da Política Econômica e Social - Estadual foi a atividade que mais contribuiu para o aumento da massa salarial em termos reais.

- Deste modo, o aumento das despesas com Pessoal pode ter repercussão positiva sobre os setores Comércio e Serviços no Estado, tendo em vista sua influência no aumento do consumo das famílias. Entretanto, Pessoal e encargos sociais é o item de maior pressão sobre a Despesa Total, que segue crescendo de forma acelerada.

Tabela 24 - Maranhão: Despesas do Estado por Grupos de Natureza a valores constantes (R\$ Milhões, corrigidos pelo IPCA), Cresc. (%) e Variação Absoluta - 2015 a 2017*, jul/16 e jul/17

DESCRIÇÃO	2015	2016	Acumulado do Ano		Julho		Crescimento (%)		Var. Absoluta	
			2016* (a)	2017* (b)	2016 (c)	2017 (d)	(b)/(a)	(d)/(c)	(b)-(a)	(d)-(c)
DESPESA TOTAL	15.905,3	16.435,3	9.387,6	10.162,0	1.368,3	1.478,7	8,2	8,1	774,4	110,4
Despesas Correntes	14.311,6	14.590,9	8.133,5	8.604,0	1.117,3	1.251,5	5,8	12,0	470,6	134,1
Pessoal e Encargos Sociais	8.165,6	8.138,8	4.418,2	4.740,2	489,4	657,3	7,3	34,3	322,1	167,9
Juros e Encargos da Dívida	392,2	406,8	307,6	259,7	55,8	73,9	-15,6	32,3	-47,8	18,0
Outras Despesas Correntes	5.753,8	6.045,2	3.407,7	3.604,1	572,1	520,3	5,8	-9,1	196,3	-51,8
Despesas de Capital	1.593,7	1.844,4	1.254,1	1.558,0	250,9	227,2	24,2	-9,4	303,9	-23,7
Investimentos	1.115,5	1.258,0	835,6	1.053,7	218,9	195,3	26,1	-10,8	218,2	-23,7
Amortização da Dívida	477,0	573,6	418,5	398,5	32,0	32,0	-4,8	-0,1	-20,0	0,0
Inversões Financeiras	1,1	12,8	0,0	105,7	0,0	0,0	-	-	105,7	0,0
Serviço da Dívida¹	869,3	980,4	726,1	658,3	87,8	105,8	-9,3	20,5	-67,8	18,0

Fonte: Seplan/MA *Acumulado do ano até julho. ¹Juros e Encargos da Dívida + Amortização da Dívida

A expansão das Despesas de Capital (+24,2%, R\$ +303,9 milhões) foi pressionada, principalmente, pelo crescimento do item Investimentos (+26,1%), que passou de R\$ 835 milhões no período de janeiro a julho de 2016 para R\$ 1,05 bilhões no mesmo período de 2017, contrabalançado parcialmente pela queda real de 4,8% da Amortização da Dívida. Tal dinâmica denota melhora na qualidade do gasto público do Estado.

O câmbio que se mostrava favorável até fevereiro de 2017, colaborou com a queda nos gastos com o Serviço da Dívida, proporcionando uma redução de R\$ -67,8 milhões em termos absolutos no acumulado até julho de 2017. Porém, o Serviço da Dívida cresceu 20,5% em julho, em comparação com o mesmo mês do ano passado, assistido sobretudo, pela elevação dos gastos com Juros e Encargos da Dívida (+32,3%, R\$ 18 milhões). Uma possível desvalorização do câmbio pode por pressionar os gastos com o Serviço da Dívida nos meses à frente.

O crescimento das Despesas Correntes em simultâneo à queda das receitas totais, implica em um quadro restritivo para as finanças do Estado do Maranhão. Ressalta-se como aspecto favorável da dinâmica das despesas a aceleração dos dispêndios com investimentos públicos, que implicam em estímulo à demanda, enquanto pelo lado das receitas os sinais de recuperação do comércio varejista associados à sensível melhora do mercado de trabalho, visto o resultado trimestral positivo da abertura de postos de trabalho e a interrupção do crescimento da taxa de desocupação no emprego formal, podem ter desdobramento positivo sobre a arrecadação tributária. A retomada da arrecadação tributária é um aspecto importante, ao lado da busca ativa por financiamentos e empréstimos não oriundos do Governo Federal, já que as perspectivas são de estagnação ou queda da capacidade de investimento federal e repasse das transferências constitucionais pela União.